





**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO - UNICAP  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESP  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA  
MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA**

**GABRIEL DA SILVA**

**MORA-DORES NUMA ROUPA QUE PODE SE RASGAR:  
vozes do povo camponês acerca do habitar na Transposição do Velho Chico**

RECIFE

2023

**GABRIEL DA SILVA**

**MORA-DORES NUMA ROUPA QUE PODE SE RASGAR:  
vozes do povo camponês acerca do habitar na Transposição do rio São Francisco**

Dissertação de Mestrado apresentada às membras da banca examinadora do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco, vinculado à Linha de Pesquisa Práticas Psicológicas Clínicas e Demandas Sociais Contemporâneas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carmem Lúcia Brito Tavares Barreto e co-orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Suely Emilia de Barros Santos

RECIFE

2023

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Aluno(a):GABRIEL DA SILVA

**Título da Dissertação: MORA-DORES NUMA ROUPA QUE PODE SE RASGAR: vozes do povo camponês acerca do habitar na Transposição do Velho Chico**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em PSICOLOGIA CLÍNICA da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) para obtenção do título de Mestre em PSICOLOGIA CLÍNICA. A presente dissertação foi defendida e aprovada em 17 de abril de 2023 pela banca examinadora e constituída pelos professores:



Orientadora

gov.br

Documento assinado digitalmente

ANA LUCIA FRANCISCO

Data: 12/12/2024 15:15:17-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinadora Interna



Examinadora Externa

RECIFE  
2023

S586m

Silva, Gabriel da.

Mora-dores numa roupa que pode se rasgar: vozes do povo  
camponês acerca do habitar na transposição do rio São Francisco  
/ Gabriel da Silva, 2023.

159 f. : il.

Orientadora: Carmem Lúcia Brito Tavares Barreto.

Coorientadora: Suely Emília de Barros Santos.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de  
Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Psicologia. Clínica.  
Mestrado em Psicologia Clínica, 2023.

1. Psicologia clínica. 2. Fenomenologia existencial.  
3. Escuta (Psicologia). 4. Psicanálise. I. Título.

CDU 159.964.2

Pollyanna Alves - CRB4/1002

Dedico este trabalho a todos e todas que têm suas vidas atravessadas pela luta do direito de habitar. Habitemos!

## AGRADECIMENTOS

Quando um/a camponês/a se volta à terra para cultivar algo, ali se reúnem a fertilidade da terra, o vigor da água e a esperança de que brote alguma coisa. Quando um/a pesquisador/a decide investigar, se manifesta a reunião da força de uma pergunta, um cenário e as pessoas que o compõem com suas experiências. Adequado disto, sou grato.

À minha família, o início e destino de tudo. Nunca mediram esforços para que eu pudesse crescer junto à educação e, a partir de hoje, terão um mestre. Que esse título transforme as nossas vidas.

Aos meus amigos e amigas que me apoiam nessa jornada que me fez sair de casa em busca de uma formação superior. Vocês fazem essa caminhada ser mais acolhedora, pois, com vocês estou sempre em casa. Essa pesquisa é resultado do apoio de vocês.

À Jéssica Lima que dividiu o mesmo teto comigo em boa parte da escrita desta dissertação. Nossa caminhada é repleta de desalojamentos que se acalmam na cumplicidade e carinho que temos um pelo outro.

À Jussara Leal e sua família que desde o início dessa jornada me oferecem abrigo e confiança. Abrir as portas de nossa casa é um ato de amor!

À Maria Florêncio, confidente dos meus desassossegos. Dentre outras formas de amparo que teve comigo, destaco a imagem que ilustra a capa desta pesquisa. Gratidão pelo olhar generoso e artístico para o meu trabalho.

À minha orientadora Carmem Barreto e co-orientadora Suely Emilia que foram testemunhas e companheiras desta caminhada. A paciência e confiança que tiveram comigo foram fundamentais para esta dissertação nascer. Com vocês aprendi a acolher os meus contratemplos.

Ao TransVERgente, grupo onde a pesquisa se apresentou para mim como um modo de olhar o mundo. Com vocês sou pesquisador-extensionista, reconhecendo que a coletividade é fundamental para transformar a realidade.

Às pessoas que compõem o campo-tema desta pesquisa e dão voz à denúncia que se ergue nas páginas a seguir. Com vocês aprendi a caminhar com uma questão: “O que faz um psicólogo?”. Essa é a minha bússola.

Às professoras que compuseram a minha banca, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Ana Lúcia Francisco e Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Maira Clini, as quais emprestaram seus olhares e compreensões para aprimorar a escrita deste trabalho. Me senti acompanhado em cada palavra e sugestão dada, fortalecendo a pesquisa como caminho de transformação social.

À CAPES pelo fomento prestado à esta pesquisa. Mesmo com aos desmontes que ocorreram na educação de nosso país, o interior do Nordeste brasileiro figura esta dissertação financiada por um órgão público.

O Homem; as viagens

O homem, bicho da terra tão pequeno  
Chateia-se na terra  
Lugar de muita miséria e pouca diversão,  
Faz um foguete, uma cápsula, um módulo

Toca para a lua  
Desce cauteloso na lua  
Pisa na lua  
Planta bandeirola na lua  
Experimenta a lua  
Coloniza a lua  
Civiliza a lua  
Humaniza a lua.  
Lua humanizada: tão igual à terra.  
O homem chateia-se na lua.  
Vamos para marte - ordena a suas  
máquinas.  
Elas obedecem, o homem desce em marte  
Pisa em marte  
Experimenta  
Coloniza  
Civiliza  
Humaniza marte com engenho e arte.  
Marte humanizado, que lugar quadrado.  
Vamos a outra parte?  
Claro - diz o engenho  
Sofisticado e dócil.  
Vamos a vênus.  
O homem põe o pé em vênus,  
Vê o visto - é isto?  
Idem  
Idem  
Idem.  
O homem funde a cuca se não for a júpiter  
Proclamar justiça junto com injustiça  
Repetir a fossa  
Repetir o inquieto  
Repetitório.  
Outros planetas restam para outras colônias.  
O espaço todo vira terra-a-terra.  
O homem chega ao sol ou dá uma volta  
Só para tever?  
Não-vê que ele inventa  
Roupa insiderável de viver no sol.  
Põe o pé e:  
Mas que chato é o sol, falso touro  
Espanhol domado.  
Restam outros sistemas fora  
Do solar a col-  
Onizar.  
Ao acabarem todos  
Só resta ao homem  
(estará equipado?)  
A difícilíssima dangerosíssima viagem  
De si a si mesmo:  
Pôr o pé no chão  
Do seu coração

Experimentar  
Colonizar  
Civilizar  
Humanizar  
O homem  
Descobrimo em suas próprias inexploradas  
entranhas  
A perene, insuspeitada alegria  
De con-viver.

(Carlos Drummond de Andrade)

## RESUMO

Esta investigação se volta para o Nordeste brasileiro, contexto complexo historicamente associado ao clima árido e a grandes estiagens. Tal cenário foi, e ainda é, palco de diversas intervenções governamentais que buscam promover melhorias para uma área compreendida como situação-problema. Nesse rumo, há mais de uma década, a transposição do rio São Francisco chegou ao Sertão nordestino com a promessa de amenizar os agravos da seca e de promover o desenvolvimento para, pelo menos, 12 milhões de pessoas. Pela magnitude e o modo como está sendo implementada, a

transposição tem provocado algumas consequências nos territórios e na vida de camponeses e camponesas atingidos/as pela obra. Nesta dissertação, o objetivo principal foi compreender a experiência de realocação na Vila Produtiva Rural (VPR) Salão, em Sertânia/PE, dos camponeses e das camponesas que foram desapropriados/as pelas obras da transposição do rio São Francisco. Como objetivos específicos se buscou discutir as condições da desapropriação e da realocação de camponeses no contexto da transposição do rio São Francisco; apresentar indicadores que caracterizam a situação de pandemia da Covid-19 no Nordeste; cartografar a experiência de camponeses e camponesas desapropriados/as pela transposição do rio São Francisco e realocados/as na Vila Produtiva Rural Salão, em Sertânia/PE, diante da pandemia da Covid-19; e apontar subsídios que possam orientar a intervenção de psicólogos/as no contexto estudado. Tal experiência tem como pano de fundo a pandemia da Covid-19, que, ao se configurar como uma crise nos planos ético, político, econômico, cultural, social e sanitário, repercutiu na experiência vivida desses grupos. O caminho metódico se constituiu por uma investigação cartográfica, em diálogo com os pressupostos da fenomenologia hermenêutica de Gadamer. As modalidades de intervenção/investigação, para recolher as narrativas, foram o Diário de Bordo construído pelo pesquisador e a Roda de Conversação realizada com quatro camponeses e camponesas que residem na Vila Produtiva Rural Salão, em Sertânia/PE. Para a análise, se propõe uma intersecção dos depoimentos da pesquisa com estudiosos, a fim de revelar os enredos que se constituem na realidade dos camponeses e das camponesas presentes na pesquisa. Organizou-se tal momento em três constelações que foram interpretadas pela Hermenêutica Filosófica de Gadamer. Revelou-se nas narrativas que os/as moradores/as da VPR Salão lidam com condições precárias de habitação somadas à violação de direitos e ao não cumprimento das promessas feitas para eles/as, que foram desapropriados/as e realocados/as. Nessa circunstância, o pertencimento ao local de moradia é posto em questão, visto que o direito ao habitar ainda é condicionado pela política dos representantes governamentais. Somada a isso, a pandemia da Covid-19 se mostra como uma crise que denuncia as vulnerabilidades desse contexto, acentuando as dificuldades de acesso à saúde. Por fim, apesar dessas condições, as narrativas apontam possibilidades para pensarmos modos de acompanhar os/as moradores em seus modos de habitar na VPR Salão, bem como para reivindicar e de construir condições dignas de moradia.

**Palavras-chave:** Transposição do rio São Francisco; Realocação; Pandemia da Covid-19; Experiência; Habitação; Hermenêutica Filosófica.

#### ABSTRACT

This investigation focuses on the Brazilian Northeast, a complex context historically associated with an arid climate and severe droughts. This scenario was, and still is, the stage for several governmental interventions that seek to promote improvements in an area understood as a problem situation. In this regard, more than a decade ago, the transposition of the São Francisco river reached the Northeastern "Sertão" with the promise of mitigating drought aggravations and promoting development for at least 12 million people. Due to the magnitude and the way in which it is being integrated, the transposition has some consequences in the territories and in the lives of peasants affected by the constructions. In this dissertation, the main objective was to understand the experience of relocation in the Vila Produtiva Rural (VPR) Salão, in Sertânia/PE, of

the peasants who were expropriated by the constructions of the transposition of the São Francisco river. As specific objectives, we sought to discuss the conditions of expropriation and relocation of peasants in the context of the transposition of the São Francisco River; to present indicators that characterize the situation of the Covid-19 pandemic in the Northeast; to map the experience of peasants dispossessed by the transposition of the São Francisco River and relocated in Vila Produtiva Rural Salão, in Sertânia/PE, in the face of the Covid-19 pandemic; and point out ways that can guide the intervention of psychologists in the observed context. This experience has as a background the Covid-19 pandemic, which, when configured as a crisis in the ethical, political, economic, cultural, social and healthcare plans, had repercussions on the living experience of these groups. The methodological path consisted of a cartographic investigation, in dialogue with Gadamer's hermeneutic phenomenology. The intervention/research modalities, to collect the narratives, were the Logbook constructed by the researcher and the Conversation Circle carried out with four peasants who live in Vila Produtiva Rural Salão, in Sertânia/PE. For the analysis, an intersection of the research testimonies with scholars is proposed, in order to reveal the plots that constitute the reality of the peasant men and women present in the research. This moment was organized into three constellations that were interpreted by Gadamer's Philosophical Hermeneutics. It was revealed in the narratives that the residents of VPR Salão deal with precarious housing conditions added to the violation of rights and the non-fulfillment of promises made to them, who were expropriated and relocated. In this circumstance, belonging to the place of residence is called into question, since the right to dwell is still conditioned by the policy of government representatives. Added to this, the Covid-19 pandemic shows itself as a crisis that exposes the vulnerabilities of this context, accentuating the difficulties of access to health. Finally, despite these conditions, the narratives point out to possibilities for us to think of ways to accompany residents in their ways of living in VPR Salão, as well as to claim and build decent housing conditions.

**Keywords:** Transposition of the São Francisco; Relocation; Covid-19 pandemic; Experience; Housing; Philosophical Hermeneutics

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Os retirantes de Cândido Portinari

Figura 2 – Mapa de localização do PISF e eixos associados

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Produções utilizadas para análise

Tabela 2 – Linha do tempo da transposição do rio São Francisco

Tabela 3 – Variantes da covid-19

Tabela 4 – Colaboradores da pesquisa

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

BVS – Biblioteca Virtual em Saúde

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEP – Comitê de Ética e Pesquisa

DPE – Defensoria Pública do Estado

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

GS – Garantia-Safra

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

MDR – Ministério do Desenvolvimento Regional  
MI – Ministério da Integração  
MPF – Ministério Público Federal  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
NEMA – Núcleo de Ecologia e Monitoramento Ambiental  
OMS – Organização Mundial de Saúde  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PB – Paraíba  
PBA - Programa Básico Ambiental  
PE – Pernambuco  
PENSSAN – Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional  
PFA – Programa de Fortalecimento Acadêmico  
PISF – Projeto de Integração do rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional  
PNI – Programa Nacional de Imunização  
PNPCT – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais  
PNSIPCF – Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta  
PRAD – Programa de Recuperação de Áreas Degradadas  
PROEC – Pró-reitoria de Extensão e Cultura  
PTT – Programa de Transferência Temporária  
RIMA – Relatório de Impactos Ambientais  
SCIELO – Scientific Electronic Library Online Brasil  
STF – Supremo Tribunal Federal  
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares  
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso  
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido  
UFMG – Universidade Federal de Campina Grande  
UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco  
UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco  
UPE – Universidade de Pernambuco  
VIGISAN – Vigilância da Segurança Alimentar e Nutricional  
VMT – Verba de Manutenção Temporária  
VPR – Vila Produtiva Rural

## SUMÁRIO

ENTRE OS CANAIS DE CONCRETO... INQUIETAÇÕES BROTAM: apresentando experiências de um pesquisador-extensionista .....	17
1 – POR UM CAMINHO TRANSVERGENTE... DESCORTINANDO O DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA QUE ENCOBRE OS/AS AFETADOS/AS PELA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO.....	21
2 – AS AFLUENTES DESSE RIO: leituras sobre habitação humana.....	31
2.1 – Pelos canais das produções científicas: o que se tem dito sobre a transposição e suas reverberações?.....	33
2.2 – Pelos canais do pensamento de Martin Heidegger: compreensões ontológicas do habitar.....	37

2.3 – Pelos canais da colonialidade e da lógica desenvolvimentista: a dominação de corpos e territórios.....	41
3 – ENTRE A NASCENTE E A FOZ... QUAL É O CENÁRIO?.....	45
3.1 – A transposição do Velho Chico: megaempreendimento que inaugura ressonâncias no Sertão pernambucano e nos povos camponeses.....	47
3.2 – A desapropriação e a realocação na transposição do São Francisco.....	51
3.3 – A pandemia da Covid-19 no Nordeste: um encontro de crises .....	53
4 – COMO MERGULHAR NESTE RIO DE CONCRETO? CAMINHO METÓDICO.....	58
60	
4.1 – A VPR Salão como cenário da pesquisa.....	63
4.2 – A pesquisa de campo na situação de pandemia.....	64
4.3 – A fenomenologia e a cartografia como atitude de investigação.....	67
4.4 – Caracterização dos/as colaboradores/as.....	71
4.5 – Modalidades de investigação e intervenção da pesquisa.....	72
4.5.1 - O diário de bordo.....	73
4.5.2 - Roda de Conversação.....	74
4.6 – A análise hermenêutica.....	75
5 – O QUE CONTAM AS VOZES DESTA HISTÓRIA?.....	75
5.1 – "Desacobertos": as condições de habitação na VPR Salão.....	79
5.2 - "Uma roupa que pode se rasgar a qualquer momento": o pertencimento em questão.....	102
5.3 - "Passa por longe que o povo aí está com covid": o cotidiano tecido pela situação de pandemia da Covid-19.....	117
6. ONDE DESÁGUA ESTE RIO? CONSIDERAÇÕES EM CURSO .....	129
REFERÊNCIAS .....	137

## **ENTRE OS CANAIS DE CONCRETO... INQUIETAÇÕES BROTAM: apresentando experiências de um pesquisador-extensionista**

Defina que seu objeto seja parte de seus desejos, ou seja, tenha motivação emocional e, ao mesmo tempo, responda a demandas sociais urgentes. Um problema de pesquisa, se não for parte de nós e de nosso interesse em contribuir com o mundo, não terá verdade e será objeto de quem se apropriar dele (MELO, 2021, disponível na internet).

Como se torna ou o que define um pesquisador? A depender do ponto de partida, diversas respostas podem ser traçadas para essa interrogação. Pode-se falar sobre a importância do domínio de metodologias, o comprometimento com um objeto de estudo ou até mesmo a importância de estar vinculado a projetos ou a instituições que amparem e desenvolvam investigações. Mas será que esses aspectos traduzem o que é ser pesquisador? Em certa medida, eles podem se configurar como respostas corretas para a questão acima, mas há algo, também, que atravessa todo pesquisador: o questionar. Assim, nesse preâmbulo, me volto para a contação da minha história enquanto pesquisador, tentando tematizar o modo como o questionar surgiu em mim.

Certo de que não há data nem hora que inauguram o momento em que me volto para a possibilidade de ser pesquisador, arrisco dizer que, no 7º período da graduação, reconheço meu desejo de ingressar no mestrado após o término do curso. A essa altura, ainda não compreendia qual era o sentido de me tornar um mestre. Em linhas gerais, sabia que a pós-graduação era um modo de manter a formação profissional em ação, mesmo após o diploma de graduado. Assim, me propus a participar de pesquisas, grupos de estudo, extensões universitárias, estágios e outras atividades que contribuíssem para que eu alcançasse o objetivo de ingressar na pós-graduação.

Nesse percurso, destaca-se um programa de extensão, o qual irei descrever no primeiro capítulo, que me possibilitou transitar por contextos vulnerabilizados pelas “grandes” obras do rio São Francisco. Tal programa nos deslocava do Agreste meridional até o interior do Sertão nordestino para conhecermos a realidade das pessoas que conviviam com a transposição, confrontando a experiência vivida com o discurso progressista comumente associado à obra.

Nessa extensão universitária, surgiram demandas que denunciaram a condição de subalternidade dos/as afetados/as pela transposição. Em tal situação, as narrativas, ao trazerem o sofrimento vivido diante das condições de vida impostas, apontavam para uma ruptura com o cotidiano e demandavam uma escuta clínica que possibilitasse acolher e dar passagem para a elaboração de tal sofrimento e, quem sabe, que

viabilizasse o alvorecer de horizontes outros a serem buscados. Nesse rumo, a Psicologia era interpelada:

Na volta para o sindicato, eu, duas colegas estudantes de psicologia e um agricultor e funcionário do Sindicato de Sertânia estávamos no carro da Prof<sup>a</sup> Suely. Ele nos dirige a seguinte questão: o que um psicólogo faz? O silêncio fez presença entre nós e por mais que tenham sido segundos, foi um peso que atravessou a gente. Minhas colegas começaram a gaguejar e apontar algumas possibilidades de respostas... “trabalhamos com o sofrimento”, “tem relação com a memória das pessoas”... no entanto permaneci em silêncio. Aquelas tentativas de resposta que emergiam não pareciam ser suficientes para que o senhor entendesse o que um psicólogo faz, e ainda, meu silêncio parecia revelar que não há uma resposta satisfatória. Afinal, o que pode um psicólogo num cenário marcado por violências, tal qual é o das pessoas afetadas pela transposição? Essa pergunta perdura em aberto para mim... (Diário de bordo do pesquisador redigido em atividades extensionistas do TransVERgente).

A interrogação levantada por aquele agricultor ecoou e ainda encontra abrigo em mim. Compreendo que o silêncio que emergiu não dizia respeito à incapacidade de construir uma devolutiva ou, tampouco, à falta de uma resposta. Na verdade, me deparei com a inquietude de não saber, naquele momento, como pensar o lugar da Psicologia diante de um contexto atravessado por violações advindas da presença do megaempreendimento da transposição do rio São Francisco, que afetavam sobremaneira o direito à moradia e o acesso à água, produzindo tantas outras queixas presentes nos depoimentos dos camponeses e das camponesas que dialogavam nas ações extensionistas.

Revelava-se, nas andanças pelo território, um sofrimento existencial entrelaçado ao desrespeito aos direitos fundamentais. Nas escutas que me dispunha, sentia-me angustiado e também impotente, ao acompanhar pessoas que não tinham acesso às questões necessárias para um viver digno. Ocasionalmente, entendia que a ação clínica poderia se mostrar na escuta que acolhe e sustenta as tensões, aguardando que possibilidades de cuidado emergissem. Em outros momentos, as im-possibilidades experienciadas me confrontavam enquanto estudante extensionista e, posteriormente, psicólogo em formação inserido nesse contexto.

Essas inquietações tanto surgiam como indagações que iluminavam os limites da atenção psicológica quanto me mobilizavam a encontrar caminhos que servissem de travessia, tendo em vista as adversidades daquele território. Nessa direção, em minha experiência, compreendo que a extensão, além de viabilizar a presença da academia em determinados contextos sociais, possibilitando que instituições de ensino contribuam com as demandas da sociedade, ainda promove o compartilhar e a criação de saberes

que podem trans-formar ações. Para tanto, é preciso dar espaço às inquietações que nos atravessam.

Nessa direção, me reconheço enquanto pesquisador-extensionista. Esse título demarca a trajetória singular que me formou e está atento aos compromissos ético-políticos que minha profissão tem para com a sociedade. Enquanto extensionista, entendo que não sou meramente convocado a experimentar o trânsito entre teoria e prática, como quem busca aplicar em outros lugares o que aprendeu nos espaços intramuros da universidade, mas sou impelido a questionar o modo como as situações e os contextos se configuram e reproduzem violência e sofrimento. Isso inclui questionar nossa ação. E é na pesquisa que encontro condições para deixar as interrogações se manifestarem.

Reconheço, então, que transitar pelo cenário delineado acima tem me provocado a buscar compreender uma realidade complexa atravessada por diversas violências e, por muitas vezes, encoberta pelo discurso desenvolvimentista. A partir disso, junto às afetações que o campo me revela, proponho, com esta dissertação, contribuir na investigação acerca das repercussões da transposição do rio São Francisco, sobretudo, olhando para o fenômeno da habitação e da realocação dos camponeses e das camponesas que tiveram de sair de suas casas em prol das obras.

Podem-se encontrar os fundamentos e as justificativas para o acontecimento de uma pesquisa nas vias convencionais assumidas na academia, como, por exemplo, a carência de estudos acerca de determinado assunto ou o interesse em problematizar um campo temático e em produzir um conhecimento técnico-científico sobre algum fenômeno. Esses caminhos, quando assumidos, são pertinentes em seus propósitos, e de algum modo atravessam a trajetória desta pesquisa.

No entanto, considero importante demarcar que a experiência<sup>1</sup> é o solo e a mola propulsora deste estudo. Como psicólogo andarilho, o encontro com outros revelou o modo de ser pesquisador que eu precisaria assumir para pôr em andamento a investigação aqui proposta. Sobre isso, Santos (2016, p. 125) nos diz que “o caminho pode chamar uma atitude, atitude essa que lança um apelo que só pode ser ouvido por aqueles que se dispõem a percorrer o caminho”. O apelo ressoa no meu caminho como

---

<sup>1</sup>Tomo como noção de experiência a compreensão heideggeriana que diz o seguinte: “experiência consiste em ser ‘afetado’ e ‘transformado’ num encontro com o outro na sua alteridade, um acontecimento dramático que supõe o estar instalado num mundo como horizonte de encontros. Esse horizonte, ao mesmo tempo, abre-se para transformações e resiste e se opõe a qualquer captura pelo outro” (BARRETO, 2008, p. 5). Portanto, a experiência diz de uma abertura do ser para o mundo, se deixando ser atravessado pelos entes e acontecimentos que vêm ao seu encontro, obstante de traduzir-se, apenas, nos fatos que ocorrem cotidianamente.

uma questão. A interrogação descortina sentidos e abre fendas naquilo que, aparentemente, já está sedimentado.

Nesse rumo, eis a questão que guia esta pesquisa: Como se mostra a experiência de realocação dos camponeses e das camponesas desapropriados/as pelas obras da transposição do rio São Francisco, vivida em situação da pandemia da Covid-19?

Tal pergunta possibilitou compreensões, descobertas e indagações no campo, conduzindo a construção desta pesquisa. E, ainda, apontou para possibilidades que revelam uma história contada pelos/as próprios/as colaboradores/as do campo-tema em questão. Na tentativa de contar essa história, esta dissertação se organiza em seis capítulos. Após discorrer sobre o meu percurso até chegar a esta pesquisa, no Capítulo 1, apresento o TransVERgente, programa de extensão que me formou enquanto psicólogo extensionista e despertou, no encontro com os/as afetados/as pela transposição do rio São Francisco, o meu interesse em compreender a experiência dessas pessoas e também o modo como a atenção clínica pode atravessar a ação de pesquisar.

A seguir, no Capítulo 2, desenvolvo o referencial teórico que possibilitou leituras prévias acerca da habitação humana. O capítulo está dividido em três subtópicos. No primeiro, destaca-se o estado da arte realizado em bancos de dados e delineia um panorama das pesquisas que foram realizadas sobre a experiência de desapropriação e de realocação no contexto da transposição do rio São Francisco. Já no segundo, recorre-se ao pensamento heideggeriano como possibilidade de compreender o habitar como o fenômeno da existência humana de conviver com outros no mundo. Por fim, no terceiro, a colonialidade e a lógica desenvolvimentista são refletidas como dimensões que constituem a habitação, sobretudo, de determinados grupos vulnerabilizados.

No Capítulo 3, é introduzida a historicidade do contexto desta pesquisa, evidenciando a chegada da transposição do rio São Francisco no Sertão e os seus impactos, destacando-se a desapropriação e a realocação de famílias no entorno das obras. Problematiza-se o modo como tal megaempreendimento foi implementado, o que parece negligenciar os impactos imateriais/simbólicos no modo de vida das pessoas afetadas em prol do avançar das obras. Ainda, apresenta-se uma breve discussão sobre a pandemia do novo coronavírus no panorama de crises em contextos e situações sociais de vulnerabilidade, mais especificamente no Nordeste.

No Capítulo 4, é apresentado o caminho metódico percorrido nesta dissertação, que caracteriza a pesquisa como uma experiência do aconte-ser do pesquisador no

encontro com outros. Numa articulação entre a atitude fenomenológica e a cartografia clínica, destaca-se a intenção de romper com as pesquisas que operam sob a lógica extrativista que trata os atores sociais como objetos de análise. Voltamo-nos para a construção de uma pesquisa que privilegia a experiência e as vozes daqueles/as que são invisibilizados/as pela violência desenvolvimentista.

No Capítulo 5, é realizada uma conversação entre as narrativas dos camponeses e das camponesas, os depoimentos do diário de bordo do pesquisador e os olhares teóricos, para compreender o fenômeno da desapropriação e da realocação dos camponeses e das camponesas desapropriados/as pela transposição do rio São Francisco. Tal momento foi organizado através de três constelações que arranjam os fenômenos desvelados no percurso da pesquisa.

Por fim, apresento as considerações acerca do trabalho, realçando as dimensões existenciais, sociológicas e políticas que se desvelaram no acontecer da pesquisa. A tecitura das experiências dos/as camponeses/as serve de subsídio para os indicativos da intervenção psicológica relacionada ao tema investigado.

## **1 – POR UM CAMINHO TRANSVERGENTE... DESCORTINANDO O DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA QUE ENCOBRE OS/AS AFETADOS/AS PELA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO**

Início este capítulo realçando o percurso desta pesquisa. Para isso, contarei algumas experiências que antecedem até mesmo o meu ingresso no Programa de Pós-

graduação em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, não somente com a finalidade de construir uma linha do tempo com acontecimentos que legitimam esta investigação, mas também, por acreditar que há uma história a ser contada. Essa história revela o meu aconte-*ser* junto a outros.

Em 2018, ainda como graduando em Psicologia, fiquei sabendo de um processo seletivo organizado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Suely Emilia para um projeto de extensão universitária intitulado “Direito à saúde: ressonâncias da transposição do rio São Francisco”, que aconteceria numa parceria entre os campi Garanhuns e Arcoverde da Universidade de Pernambuco (UPE) e a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/PE). Esse projeto visava compreender a realidade dos afetados e das afetadas pelas obras da transposição e propor ações de saúde para essas pessoas.

Sem conhecer mais a fundo o campo de tal projeto, fui guiado pela curiosidade e escrevi uma carta de intenção me candidatando a uma vaga de extensionista. Para tanto, investiguei na internet algumas informações que pudessem me orientar a entender qual era a realidade das pessoas afetadas pelas obras do São Francisco. A partir de uma breve leitura de notícias e reportagens, tomei conhecimento de algumas queixas a respeito do atraso da conclusão das obras, do modo como a transposição fora implementada e da situação de vulnerabilização acarretada durante o percurso desse megaempreendimento. Partindo disso, escrevi o seguinte em minha carta de intenção para o projeto:

Apesar de ser um leigo sobre este assunto, reconheço a importância de projetos como estes, pois compreendo que o local que nos cerca é cenário do nosso viver, e junto a este cenário constituímos modos de viver. Desta forma, entendo que as mudanças ocorridas no meio em que vivo, podem acarretar no surgimento de outros modos de vida. Diversos fatores podem influenciar o meu ambiente, mas mudanças bruscas que acarretam na vulnerabilidade de pessoas, lhes tirando ou dificultando o acesso a direitos básicos, como por exemplo, a saúde, são causadores de desalojamento, e imagino que esta seja a experiência de pessoas que foram impactadas pela transposição do rio São Francisco (Fragmento da carta de intenção submetida para o processo seletivo do projeto de extensão “Direito à saúde: ressonâncias da transposição do rio São Francisco).

Ainda que tivesse apenas compreensões iniciais em relação ao tema, esse cenário provocou em mim o interesse de entender, sobretudo, como um fenômeno que provoca transformações significativas no ambiente, como é o caso da transposição, reverbera no modo de vida e no habitar humano. Mesmo com pouco conhecimento sobre a realidade das pessoas afetadas pela transposição, a minha atenção se encaminhou para a questão da habitação e para o modo como nos relacionamos com o que, comumente, é entendido como ambiente.

Pouco tempo depois, já integrando o projeto de extensão, vivenciei a experiência de transitar pelos contextos da transposição. Junto a um grupo de aproximadamente 30 extensionistas, constituído de forma multiprofissional e interprofissional, com professores/as, graduandos/as, residentes e mestrands/as das áreas das Ciências Humanas, Sociais e da Saúde, percorremos comunidades rurais da cidade de Sertânia/PE que tiveram seu viver cotidiano atravessado pelas obras.

Sob o sol do Sertão, escutamos aqueles/as que vivenciavam as reverberações concretas da presença da obra, que chegou com a promessa de levar água para a torneira de várias famílias. Aquelas informações, que, inicialmente, lera em notícias e jornais, se manifestavam junto a outras questões, nas narrativas escutadas em reuniões convocadas pelo projeto de extensão. Em cada comunidade, alguns fenômenos específicos eram ressaltados, mas sua maioria surgia como denúncia de uma realidade marcada por violências.

Recordo-me de ter sido afetado com as primeiras idas ao território. Os depoimentos rompiam com o imaginário que, até então, tivera da transposição, como um megaempreendimento que sanaria os agravos provocados pela seca e, conseqüentemente, estimularia o desenvolvimento do Nordeste. De fato, essa é a história publicamente conhecida. No entanto, na medida em que o campo se manifestava, ficava evidente que a história conhecida publicamente sobre a transposição não era a experiência vivida pelos/as afetados/as pelo megaempreendimento. Havia uma história encoberta.

Toda a grandiosidade da promessa de levar água para o Sertão mascara um contexto de violações de direitos e de sofrimento causado pela presença das obras e do modo como elas foram e ainda estão sendo implementadas. Nesse contexto, algumas pessoas sofrem por ter sido arrancadas de suas terras, locais onde constituíram seus modos de vida e mantinham tradições/memórias, e pelos danos materiais e imateriais/simbólicos provocados pela transposição.

Acerca disso, o pesquisador e professor André Costa, da FIOCRUZ/PE, através da pesquisa “Estudo ecossistêmico sobre os processos de vulnerabilização de territórios e populações e do acesso à água decorrentes do processo de implantação do projeto de transposição do rio São Francisco”, produziu um documentário intitulado *Invisíveis*<sup>2</sup>, que caracteriza a situação das pessoas atingidas por tal empreendimento. A partir da produção, é possível escutar depoimentos que indicam alguns impactos da transposição:

---

<sup>2</sup> Documentário *Invisíveis*. Direção André Monteiro (56 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=poIQF8FH-nA&t=1729s>. Acesso em: 21 fev. 2023.

Meu currá, minhas coisa, tudo direitin... Tá toda bagaceira lá em baixo. Pegaram, torraram tudo, acabaram com tudo! Não deixaram eu tirar direitinho... tá entendendo? Enquanto eu fui levar minhas coisa na rua, ele mandou aquela... como é o nome daquela máquina? Aquelas grandona, que pegam as coisa assim... que enfia-se lá dentro e quando vem... vem com tudo! Ela juntou como quem junta um mói de papel assim, num sabe? E... e enrola na mão. Ela juntou tudo e jogou em cima do... joga em cima da caçamba e eu lá na rua! Quando eu cheguei da rua, que eu fui levar umas coisinha... ele tinha acabado com o resto. Aí foi quando ele chegou!... Dr. João... me chamou... viu minha situação, minha pressão foi pra vinte! Eu quase que eu morro! Foi preciso colocar um negócio na minha língua, meus menino endoideceram, ele disse... [...] “Você não vai perder nada”. Isso faz um ano e tá nisso... É rapaz... o cabra dentro de uma casa... cinquenta e tantos anos não é brincadeira não! Oxe! Receber naquele tempo o quê? Mixaria, né? [...] Minha água, ói...eu tinha um poço d’água ali... a coisa mais linda do mundo!... eu dava água as minhas vaquinha... Destruiu tudo! Seja o de Deus quiser, né?

(Seu Lídio – Sertânia/PE)

O prejuízo que eu tive não pode ficar só aqui... Se eles voltasse a pagar a minha... o meu direito, eu fi... eu melhorava a vida! Mas eles não voltam não. Eu tô... com a vida acabada!

(Seu Evaldo – Sertânia/PE)

O relato de Seu Lídio retrata a devastação que ocorreu em sua vida diante da desapropriação que lhe foi imposta. Sem ter o direito de ficar com seus pertences, Seu Lídio presenciou a transposição retirá-lo de um espaço que constituía sua história de vida e foi “recompensado” com uma indenização irrisória, ou, em suas próprias palavras, uma “mixaria”. Já Seu Evaldo, que teve um agravamento em sua saúde após a chegada das obras, ao narrar “Eu tô... com a vida acabada!”, evidencia que há uma relação entre terra e existência, frisando que a transposição não acarreta apenas danos materiais/físicos, mas também atinge sobremaneira o modo de existir das pessoas que foram afetadas no percurso desse megaempreendimento.

Em consonância, inseridos/as no campo, testemunhamos narrativas de camponeses e camponesas que denunciavam o sentimento de serem invisibilizados/as pelas obras da transposição do rio São Francisco. Nessa direção, fui convocado a olhar para essas pessoas.

Em uma das ações do projeto de extensão, nos inquietamos ao ouvir de um camponês que a transposição não via gente, mas apenas bichos e plantas. A partir disso, o projeto, até então intitulado: “Direito à saúde: ressonâncias da transposição do rio São Francisco”, passou a ser identificado como “TransVERgente”. Esse nome surgiu da interação entre a equipe extensionista e os povos da terra, apontando uma atitude: **Trans**por o concreto das obras da transposição e **VER** além: ver a **gente** que se encontra à sombra do discurso desenvolvimentista que paira sobre essa obra. Em 2019,

o projeto de extensão se tornou um programa de extensão<sup>3</sup> aprovado no edital do Programa de Fortalecimento Acadêmico – PFA EXTENSÃO – 01/2019 da UPE, já assumindo o novo nome. Com isso, fortaleceu suas ações, e vem acolhendo/desenvolvendo pesquisas de graduação e pós-graduação.

O TransVERgente se organiza através do objetivo de “criar espaços de cuidado e de conversação em interface com o direito à saúde para a população vulnerabilizada em decorrência da implantação das obras da transposição” (GOMES *et al*, 2021, p. 38). Nesse sentido, o programa assume uma metodologia co-participativa que busca incluir as pessoas afetadas pela transposição na construção de ações que visem a reparação dos impactos da transposição.

A ideia de reparação que guia suas intervenções está fundamentada na proposta de Reparação Integral Comunitária, que compreende que tal processo não está voltado apenas para a restituição material ou jurídica daqueles/as que foram vulnerabilizados/as por algum acontecimento. Há outras dimensões irreparáveis nessas situações, como pontua Beristain (2009, p. 173-174, tradução nossa):

No entanto, muitas vezes falamos em reparação também do ponto de vista jurídico, em situações de irreversibilidade da perda. Nada pode substituir os parentes mortos ou reparar a dor das vítimas. Em essência, a reparação refere-se a um problema sem solução, mas ao mesmo tempo à necessidade de um compromisso para restaurar os direitos das vítimas e suas famílias, ajudá-las a enfrentar as consequências das violações e promover sua reintegração social.<sup>4</sup>

É preciso incluir nas ações de reparação as dimensões simbólica, espiritual, cultural, social e política, tendo em vista que tais questões não serão restituídas integralmente, mas poderão ser confrontadas e evitadas de se repetirem (GOMES *et al*, 2021). Nesse sentido, reconhece-se a importância de um olhar plural e diverso em situações de vulnerabilização e danos, com a finalidade de propor práticas amplas e contextualizadas.

Por isso, o TransVERgente conta com uma equipe multiprofissional e interdisciplinar, com estudantes, profissionais e pesquisadores/as de áreas de saber como Psicologia, Medicina, Direito, Sociologia, Saúde Mental e Saúde Coletiva que

---

<sup>3</sup> Um projeto de extensão é definido como um conjunto de atividades com objetivo e prazos definidos. Já um programa de extensão se caracteriza como a articulação de diversos projetos de extensão e pesquisa, com duração média a longo prazo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, 2016).

<sup>4</sup> No original: “Sin embargo, muchas veces hablamos de reparación también desde una perspectiva jurídica, en situaciones de irreversibilidad de la pérdida. Nada puede remplazar a los familiares muertos o reparar el dolor de las víctimas. En esencia, la reparación hace referencia a un problema sin solución, pero a la vez a la necesidad de un compromiso para restituir los derechos de las víctimas y familiares, ayudar a enfrentar las consecuencias de las violaciones, y promover su reintegración social.”.

fazem parte da Universidade de Pernambuco (UPE), campi Garanhuns e Arcoverde, da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/PE) e da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), campus Sumé.

Importa destacar medidas de reparação que o TransVERgente vem desenvolvendo:

- Em 2018, organizou reuniões com lideranças de nove comunidades atingidas e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Sertânia/PE (STR/Sertânia), com o objetivo de realizar um diagnóstico dos impactos da transposição. Isso resultou na criação de comissões temáticas compostas por extensionistas, camponeses e camponesas, para organizar as ações do TransVERgente a partir das necessidades de cada comunidade. Assim, foram criadas as seguintes comissões: Cultura, Mobilização Social, Direitos e Cidadania e Saúde (GOMES *et al*, 2021);
- Em 2019, em parceria com a Defensoria Pública do Estado (DPE) e o STR/Sertânia, realizou um mutirão que viabilizou orientações jurídicas para camponeses/as de comunidades afetadas pela transposição. Além disso, foram disponibilizadas práticas em saúde por profissionais e estudantes do curso de Psicologia da Universidade de Pernambuco (UPE/Campus Garanhuns) e residentes em Saúde Mental (BORGES *et al*, 2021);
- Em 2020, diante da situação de pandemia e da impossibilidade de ações presenciais, produziu um vídeo-poesia e um cordel intitulados, respectivamente: “O que espio da minha janela?”<sup>5</sup> e *Coronavírus em Cordel*, com o intuito de alertar para os cuidados no enfrentamento à Covid-19. Esse vídeo integrou o Projeto de Extensão “Conhecimento Solidário da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PROEC/UPE” e foi encaminhado para as comunidades de Sertânia/PE (GOMES *et al*, 2021);
- Ainda em 2020, encaminhou uma denúncia ao Ministério Público Federal (MPF) para que este ouvisse lideranças e pesquisadores/as acerca dos danos causados pela transposição e solicitasse a aplicação de medidas cabíveis. Essa denúncia foi acolhida pelo MPF, e, em 2022, aconteceu a escuta de líderes e representantes das três comunidades acompanhadas pelo programa de extensão. Tal momento reuniu narrativas e depoimentos que serão utilizados para

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PG11M-aHUSk&list=PLCw2lkJGLbEDBeC1auKTJmihUhhlsOmLH&index=47>. Acesso em: 01 mar. 2023.

encaminhar solicitações de reparação aos/às atingidos/as pela obra, sobretudo no aspecto dos danos morais. Importa assinalar que a procuradora solicitou da equipe de Psicologia presente do TransVERgente relatórios psicossociais para fazerem parte da documentação necessária ao encaminhamento do processo. Nessa escuta, o MPF se convenceu da necessidade de se instaurar uma ação civil pública para tentar minimizar os danos e as violações que vêm se dando há mais de dez anos.

- Em paralelo a essas ações, desde 2018, estudantes e profissionais da Psicologia caminham por uma ação clínica no viver cotidiano durante as atividades em campo junto aos/às atingidos/as pelas obras. Essa oferta de atenção psicológica acontece, na maior parte das vezes, através da modalidade do Plantão Psicológico (MELO *et al*, 2021);
- O TransVERgente organiza também ações multiprofissionais em saúde, disponibilizando serviços como: Aferição de pressão arterial, Teste de glicose, Educação em saúde, Plantão Psicológico, Auriculoterapia e outras práticas de cuidado (SILVA, SANTOS, SANTOS, 2020).

Essas e outras atividades demarcam a atitude de encontrar caminhos que fortaleçam as fragilidades constituídas no acontecer das obras da transposição, bem como de requerer os direitos fundamentais que foram violados. Ao incluir as pessoas vulnerabilizadas nesse processo, sinaliza que o campo é que conduz o modo como devemos coabitar e intervir, viabilizando rumos para que os camponeses e as camponesas se apropriem das suas possibilidades de ser e de conviver.

Imerso nessas ações, me deparei com experiências que me inquietaram, fundando questões: Afinal, quem escreve a história das pessoas afetadas pela transposição do rio São Francisco? E, ainda, como escutar, acompanhar e evidenciar a história de quem teve suas vidas atravessadas por tal obra?

Foram esses questionamentos, e outros que se configuraram em campo, que me encaminharam para a pesquisa, como possibilidade de construir outras narrativas acerca da realidade da transposição do São Francisco. Em 2019, para o meu trabalho de conclusão de curso (TCC), realizei a pesquisa “GRITO DA TERRA: Narrativas acerca do fenômeno da desapropriação na transposição do Velho Chico”, com o objetivo de compreender a experiência das pessoas que, em prol do andamento das obras, foram expropriadas de suas terras.

Já em 2020, fui aprovado no processo seletivo para o Programa de Mestrado em Psicologia Clínica da UNICAP, com um projeto de pesquisa que se voltava para a investigação do modo de vida das pessoas que habitavam cidades grandes. Não foi preciso muito tempo para que essa proposta se dissolvesse:

Depois da primeira orientação com a professora Carmem, iniciamos discutindo então este projeto que sugeri como campo-tema para o mestrado, mas parecia que algo nos chamava para outra direção: a pandemia do coronavírus [...] Sentia que algo muito caro a mim não estava presente neste novo caminho que buscamos para a temática da dissertação. Eis que, diante de uma conversa com a professora Suely, ao conversarmos sobre meu tema, surge a seguinte provocação: “Porque você não pesquisa sobre o confinamento com o pessoal da transposição?”. O sentimento de que algo faltava se dissipou. Ao ouvir isso, senti que estava sendo convidado para retornar ao meu lar depois de uma longa viagem (Diário de bordo do pesquisador).

Convocado pelo meu caminho já percorrido, e reconhecendo a minha formação enquanto pesquisador-extensionista, assumi também o lugar de pesquisador diante desse cenário. Desse modo, retomei o meu interesse pelo contexto da transposição do rio São Francisco, tendo como proposta compreender (e ampliar as compreensões sobre) o desterro das pessoas atingidas pela transposição. Assim nasceu esta dissertação.

Importa situar que convivemos com a situação de pandemia do coronavírus, que foi deflagrada desde março de 2020. Durante esse período, em função do distanciamento social preconizado como prevenção, as atividades em campo foram suspensas. Junto a outros/as colegas pesquisadores/as, ficamos receosos/as de como encaminhar nossos trabalhos nesse cenário. Era desafiador propor uma pesquisa que acontecesse através do virtual/online, uma vez que os/as colaboradores/as do meu estudo são camponeses e camponesas que residiam em área rural, o que dificultava a conexão via internet.

Ainda assim, inseguro, propus uma pesquisa de campo orientada pelas medidas sanitárias indicadas pelo Ministério da Saúde. Em março de 2021, a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa – CEP<sup>6</sup>, e, desde já, surgiu a incerteza de como aconteceria a inserção e a acolhida do campo, uma vez que a situação pandêmica nos solicitava o distanciamento social como prevenção de contaminação pela Covid-19 e que a vacinação ainda estava em etapas iniciais.

Pouco tempo depois, o TransVERgente, através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Sertânia/PE (STR/Sertânia) e dos/das líderes comunitários/as, recebeu um pedido para que as atividades extensionistas

---

<sup>6</sup> Elaborado sob o CAEE 44399321.0.0000.5206 e aprovado com o número de parecer 4.611.157.

retornassem a campo, tendo em vista que algumas questões anteriores à pandemia ainda estavam em aberto e que outras demandas surgiram nesse período.

Atento a essa queixa, o programa de extensão respondeu ao chamado e propôs que a retomada das atividades de campo acontecesse mediante um curso de formação intitulado: “Mobilizadores/as Comunitários/as em Saúde”. Tal proposta, que será mais detalhada no capítulo do caminho metódico da pesquisa, foi ofertada para os/as camponeses/as de três comunidades em Sertânia/PE, dentre elas a Vila Produtiva Rural Salão, *locus* do estudo que originou esta dissertação. Diante da retomada das atividades presenciais, a execução da minha pesquisa aconteceu em paralelo às atividades do TransVERgente. Sendo assim, retornei ao campo na atitude de pesquisador-extensionista.

Distante do intuito de apenas oferecer diagnósticos e resoluções para o contexto dos/as atingidos/as pela transposição, compreendo que, ao ressaltar esse elo entre pesquisa e extensão, sinaliza-se a potencialidade de desenvolver, nessa articulação, a função social e política da academia, bem como de construir possibilidades e práticas de cuidado para um viver digno voltado para pessoas em situação de vulnerabilidade. Dessa forma, possibilita-se a formação de profissionais e pesquisadores/as aliados/as às demandas sociais.

Destarte, esta dissertação pretende revelar e compreender as narrativas de uma história encoberta. Urge a necessidade de descortinar e de rasgar o véu do discurso desenvolvimentista que costuma prevalecer sobre a transposição do rio São Francisco e outras obras que invisibilizam vidas. Para tanto, esta pesquisa buscou se distanciar da mera tarefa de colheita de dados, propondo a escuta como um espaço para o revelar de narrativas que contam uma história pouco conhecida. Trata-se, então, de um estudo que se fez por um caminho TransVERgente.

### **Por que esse tema? Objetivos e justificativas da pesquisa**

A fim de desvelar sentidos que ampliam o horizonte compreensivo do tema pesquisado, foram delineados os seguintes objetivos: **Objetivo Geral:** Compreender como se mostra a experiência de realocação na Vila Produtiva Rural Salão, em Sertânia/PE, dos/as camponeses/as que foram desapropriados/as pelas obras da transposição do rio São Francisco, na situação de pandemia da Covid-19. **Objetivos Específicos:** Discutir as condições da desapropriação e da realocação de camponeses no contexto da transposição do rio São Francisco; apresentar indicadores que caracterizam

a situação de pandemia da Covid-19 no Nordeste; cartografar a experiência de camponeses/as desapropriados/as pela transposição do rio São Francisco e realocados/as na Vila Produtiva Rural Salão, em Sertânia/PE, diante da pandemia da Covid-19; e apontar subsídios que possam orientar a intervenção de psicólogos/as no contexto estudado.

A questão da pandemia surge como uma inquietação do/a pesquisador/a que, a partir da experiência própria e do que já se produziu nas bases de dados, compreende que os/as afetados/as pela transposição do rio São Francisco, em especial os/as desapropriados/as e realocados/as na Vila Produtiva Rural Salão, em Sertânia/PE, coabitam numa situação de vulnerabilização e dificuldade de acesso a direitos básicos. Nessa direção, a pandemia será o plano de fundo desta investigação, demarcada como um contorno situacional, uma vez que o avançar da Covid-19 tem se revelado como uma crise complexa nas dimensões sanitária, política e econômica, tecida pela biopolítica, pela necropolítica e pelo neoliberalismo que guiam o nosso governo (DUARTE, 2020).

Trazendo um tema relativamente recente, esta pesquisa colabora na investigação de um campo-tema que se encontra em construção. Acontece, ainda, na intersecção entre academia e realidade social, uma vez que nos debruçamos na experiência de camponeses residentes no Sertão nordestino. Tal encontro, entre academia e sociedade, revela-se como uma atitude ético-política de produção de ciência em consonância com a realidade social, contribuindo na interiorização da pesquisa e no fortalecimento do diálogo academia-comunidade. Eis a relevância social deste estudo.

Por fim, por objetivar compreender a experiência vivida por camponeses/as, esta pesquisa se dirige a contextos sociais, políticos e éticos que singularizam o habitar a terra. Por isso, a relevância científica/acadêmica deste estudo está na possibilidade de apontar subsídios para a formação e a *práxis* de psicólogos/as inseridos/as em cenários atingidos por megaempreendimentos, o que solicita uma ação clínica contextualizada. Nesse caminho, ressalto a extensão universitária como um espaço de formação de profissionais inseridos/as em contextos e situações sociais, aproximando a academia dos fenômenos cotidianos da sociedade.

## **2 – AS AFLUENTES DESSE RIO: leituras sobre habitação humana**

Neste capítulo, situam-se as influências teóricas que possibilitaram as leituras prévias em torno do tema desta dissertação. Discussões que atravessaram o meu caminhar enquanto pesquisador e que me permitiram questionar os fenômenos que constituem a habitação humana, sobretudo, no contexto da transposição do rio São Francisco. Subdivido em três tópicos, neste capítulo, será abordado, inicialmente, o estado da arte realizado em bancos de dados relevantes para a produção científica. A partir disso, delinea-se como a academia tem se dedicado na compreensão da transposição do rio São Francisco e de suas repercussões.

No tópico seguinte, em Martin Heidegger, recorro à noção do habitar a partir da situação humana de existir “jogada no mundo”, sem determinações prévias. Tendo como fundamento a fenomenologia hermenêutica, provoco a discussão na direção da compreensão de que apenas a posse de uma residência/casa não garante o pertencimento humano a um espaço. Na verdade, o habitar remete ao existir humano no mundo com os outros. Levando-se em conta uma perspectiva sócio-política, alguns autores (HAESBAERT, 2021; DUSSEL, 1993; MALDONADO-TORRES, 2019; FANON, 2005) problematizam como a lógica desenvolvimentista, configurada pelo neoliberalismo e pelo colonialismo, tem provocado, a partir de megaempreendimentos, a vulnerabilização e o desterro de populações subalternizadas.

Assim se constitui o referencial teórico desta dissertação. Importa dizer que esse primeiro momento de reflexão teórica constitui apenas um ponto de partida, tendo em vista que outros/as autores/as e conhecimentos serão convidados em outras partes do texto para dialogarem com os fenômenos que emergiram no acontecer desta investigação, a fim de produzir uma história plural e polifônica. As contribuições teóricas, portanto, têm a intenção de possibilitar uma conversação<sup>7</sup> com a experiência, servindo de lúmen para construir compreensões, distante de serem, apenas, vias de legitimação das narrativas dos/as colaboradores/as desta pesquisa.

## **2.1 – Pelos canais das produções científicas: o que se tem dito sobre a transposição e as suas reverberações?**

Que história é contada pela produção científica existente nas bases de dados brasileiras acerca da transposição do rio São Francisco e da situação daqueles/as que foram afetados/as por tal obra? Nesse momento, busco compreender de que modo a academia tem se inclinado e compreendido os fenômenos que atravessam tal megaempreendimento que, além de ser bastante difundido através da mídia, tem despertado o interesse de estudos acadêmicos em diversas áreas do saber.

Para o levantamento do estado da arte desta pesquisa foram eleitas as seguintes palavras-chave: Desapropriação; Reassentamento; Vila Produtiva Rural; Transposição; e rio São Francisco. Ainda, foi utilizado o seguinte descritor<sup>8</sup>: Expropriação. As bases de dados escolhidas para a revisão foram o Portal de Periódicos Capes, a *Scientific Electronic Library Online Brasil* (SciELO – Brasil), a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS-Brasil) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

As equações de buscas elaboradas foram: EXPROPRIAÇÃO AND TRANSPOSIÇÃO AND “RIO SÃO FRANCISCO”; DESAPROPRIAÇÃO AND TRANSPOSIÇÃO AND “RIO SÃO FRANCISCO”; REASSENTAMENTO AND TRANSPOSIÇÃO AND “RIO SÃO FRANCISCO”; “VILA PRODUTIVA RURAL” AND TRANSPOSIÇÃO AND “RIO SÃO FRANCISCO”.

Foram considerados como critérios de inclusão os materiais caracterizados como artigos científicos de acesso livre, dissertações ou teses, sendo selecionados os escritos

---

<sup>7</sup> A conversação se mostra, assim, como um modo de pôr a experiência em curso: uma convers(a)ção (SANTOS, 2016, p.43). Assim, o fenômeno se revela no movimento da conversação que se tece na implicação de quem se disponibiliza para o jogo dialógico, e pode tomar uma direção improvável que não se encerra com um “resultado”.

<sup>8</sup> Descritor indexado na base de Descritores em Ciências da Saúde da Biblioteca Virtual em Saúde (DeCS/MeSh).

em português brasileiro produzidos nos últimos dez anos.<sup>9</sup> Já os critérios de exclusão dispensaram os resultados correspondentes a livros, capítulos de livros, resenhas, trabalhos publicados em anais de congressos/eventos científicos ou materiais em língua estrangeira e de acesso restrito. A escolha das produções para análise se deu a partir da leitura de seu título e seu resumo, sendo incluídas as produções que apresentassem proximidade com o objetivo e a temática deste estudo.

A investigação nas bases de dados indicou os seguintes resultados: Na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), foram encontradas três (3) produções. Destas, duas (2) eram dissertações e uma (1) tese; no Portal de Periódicos Capes, foram encontrados vinte e um (21) artigos; na *Scientific Electronic Library Online Brasil* (SciELO) e na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), nenhum resultado foi verificado. Portanto, 24 materiais foram encontrados nas bases de dados.

A partir do total de escritos descobertos nas bases de dados, a análise seguiu do seguinte modo: oito (8) foram identificados como sendo repetidos; oito (8) não tinham relação ou contribuíam diretamente para o desenvolvimento do tema delineado nesta pesquisa; e um (1) se caracterizava como trabalho científico publicado em anais de congresso. Por fim, sete (7) produções foram analisadas, conforme indicado na Tabela 1. Serão ressaltadas as compreensões e as reflexões que figuram nessas investigações, a fim de conhecer ou identificar o que se tem dito sobre a transposição do rio São Francisco e as suas reverberações.

**Tabela 1** - Produções utilizadas para análise do estado da arte

Título	Autor (a)	Ano de publicação	Base de dados	Tipo de produção
TRANSPosição DO RIO SÃO FRANCISCO: A funcionalidade do Estado capitalista no simulacro das políticas de reordenamentos territoriais	Pedro Paulo de Lavour Nunes	2014	BDTD	Dissertação
A GEOPOLÍTICA DA SEDE NO BRASIL: Um estudo sobre água e pobreza no campo	Sandra Maria Batista Silveira	2017	BDTD	Tese

<sup>9</sup> A busca nas bases de dados foi realizada no dia 09/10/2021. Assim sendo, foram incluídos os materiais produzidos entre 2011 e 2021.

De sitiantes a moradores de vila: o projeto de integração do rio São Francisco com bacias hidrográficas do Nordeste Brasileiro e as novas territorialidades	Verena Sevá Nogueira	2019	Periódicos CAPES	Artigo científico
“GRITO DA TERRA”: Narrativas acerca do fenômeno da desapropriação na transposição do Velho Chico	Gabriel da Silva e Suely Emilia de Barros Santos	2020	Periódicos CAPES	Artigo científico
Conflitos pelo acesso à água: impactos da transposição do rio São Francisco sobre a Vila Lafayette, Monteiro/PB	Maicon Miguel Vieira da Silva, Paulo Cesar Oliveira Diniz e Paulo da Costa Medeiros	2020	Periódicos CAPES	Artigo científico
A VULNERABILIZAÇÃO CAMPONESA NO CONTEXTO DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO: O desterro na Vila Produtiva Rural Baixio dos Grandes (Junco)	Renata Cordeiro Domingues	2016	BDTD	Dissertação
A participação social na sustentabilidade do reassentamento da Vila Produtiva Rural Negreiros resultante do projeto da transposição do rio São Francisco	Ramom Campos Bastos da Silva, Marília Regina Costa Castro Lyra e Maria Núbia Medeiros de Araújo Frutuoso	2017	Periódicos CAPES	Artigo científico

Fonte: Elaborado pelo autor

É importante evidenciar que a transposição do rio São Francisco é um empreendimento que emerge dentro de um contexto político, econômico e social, anunciado como uma ação governamental desenvolvida com o objetivo de mitigar, ou até eliminar, os agravos provocados pela seca e de promover desenvolvimento para o Semiárido brasileiro.

Partindo desse pressuposto, Nunes (2014) busca investigar, através do projeto da transposição do rio São Francisco, a funcionalidade do Estado em políticas de reordenamento territorial. Numa análise crítica, o autor explicita que o discurso utilizado pelo Estado de garantia de segurança hídrica e alimentar não condiz com a realidade, sobretudo quando se observa que os empreendimentos voltam seus maiores investimentos para o hidro-agronegócio. As consequências dessa realidade são a desapropriação territorial e a mudança do modo de vida camponês, sobretudo, em sua lida com o campo.

Silveira (2017) corrobora com o debate acima quando diz que as políticas de enfrentamento à seca assumidas pelo Estado brasileiro têm se aliado à lógica de acúmulo de capital e favorecimento das oligarquias agrárias, mostrando-se pouco eficientes na tarefa de resolver os agravos da seca, como a fome e a pobreza da população atingida pelo projeto.

Situada nesse paradigma, a transposição tem provocado transformações significativas nos territórios e modos de vida dos/as camponeses/as que são afetados/as pelas obras. Silva e Santos (2020), ao investigarem a experiência de deslocamento compulsório vivido por camponeses/as em Sertânia/PE, destacam que a violação de direitos fundamentais, os conflitos nas relações políticas e a subalternidade são aspectos que configuram o cotidiano daqueles/as que foram retirados/as de suas terras.

Nogueira (2019) realiza um estudo com o objetivo de compreender os efeitos sociais da transposição em um grupo de sítiantes de São José de Piranhas/PB que foi expropriado e reassentado em uma Vila Produtiva Rural. A autora ressalta que aqueles/as que passaram por tal acontecimento lidam com a tarefa de viver uma “reconstrução territorial”, ou seja, precisam construir uma nova experiência de pertencimento a um novo lugar. Para tanto, recorrem às memórias construídas no antigo lugar de morada.

Apesar da transposição ter como um de seus principais objetivos a promoção da segurança hídrica no Semiárido brasileiro, Silva, Diniz & Medeiros (2020) denunciam que as pessoas reassentadas na Vila Produtiva Lafayette, em Monteiro/PB, ficaram sem acesso à água por quase três anos após a chegada no reassentamento.

Em consonância, a realidade dos/as reassentados/as de Baixio dos Grandes, em Cabrobó/PE, fortalece a situação de vulnerabilidade que as pessoas vivem ao ser compulsoriamente arrancadas de suas terras e remanejadas para Vilas Produtivas Rurais. Domingues (2016) ressalta como sendo fenômenos cotidianos dos/as desapropriados/as e reassentados/as: a destabilização do poder territorial; a desconstrução do modo de produção familiar camponês; a descaracterização da identidade camponesa; e a desvitalização da autonomia.

Por fim, Silva, Lyra & Frutuoso (2017) têm o objetivo de compreender a participação social como uma estratégia de desenvolvimento sustentável, a partir da Vila Produtiva Rural Negreiros, em Salgueiro/PE. Como resultado do estudo realizado, sinalizam a importância da participação dos/as reassentados/as na organização social da nova moradia. No entanto, a respeito do desenvolvimento local sustentável nesse contexto, sinalizam que tal dimensão não é viabilizada, visto que os/as camponeses/as

não estão realizando práticas produtivas, já que as mesmas dependem da conclusão das obras da transposição, que, à época da pesquisa em questão, ainda estavam inacabadas.

Destacamos, inicialmente, que o levantamento realizado revela uma carência na produção de estudos e investigações acerca da realidade – encoberta – da transposição, sobressaindo-se as produções na Pós-Graduação, que apresentaram apenas três (3) resultados nas bases de dados. Apesar de os estudos apontarem o sofrimento como uma repercussão da transposição, apenas um deles se propõe a investigar a experiência das pessoas atingidas pelas obras. As outras produções se voltam para as questões sócio-políticas da temática, evidenciando que as pesquisas sobre a apropriação de terras por parte de grandes empresas e do Estado têm se voltado mais para quem tem se apossado dos territórios do que para os/as que neles resistem (ROSA, 2019).

A transposição do rio São Francisco, em sua execução, se apresenta como um evento des-organizador. Isso se expressa não somente no contexto ambiental/físico, mas também no modo de vida daqueles/as que convivem com esse empreendimento. Os/As camponeses/as que tiveram de ser desapropriados/as e realocados/as para que as obras do São Francisco seguissem seu rumo, se ocupam em lidar com o sentimento de pertencimento que é posto em xeque nesse processo.

Somando-se a isso, surge a experiência das pessoas que tiveram de residir num lugar novo/estranho, aparentemente construído com o intuito de possibilitar a apropriação da nova morada. No entanto, os impactos delineados nos estudos feitos até então denunciam a violação de direitos fundamentais que garantem um viver digno ao humano, sobretudo os direitos dos/as reassentados/as em Vilas Produtivas Rurais, que encaram adversidades cotidianas.

Esse cenário parece responder à lógica desenvolvimentista que tem se ampliado de forma preocupante, sobretudo, nos países localizados no Sul do globo. Articulados à política neoliberal, “que propõe e estimula condutas orientadas pelos princípios da competição, da produtividade, do consumo e do gozo instantâneo” (DUARTE, 2020, p. 82), os projetos desenvolvimentistas se apresentam como soluções para situações e necessidades (na maioria das vezes forjadas) que solicitam grandes investimentos.

Esse quadro sinaliza a importância de romper com a invisibilização das violências geradas e do sofrimento causado pelos megaempreendimentos, que muitas vezes detêm o poder de fala e a decisão política, construindo narrativas que não consideram as vozes dos/as afetados/as. Seguiremos, então, apontando algumas leituras que incluem a dimensão existencial e os aspectos sociopolíticos dos territórios e que

podem colaborar na tarefa de produzir uma análise mais contextualizada com a realidade.

## **2.2 – Pelos canais do pensamento de Martin Heidegger: compreensões ontológicas do habitar**

Ao falarmos sobre habitação, comumente, o debate recai sobre os espaços que denominamos como casa. Esse espaço é configurado, segundo Bachelard, a partir de seu sentido primitivo em nossa existência. Nas palavras do próprio intelectual, “parece que a imagem da casa se transforma na topografia de nosso ser íntimo” (BACHELARD, 1989, p. 196). Nessa direção, seja na casa de taipa, comum nos Sertões, ou nos condomínios de mansões nos grandes centros urbanos, fazemos uso da arquitetura para construir residências que circunstanciam nosso cotidiano durante o curso de nossas vidas. Mas será que, nessas construções, se esgotam as possibilidades de pensar a habitação? Como se traduz a essência do habitar? Ao encontro dessas interrogações, recorro ao pensamento do filósofo Martin Heidegger, que aponta indicativos pertinentes para tal discussão.

Para iniciar, importa situar que Heidegger foi um filósofo nascido no interior da Alemanha, em MessKirch, no dia 26 de setembro de 1889. Ainda jovem, tinha o desejo de se tornar padre, o que o levou a estudar Teologia na Universidade de Friburgo, onde conheceu Edmund Husserl, precursor da fenomenologia, desenvolvendo uma relação significativa de amizade. A partir desse momento, Heidegger inicia seus estudos em filosofia nessa mesma universidade. Pouco tempo depois, assume o posto de assistente de Husserl (GIACOIA, 2013).

A fenomenologia husserliana foi substancial no projeto filosófico de Heidegger, mas logo, este imprimiu sua marca singular nessa corrente do pensamento, ao lançar *Ser e Tempo* (HEIDEGGER, 2015). A obra, considerada uma das mais importantes do século XX, apresenta indicativos fundamentais para o pensamento da existência humana. A priori, Heidegger se destaca como um crítico da metafísica, sendo considerado o pensador do fim da metafísica (GIACOIA, 2013).

Para o filósofo, a metafísica tomou para si a incumbência de fundamentar a compreensão do mundo e dos seres intramundanos através de discursos conceituais vinculados à dimensão ôntica da existência. Nesse paradigma, o ser passa a ser tratado como ente pelas filosofias da subjetividade que referem o humano como “sujeito”, ou seja, uma instância substancializada, interiorizada e cindida do mundo. Esse

pensamento encontra solo fértil na ciência moderna pautada em Descartes, que opera seguindo parâmetros de universalidade, objetividade, determinismo e previsibilidade e demais caminhos que afastam o pensamento das questões originárias sobre o ser (FEIJOO, 2011).

Heidegger, então, deixa explícito como o pensamento ocidental moderno, desde a filosofia grega de Sócrates, Platão e Aristóteles, lançou, ao longo do tempo, a questão pelo sentido do ser no esquecimento, sem considerar a diferença ontológica entre ser e ente. O objetivo de Heidegger é retomar tal questão, e, para isso, é necessário desconstruir o pensamento metafísico. Em suas palavras, proferidas em aula inaugural na Universidade de Friburgo, e presentes no texto “Que é metafísica?”, Heidegger diz o seguinte:

Na medida em que, constantemente, apenas representa o ente enquanto ente, a metafísica não pensa no próprio ser. A filosofia não se recolhe em seu fundamento. Ela o abandona continuamente e o faz pela metafísica. Dele, porém, jamais consegue fugir. Na medida em que um pensamento se põe em marcha para experimentar o fundamento da metafísica, na medida em que um pensamento procura pensar na própria verdade do ser, em vez de representar o ente enquanto ente, ele abandonou, de certa maneira, a metafísica. Visto da parte da metafísica, o pensamento se dirige de volta para o fundamento da metafísica. Mas, aquilo que assim aparece como o fundamento, se experimentado a partir de si mesmo, é provavelmente outra coisa até agora não dita, segundo a qual a essência da metafísica é bem outra coisa que a metafísica. Um pensamento que pensa na verdade do ser não se contenta certamente mais com a metafísica; um tal pensamento também não pensa contra a metafísica. Para voltarmos à imagem anterior, ele não arranca a raiz da filosofia. Ele lhe cava o chão e lhe lavra o solo. A metafísica permanece a primeira instância da filosofia. Não alcança, porém, a primeira instância do pensamento (HEIDEGGER, 1983, p. 58).

Para o filósofo alemão, a desconstrução da metafísica não assume o sentido de desconsiderar as influências desse paradigma para fundar um novo pensamento “fora” dessa lógica, uma vez que “só se pode *construir* qualquer pensamento depois de se ter *desconstruído* as sedimentações históricas desse mesmo pensamento” (CLINI, 2018, p. 35, grifos da autora). Nessa direção, o caminho de Heidegger se constitui no construir e desconstruir do pensamento e se distancia da proposta de ofertar teorias técnico-explicativas. Seu pensamento confronta as limitações impostas pelo paradigma metafísico, indo ao encontro de outro modo de pensar que se volte para a compreensão da existência humana.

Assim, em *Ser e Tempo*, o pensador conduz a interrogação sobre o sentido do ser e apresenta uma das suas principais contribuições, que é a construção de uma analítica existencial que não se detém em pensar o humano e as estruturas que o definiriam, mas sim o sentido do seu existir. Para tanto, Heidegger utiliza o termo *Dasein*, expressão

alemã que pode ser entendida como o *ser-aí* ou o *ser-no-mundo*. Tal compreensão sinaliza o caráter de indeterminação da existência humana, ou seja, não há estruturas ou categorias que sejam capazes de definir previamente o *Dasein*, este que tem seu ser sempre em jogo ou, em outras palavras, que tem seu ser sendo constantemente.

Nesse caminho, dissolve-se a ideia da existência de uma essência interior que definiria o humano, como preconiza as filosofias da subjetividade pautadas na ciência moderna, bem como contrapõe-se o binômio “homem-mundo”<sup>10</sup>, que acaba por “promover a desconsideração do horizonte histórico, social e político, a partir do qual apenas são originariamente possíveis as determinações do homem” (FEIJOO, 2011, p. 13). Isso nos importa nessa discussão, pois denota que, no pensamento heideggeriano, a reflexão sobre o habitar deve considerar que humano e mundo são co-originários, e não instâncias cindidas. Portanto, não podemos falar de habitação como sendo, meramente, o fato de o humano ocupar um espaço, sem considerar que este se constitui numa dimensão da existência humana.

Comumente somos levados a pensar que alguns espaços foram construídos com a funcionalidade de moradia, como, por exemplo, casas, prédios e ocas. Já outros espaços são considerados de passagem, como as praças, estradas e igrejas. Trata-se de espaços que são referências que nos guiam, mas será que essas referências garantem o sentimento de pertencimento? Essas noções me remetem a uma compreensão heideggeriana:

Uma ponte, um hangar, um estádio, uma usina elétrica são construções e não habitações: a estação ferroviária, a auto-estrada, a represa, o mercado são construções e não habitações. [...] Na auto-estrada, o motorista de caminhão está em casa, embora ali não seja a sua residência; na tecelagem, a tecelã está em casa, mesmo não sendo ali a sua habitação. [...] Essas construções oferecem ao homem um abrigo. Nelas, o homem de certo modo habita e não habita, se por habitar entende-se simplesmente possuir uma residência (HEIDEGGER, 2012, p. 125)

Esse pensamento possibilita compreender que o habitar não se traduz, meramente, no estar presente em um determinado local, mas no modo como é possível construir o mundo que o circunda. Vemos então, uma intrínseca relação entre o construir e o habitar, pois “só é possível habitar aquilo que se constrói” (HEIDEGGER, 2012, p. 125). Eis aqui uma possibilidade de aproximação com a questão desta

---

<sup>10</sup> Tradicionalmente, a palavra homem é utilizada como sinônimo para falar da humanidade, porém, opto por utilizar “humano” ou “ser-humano” ao longo do texto, em substituição da palavra “homem”. A tradição pode e deve ser questionada: Por que recai sobre o “homem” a dignidade de definir o humano? Nessa direção, manterei “homem” apenas nas citações que, originariamente, escolheram tal termo.

pesquisa: a Vila Produtiva Rural (VPR) garante o habitar dos camponeses e das camponesas desapropriados/as? A construção dos canais da transposição oferece abrigo às pessoas que foram deslocadas e realocadas pelo acontecer da obra?

Com essas questões em andamento, o habitar diz do modo como experienciamos o pertencimento a um determinado lugar, se revelando como um acontecimento circunstancial tecido no conviver com os outros no mundo. Nesse contexto, uma pergunta desponta na discussão do pensador alemão: “Mas como encontramos habitação? Mediante um construir” (HEIDEGGER 2012, p. 167), pois “só consegue habitar após ter construído num outro modo e quando constrói e continua a construir na compenetração de um sentido” (p. 169). Assim, construir não assume apenas o sentido de edificar, mas, também, o de cultivar, sentido que acaba caindo no esquecimento.

Heidegger, então, resgata uma compreensão ontológica e existencial do habitar, como dimensão que diz respeito diretamente à questão do ser, uma vez que “o ser-no-mundo existe e se determina *como aquela que habita* (HEIDEGGER, 2015, p. 92, grifo do autor). Como fenômeno originário, o habitar se constitui anteriormente às diferentes formas de residências intramundanas criadas pelo humano que, por vezes, encobre o habitar como o cultivo, ou seja, o pertencimento que se constitui pela permanência junto aos entes e que resguarda um amparo.

Essa compreensão me desperta para a necessidade de acolher tal temática para além dos espaços que designamos como moradia e/ou como estruturas físicas que ocupamos, na dimensão da experiência humana. Ainda assim, isso não significa dizer que o habitar não se constitui, também, por condições e acontecimentos da concretude que situa nossa existência. Portanto, o habitar guarda em si o modo tanto “como o humano se situa em sua existência (espacialidade), quanto a como ele compreende a sua existência ao longo da história (temporalidade)” (SANTOS, 2016, p. 135).

É nessa direção que se impõe o apelo por um diálogo com estudiosos/as que pensam a habitação em uma perspectiva que realça o habitar a terra através da historicidade reveladora do modo como nos relacionamos com os espaços e as condições que circunstanciam tal fenômeno. No próximo tópico, brevemente, se apresentam algumas possibilidades de compreensão partindo desse viés.

### **2.3 – Pelos canais da colonialidade e da lógica desenvolvimentista: a dominação de corpos e territórios**

É preciso considerar na discussão sobre habitação a dimensão sociopolítica que circunscrita cotidianamente a nossa existência. Propor uma análise sobre tal temática sem integrar esse aspecto é correr o risco de compreender o território como deshistoricizado/naturalizado, desmaterializado – ou, por outro lado, unicamente material –, analítico, sem prática, pertencente ao poder apenas estatal, e como um território-zona, sem rede (HAESBAERT, 2021). É preciso estar atento para a necessidade de reconhecer que o território que habitamos se articula em sua materialidade, pelas relações sociais e pelos sentidos que lhe são atribuídos.

Nessa direção, desperto para a nossa história enquanto território, não na intenção de localizar uma relação de causa e efeito, mas de realçar referências ainda presentes no modo como habitamos e nos relacionamos com o ambiente/contexto. Portanto, parece justo recordar que somos habitantes de um território “descoberto” no século XVI, que logo foi designado pelo nome “América”, após um processo intenso de navegações mercantilistas dos europeus que buscavam expandir seu comércio e conquistar novos territórios. Esse marco histórico posicionou a Europa como o centro da organização mundial e constituiu as relações políticas/sociais no mundo, sobretudo no Ocidente (DUSSEL, 1993). Assim:

O surgimento da América é um fenômeno histórico complexo, articulador e desarticulador de diversas estruturas, antigas e recém-emersas, em que os efeitos do genocídio, da doença e da catástrofe generalizada se configuraram como efeitos comuns do processo colonizador. A desorganização generalizada caracterizou o empreendimento colonial desde o início (GONÇALVES, 2016, p. 400).

A ideia de “descobrimto”, bem como o nome “América” herdado do navegador e comerciante Américo Vespúcio, encobre a história violenta de exploração e dominação dos povos que já habitavam esse território, agravada, posteriormente, com a escravização de aproximadamente quatro milhões de negros/as trazidos/as do continente africano, sendo o Brasil o país que mais importou pessoas africanas para serem escravizadas (IBGE, 2000).

A partir de Dussel (1993), pode-se entender que esse momento da nossa história, além de estar marcado pela invasão e pela apropriação de territórios e corpos, não considerou a existência como condição humana, no encontro dos invasores com o Outro. Nas palavras do autor citado acima, “a América não é descoberta como algo que resiste *distinta*, como o *Outro*, mas como a matéria onde é projetado ‘o si-mesmo’. Então não é o ‘aparecimento do Outro’, mas a ‘projeção do si-mesmo’: encobrimento” (DUSSEL, 1993, p. 35, grifos do autor). Isso reforça o eurocentrismo inerente ao

processo de colonização, no qual os invasores buscaram nas terras colonizadas a expansão do seu próprio “Eu”, sem reconhecer a alteridade dos outros povos que já habitavam o “Novo Mundo”.

A consequência disso, inicialmente, é a imposição da cultura, dos costumes e da religião do homem branco europeu sobre os/as colonizados/as, considerados/as como selvagens e não civilizados/as. Os colonizadores se empenharam em promover a civilização dos/as colonizados/as, viabilizando o desenvolvimento concebido como progresso, nos moldes de seus próprios valores. Importa sinalizar que a colonização fundou instituições, sistemas políticos, econômicos e sociais hegemônicos ainda vigentes no presente, que invisibilizam outros modos de ser e silenciam outras vozes (ABRAÇO CULTURAL, 2020).

Vale ressaltar que, nos estudos acerca da colonização, faz-se uma diferenciação semântica para compreender esse acontecimento histórico: entende-se colonialismo como o processo histórico de formação dos territórios e do modo como os impérios ocidentais se apropriaram de grande parte do mundo. Já a colonialidade diz respeito à lógica “global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais” (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 36). A colonialidade, que se organiza a partir da dominação do saber, do ser e do poder<sup>11</sup>,

envolve a expropriação de terras e recursos, mas isso acontece não somente através de apropriação estrangeira, mas também pelos mecanismos do mercado e dos Estados-nações modernos. Isso leva a uma situação de ex-colônias, em que os sujeitos nativos estão despossuídos. Não somente terras e recursos são tomados, mas as mentes também são dominadas por formas de pensamento que promovem a colonização e autocolonização. Os corpos são também explorados pelo trabalho de maneira que os mantêm em um status inferior ao da maioria do proletariado metropolitano (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 41).

Nesse trecho, precisamos realçar alguns pontos: a colonialidade ainda está instaurada em nosso Estado e em nosso mercado que, através de estratégias de dominação e exploração, perpetua a expropriação de determinados povos de suas terras. Essa expropriação, na história de nossa constituição enquanto território latino americano, não se resume ao simples fato da re-organização ou da realocação de

---

<sup>11</sup> A colonialidade do saber tem como referência o sujeito, o objeto e o método. A colonialidade do ser tem como signos o tempo, o espaço e a subjetividade. Já a colonialidade do poder se expressa na estrutura, na cultura e no sujeito. Essa divisão tem a intenção de explicitar a pedagogia da colonialidade e de propor áreas de análise. Portanto, tais formas de colonialidade não acontecem de forma isolada, mas sim simultaneamente. Articulam-se e têm como objetivos e efeitos: exploração, dominação, expropriação, extermínio, naturalização da morte e estupro (MALDONATO-TORRES, 2019).

pessoas, mas inclui também um processo de violência e subalternização. Nesse caminho, Haesbaert (2021, p. 269) nos fala que a

desterritorialização vem associada muito mais às dinâmicas de despojo, espoliação e/ou expropriação territorial, em suma, à precarização social dos grupos subalternos do que à simples mobilidade dos grupos hegemônicos, com a qual desterritorialização é frequentemente associada em muitos discursos eurocentrados.

A manutenção da colonialidade, portanto, acontece através de diversos mecanismos de dominação, exploração e ameaça de determinados grupos sociais. Nessa direção, chamamos atenção para a lógica desenvolvimentista que, no presente, tem se expressado em megaempreendimentos de infraestrutura. De início, a ideia de desenvolvimento ganha destaque através do presidente estadunidense Harry Truman, que, em seu discurso, no ano de 1949, utiliza os termos “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento” (LANG, 2016).

A partir de então, o sistema político e econômico se organiza e é entendido por esse referencial e, logo, tem por objetivo promover o desenvolvimento de países e territórios considerados subdesenvolvidos. A lógica desenvolvimentista ganha mais força quando legitimada pelo Estado, “responsável por fazer concessões ao poder oligárquico, sendo sua atuação forjada no ideal neoliberal de segregação dos muitos pelos poucos” (GUIMARÃES *et al*, 2021, p. 49).

Nesse cenário, megaempreendimentos fundados no intenso extrativismo de recursos naturais e com grandes investimentos em projetos de engenharia são propostos e impostos com a justificativa de promover o progresso de territórios que enfrentam dificuldades, sobretudo, sociais e econômicas. Caracterizam-se, portanto, a partir da articulação entre Estado e grandes empresas que projetam estratégias de inclusão de espaços na lógica do mercado e da acumulação de capital (GUIMARÃES *et al*, 2021).

O resultado disso tem sido desastroso, em especial para os povos tradicionais que mantêm uma relação singular com o território. Na medida em que cooptam terras, os megaempreendimentos provocam a vulnerabilização dessas pessoas através da violação de direitos, da injustiça ambiental, das perdas materiais/simbólicas, dos agravos à saúde e demais repercussões (COSTA; DINIZ, 2021). Esses projetos têm cooperado na manutenção da desigualdade econômica e social, privilegiando poucos e provocando danos a muitos. No cenário da transposição, por exemplo, isso se escancara, posto que tal obra beneficiou latifundiários ao fortalecer o agronegócio, enquanto

“apenas 4% da água será destinada à população local, 26% ao uso urbano e industrial e 70% para irrigação da agricultura (CARTA EDUCAÇÃO, 2017, disponível na internet).

Desse modo, os megaempreendimentos têm legitimado o discurso de que alguns sacrifícios precisam ser feitos para que o progresso aconteça. No entanto, é preciso encarar a seguinte questão: quem sofrerá esses sacrifícios? Essa interrogação é aguçada quando Santos *et al* (2021, p. 100) ressaltam que os megaempreendimentos “desencadeiam a transformação dos modos de viver de uma população em prol de um projeto de Modernidade, complexo, violento e dominador [...] desconsiderando a historicidade e cotidianidade dos que ali habitam”. Vemos aqui, a perpetuação da lógica colonizadora que se apropria da natureza e de seus recursos para o progresso da civilização.

Os megaempreendimentos, como expressão da lógica desenvolvimentista, não são simplesmente uma herança da colonização. São, na verdade, a própria colonialidade nos moldes atuais, se assim pudéssemos dizer, visto que a colonização nunca ficou no passado. Suas marcas ainda ressoam, revelando-se como um “processo que une o passado e o futuro, ou seja, ela se atualiza em contínua atuação sobre nossa vida” (TIBURI, 2021, p. 43).

Em suma, precisamos entender que a lógica desenvolvimentista fruto da colonialidade mobiliza jogos de intersubjetivação que, segundo Tiburi (2021), se confundem com os jogos de poder e podem ser vividos como jogos de humilhação, opressão e submissão que impedem o jogo do reconhecimento, já que, erguidos em todas as sociedades, carregam “o cimento da certeza e os tijolos do fundamentalismo” (TIBURI, 2021, p. 19).

Aqueles/as que não ocupam o lugar de colonizadores se encontram, então, subjugados/as por uma lógica de dominação e apequenamento. A eles/as, seguindo o pensamento de Fanon (2005), lhes resta a condição de serem condenados/as da terra, ou seja, de perderem o direito sobre o seu próprio lugar de origem, “passando a incorporar o mundo do Outro e cedem, deixando de lado tudo aquilo em que acreditam, pois sabem da impossibilidade de diálogo e acabam incorporando o mundo do Outro, mesmo sendo contrários à essa imposição” (ALMEIDA; CARVALHO, 2017, p. 17)

É preciso, também, rever o modo como compreendemos e nos relacionamos com o mundo que habitamos, tendo em mente as concepções imperantes que o veem como fonte de exploração e manipulação. Essa lógica é parte da colonialidade que objetifica a natureza e a torna produto do capital (GONÇALVES, 2016), criando diversos meios de

dominação territorial. Há um perigo nisso, aponta Krenak em entrevista concedida para Jan Fjelder e Carlos Nader:

É como se estivéssemos todos aqui viajando numa canoa, e de repente alguém começa a tirar uns pedaços dela para fazer fogo. Nós estamos sentido frio. [...] Eu estou na canoa que a gente vai. Eu acendo o fogo. Você também pega um pedaço, quebra um pedacinho, faz um foguinho, cozinha. Aí eu cago aqui, vomito ali, vou jogando meus detritos aqui, meus restos, meu lixo. Então chega um momento que a gente depreda de tal maneira a nossa canoa que se torna irreversível – nós dançamos – entramos todos em risco. Não só a gente humana. Mas nós estamos colocando em risco a vida do planeta (COHN, 2015, p. 40).

Esse perigo ameaça, também, a nossa existência que se constitui junto ao mundo. Por isso, quando falamos de algo que atinge a um território, como, por exemplo, uma violência, deve-se considerar que as pessoas que constituem aquele espaço também estão sendo violentadas. Nesse rumo, quando nos voltamos para a reflexão das repercussões da desapropriação e da realocação dos/as camponeses/as nesta dissertação, não queremos, apenas, explicitar a violação do direito à habitação dessas pessoas. Estamos buscando voltar nosso olhar para as ressonâncias de tal fenômeno na existência dos camponeses e das camponesas que colaboraram com esta pesquisa, reconhecendo que a habitação destes e de outros povos está tutelada pelas relações de poder que se constituem historicamente.

### **3 – ENTRE A NASCENTE E A FOZ... QUAL É O CENÁRIO?**

#### **3.1 – A transposição do Velho Chico: megaempreendimento que inaugura ressonâncias no Sertão pernambucano e nos povos camponeses**

O enredo desta pesquisa se passa no Sertão nordestino pernambucano. Tradicionalmente, o Nordeste brasileiro é uma região que tem sido pauta de diversos debates, há muito tempo. Seja na mídia, na música, na literatura, no teatro, no cinema e nas demais áreas artísticas e dos saberes, esse território se destaca pela sua singularidade. Um dos assuntos mais suscitados sobre essa região é a seca.

Historicamente, o Nordeste enfrentou severas estiagens. Há relatos de grandes secas que causaram sofrimento ao povo nordestino, como a de 1877-1879. Considerada um dos maiores desastres sociais do país, essa grande seca ocasionou a morte de “500 mil pessoas, a metade da população do semiárido, na época. Estima-se que 150 mil morreram de inanição; 100 mil de febre, principalmente tifóide; 80 mil de varíola e 180 mil de fome, alimentação venenosa e sede” (GARCIA, 1984, p. 66). Além disso, registra-se que quase todo o rebanho bovino se perdeu.

Como retrato dessa realidade, Cândido Portinari ilustra no quadro *Os retirantes*, conforme Figura 1, a migração de uma família sertaneja de um cenário seco e sem vida para os grandes centros urbanos. Os ossos saltados em corpos magros, os pés descalços, as expressões de sofrimento e os demais elementos que compõem a obra realçam como a seca é um fenômeno de impactos sociais, econômicos, ambientais, políticos e culturais na vida de diversos/as sertanejos/as que vivenciam e são atravessados/as pelas longas estiagens no semiárido nordestino (MAGALHÃES, 2016).

**Figura 1** - Os retirantes de Cândido Portinari



Fonte: Google Arts & Culture (2021).

A ocorrência de grandes secas produziu diversos discursos acerca do Nordeste, que, frequentemente associado à miséria, à fome e ao subdesenvolvimento, é caracterizado como uma região que necessita de socorro. A seca se tornou a narrativa dominante sobre o Sertão nordestino e transformou o semiárido num contexto de interesses e conflitos políticos que buscam contornar e solucionar os agravos provocados pela insegurança hídrica do Nordeste. Nessa direção, a seca é utilizada como “um argumento político quase irrefutável para conseguir recursos, obras e outras benesses que seriam monopolizadas pelas elites dominantes locais” (SILVA, 2003, p. 362).

A priori, as primeiras tentativas de lidar com a seca foram assistencialistas e insuficientes, tal como o incentivo à plantação de mandioca para a produção de farinha e a reunião de famílias flageladas em povoações ao redor de grandes rios (GARCIA, 1984). Depois de algumas tentativas frustradas, um pouco mais tarde, com o sofrimento causado pela grande seca de 1877-1879, decidiu-se investir em propostas mais “científicas” que viabilizassem a criação de políticas e ações que solucionassem os agravos da seca.

Assim, a mando de Dom Pedro II, uma comissão técnica composta por engenheiros foi enviada ao Nordeste. A partir de então, um movimento conhecido como a “indústria de combate à seca” vai tomando forma e ganhando espaço. Em linhas gerais, as estiagens passaram a ser compreendidas, de forma simplista, como a falta de água no Nordeste. Nesse sentido, a solução seria a oferta de água. A partir desse paradigma:

o semi-árido é visto a partir de uma perspectiva utilitarista de ocupação e de aproveitamento de seus recursos, transformando-os em riquezas. As ações dos governos trilham essa lógica. A seca surge como empecilho natural, um elemento que deve ser combatido. Por isso a lógica do combate à seca é reducionista. Resulta na manutenção da miséria. Funciona como uma estratégia perversa de manutenção e controle de uma região que, a princípio, e com raras exceções, não cabe na lógica do modelo de desenvolvimento que predomina (SILVA, 2003, p. 372).

Apropriada pela via de uma história única<sup>12</sup>, a seca passa a ser institucionalizada e tratada como estratégia política, dando força às intervenções governamentais.

---

<sup>12</sup> História Única é um termo cunhado por Chimamanda Adichie e consiste em narrativas que buscam definir um povo, uma cultura e um espaço a partir de compreensões reducionistas. Segundo Chimamanda, “A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história” (ADICHIE, 2009, n.p.). A história única é contada por quem detém poder político e econômico.

Diversos projetos de infraestrutura foram incentivados tendo por objetivo garantir a segurança hídrica ao Nordeste e promover o desenvolvimento da região. Significativa parte dessas obras concerne à criação de açudes, barragens e canais de irrigação, ressaltando a engenharia hídrica como o principal caminho para solucionar os agravos da seca.

Dentre essas intervenções de combate à seca, surge a ideia de transpor a água do rio São Francisco, fundamental curso de água do Brasil e da América do Sul, para o Sertão nordestino. Apesar de ter sido implementada recentemente, a transposição remonta o período colonial, época em que surge como proposta governamental (WESTIN, 2017). A Tabela 2 apresenta uma breve linha do tempo das propostas governamentais de implantação da transposição do rio São Francisco.

**Tabela 2** – Linha do tempo da transposição do rio São Francisco

Ano	Projeto
1847	Dom Pedro II cria o primeiro projeto. Não havia recursos para a implementação da obra
1856	Comissão do Barão de Capanema recomendou a abertura de um canal. O estudo foi arquivado
1909	Afonso Pena monta plano de transposição, mas o abandona em 1913
1919	Epitácio Pessoa insere a transposição entre suas ações, mas a obra é abandonada após desvios de recursos
1982	Exército cria um projeto com previsão de término em 40 anos, só para engavetar o projeto dois anos depois

1993	Itamar Franco apresenta o projeto de transposição, mas o abandona no ano seguinte
1999	FHC elabora um projeto de transposição, mas logo o abandona, após empreiteiras criticarem a iniciativa
2007	Lula anuncia o início das obras da transposição. Em nove anos, ele e Dilma Rousseff realizam mais de 85% dos trabalhos, até a presidenta ser deposta do cargo. Obra é inaugurada em março do mesmo ano.

---

Fonte: Lula (2017).

Após diversos conflitos políticos, insuficiência técnica e falta de segurança quanto à execução da obra, o Projeto de Integração do rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF, em outros termos, a transposição do rio São Francisco, foi tirado do papel. Entre 2003 e 2006, sob responsabilidade do Ministério da Integração Nacional (MI), atual Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), com Ciro Gomes como ministro, os trâmites se iniciaram para que a obra fosse implementada a partir de 2007, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Considerada a maior obra hidrográfica do país, a transposição se volta para beneficiar o semiárido nordestino. Suas construções atravessam 390 municípios e 294 comunidades rurais dos estados Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Organiza-se através de dois eixos, Norte e Leste, apresentados na Figura 1, que captam a água da bacia do São Francisco para barragens, açudes, canais e outros reservatórios de água do Nordeste. O eixo Norte tem cerca de 260 km de extensão, já o eixo Leste conta com 217 km. Ambos devem captar 26,4 m<sup>3</sup>/s da vazão do Velho Chico (BRASIL, 2022).

**Figura 1** – Mapa de localização do PISF e eixos associados



Fonte: BRASIL (2022).

A transposição surge, então, como solução para um território complexo e aparentemente fadado à miséria. Seus objetivos básicos são:

- aumentar a oferta de água, com garantia de atendimento ao Semiárido;
- fornecer água de forma complementar para açudes existentes na região, viabilizando melhor gestão da água;
- reduzir as diferenças regionais causadas pela oferta desigual da água entre bacias e populações (BRASIL, 2004).

Sua principal finalidade é promover a segurança hídrica do Nordeste, garantindo água para o uso humano e industrial, a criação de animais e a agricultura. No prazo de 15 a 20 anos, após o início das obras, a transposição deveria estar em plena operação, beneficiando em torno de 12 milhões de pessoas (BRASIL, 2004).

Um megaempreendimento de tal dimensão, que se desenrola por mais de uma década, produz mudanças significativas na natureza, além de reverberar no modo de vida daqueles/as que convivem com as obras. Nessa direção, para que a transposição fosse implementada, o Governo Federal precisou indicar e se responsabilizar pelas possíveis reverberações que a mesma poderia causar nos territórios por onde suas obras passariam, sinalizando também as ações mitigadoras para suas repercussões consideradas negativas.

Assim, em 2004, é lançado o Relatório de Impactos Ambientais – RIMA, que se torna um documento referência sobre os impactos das obras da transposição do rio São Francisco e, ainda, que busca justificar o acontecimento de tal obra. No total, foram apontados 44 impactos, sendo 23 considerados relevantes. Deste número, 11 foram denominados positivos e 12 negativos (BRASIL, 2004).

Ao analisar o RIMA da transposição, nota-se que a equipe responsável pelos estudos técnicos desse documento é formada por profissionais das seguintes áreas de conhecimento: Engenharia de Agronomia; Engenharia de Recursos Hídricos; Biologia; Engenharia Civil; Geologia; Estatística; Pedologia; Arqueologia; Sociologia; Economista; Arquitetura; Engenharia Sanitária; e Engenharia Florestal. Ainda conta com profissionais Técnicos em Cartografia e com Contadores/Demográficos.

É possível sinalizar, então, que os estudos foram realizados, em maior parte, por técnicos e especialistas das Engenharias e Ciências Exatas e da Terra, apontando uma preocupação em delinear os impactos físicos e materiais da transposição. Contudo, revela-se também a carência de profissionais das Ciências Humanas e Sociais e da Saúde, que poderiam endossar as reverberações da transposição na experiência humana.

O RIMA parece omitir ou não se preocupar com outros impactos tão importantes quanto os ambientais/físicos. Fica evidente a carência de indicadores que revelem a preocupação e o cuidado com a dimensão existencial de quem é atingido por tal empreendimento. Nessa direção, mostra-se a conveniência do Estado de não se responsabilizar pelas reverberações existenciais vividas pelos/as atingidos/as pela transposição, visto que foca apenas, em grande parte, ações reparadoras para os impactos materiais/físicos.

### **3.2 – A desapropriação e a realocação na transposição do São Francisco**

Dentre os impactos provocados pela implementação da transposição, destacamos o deslocamento compulsório e o reassentamento de camponeses/camponesas e comunidades tradicionais que habitavam o território por onde as obras passaram. Esses fenômenos têm despertado o interesse de alguns estudos (SILVA; SANTOS; SANTOS, 2020; SILVA, 2015; BARACHO, 2014; GONÇALVES *et al*, 2018) que objetivam compreender como se dá a experiência da desapropriação e da realocação dos/as atingidos/as pela transposição do Velho Chico.

É necessário situar que a desapropriação é um ato previsto no Art. 5º da Constituição brasileira (BRASIL, 1988) e no Decreto-Lei 3.365/41 (BRASIL, 1941),

que acontece através da retirada de pessoas de suas habitações ou de seus bens privados, mediante situações de necessidade/utilidade pública e interesse social. Deve-se cumprir o pagamento de indenização justa e prévia. Comumente, a desapropriação ocorre em virtude da implementação de obras infraestruturais que são fundamentadas como necessárias ao desenvolvimento econômico, como, por exemplo, a construção de usinas de energia, de estradas, de linhas de metrô e de outros megaempreendimentos.

O processo de desapropriação demonstra que o interesse coletivo se sobressai ao direito de propriedade privada, e que, quando determinada a sua necessidade, a expropriação de bens é compulsória. No entanto, é preciso indagar: como se estabelecem as necessidades/utilidades públicas e o interesse social que justificam as desapropriações?

No cenário da transposição do rio São Francisco, o Programa de Reassentamento das Populações, um dos Programas Básicos Ambientais – PBA do megaempreendimento, determinou as diretrizes que guiaram o processo de realocação dos/as desapropriados/as. Tal programa iniciou suas atividades em 2004, através de interações comunitárias com as famílias que seriam desapropriadas pela transposição, com previsão de realizar, em 2010, suas transferências para as Vilas Produtivas Rurais (VPR). Previu-se que pelo menos 1889 propriedades seriam afetadas com o avançar das obras, provocando a desapropriação de em média 845 famílias (BRASIL, 2005).

Ainda de acordo com o programa, instituiu-se que, a partir de determinados critérios, algumas pessoas seriam remanejadas para áreas próximas ao local onde habitavam; já outras, seriam reassentadas em Vilas Produtivas Rurais (VPR), que concernem a espaços planejados para reassentamentos coletivos, com o intuito de preservar as condições de vida daqueles/as que foram removidos/as de suas terras. Tais Vilas Produtivas Rurais são “áreas rurais adquiridas pela União, dotadas de infraestrutura comunitária e de produção, destinadas ao reassentamento das famílias residentes na faixa de obra que atendam aos critérios de elegibilidade estabelecidos pelo empreendedor” (BRASIL, 2005). Assim, prometeram-se, além de uma residência, serviços básicos sociais, como acesso à saúde, ao lazer e à educação, e uma área territorial irrigada para a manutenção da atividade agrícola dos/as camponeses/as agricultores/as, com área de aproximadamente 10 hectares (BRASIL, 2005).

Entretanto, Silva e Santos (2020) ressaltam algumas situações vividas pelos/as afetados/as pela transposição, em específico os/as desapropriados/as e realocados/as na Vila Produtiva Rural Salão, no interior de Pernambuco. Tais repercussões são evidenciadas pela violação de direitos fundamentais como o acesso à água, à escola, ao

lazer e à saúde, sem contar a denúncia do pagamento de indenizações irrisórias e o sentimento de não pertencimento ao novo território por parte das pessoas realocadas.

Esses acontecimentos revelam que a desapropriação provoca transformações significativas nas condições de vida de quem é expropriado de suas terras, sobretudo aqueles/as que foram realocados/as em Vilas Produtivas Rurais. Isso sinalizando que a desapropriação “não é algo que altera apenas o espaço físico (construído ou não), mas também a forma com que as pessoas se relacionam com essa mudança” (HERÁCLIO, 2018, p. 95). Partindo dessa compreensão, incluímos neste estudo a pandemia como pano de fundo, uma vez que esta situação sanitária, que ainda vivemos, nos circunstancia e acentua um cenário de crises e demandas, sobretudo, de aspectos socioeconômicos.

Embora o processo de desapropriação e de realocação no contexto da transposição tenha ocorrido anteriormente à pandemia, tal acontecimento epidemiológico se deu em paralelo a questões singulares vivenciadas pelas pessoas desapropriadas e realocadas na VPR Salão. Busco compreender como tal habitação, que já apresentava algumas vulnerabilidades, foi atravessada pela pandemia. Esse é o sentido de abordar a pandemia nesta pesquisa: como situação temporal que circunstanciou, inclusive, a investigação.

### **3.3 – A pandemia da Covid-19 no Nordeste: um encontro de crises**

Vivenciamos uma crise sanitária de escala global revelada com o estado de pandemia decretado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março de 2020, diante da disseminação da Covid-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2. Trata-se de uma doença respiratória que se manifesta comumente por sintomas como febre, tosse seca e cansaço, perda de paladar e/ou olfato. Em casos graves, a ocorrência de dificuldade de respirar, a dor ou a pressão no peito e a perda de fala ou de movimento indicam a necessidade de atendimento médico com possibilidade de internação. A transmissão ocorre por ar ou por contato pessoal com secreções infectadas como: espirro; tosse; gotículas de saliva; catarro; contato com objetos e superfícies contaminadas; e contato pessoal próximo (BRASIL, 2020).

Por se tratar de um vírus de rápida e fácil propagação, a prevenção é fundamental como medida de enfrentamento da Covid-19. Nessa direção, como medidas não farmacêuticas, recomendam-se ações como: a higienização constante das mãos com água e sabão ou álcool 70%, o distanciamento social e o uso de máscaras

(WHO, 2022). Além disso, a vacina é uma importante aliada na luta contra a propagação da pandemia, reduzindo o número de casos graves e mortes.

Com o aparecimento de novas cepas do vírus, os agravamentos e as crises surgem constantemente, o que torna a pandemia um fenômeno não linear quanto à incidência de casos. Na Tabela 3, são explicitadas as principais variantes consideradas de preocupação do SARS-CoV-2.

**Tabela 3** - Variantes da Covid-19

Variante	Primeiras amostras	Primeira detecção	Situação epidemiológica
Alfa	Setembro de 2020	Reino Unido	Responsável pela segunda onda da pandemia, sobretudo na Europa
Beta	Agosto de 2020	África do Sul	Atingiu Canadá, Estados Unidos e outros 58 países
Gama	Dezembro de 2020	Brasil e Japão	Chegou a ser responsável por 9 em cada 10 contaminações por Covid-19 no Brasil
Delta	Outubro de 2020	Índia	Mais prevalente na Índia, se tornou devastadora na segunda onda da pandemia no país
Ômicron	Novembro de 2021	África do Sul	Se espalhou rapidamente pelo mundo. No Brasil, interrompeu a queda de casos, correspondendo, em janeiro, 99% dos casos positivos em São Paulo

Fonte: Pinheiro, 2021; Michelon, 2021; Instituto Butantan, 2022.

Essas mutações surgiram com o risco de serem mais transmissíveis, de provocarem casos mais graves da Covid-19 e, ainda, de escaparem da imunidade adquirida (mediante vacinação ou infecção natural). Com isso, países enfrentaram dificuldades para garantir o controle de casos, tornando-se fundamental que o Estado fortalecesse os dispositivos da rede de saúde e as políticas públicas e incentivasse

medidas de biossegurança, sobretudo em territórios que já lidassem com a dificuldade de acesso à saúde (SANTOS; SILVA; SANTOS, 2020).

Nesse caso, podemos considerar que o encontro entre a pandemia e o Brasil revelou uma crise nos planos ético, político, econômico, cultural, social e sanitário, pondo “às claras a crise já vigente de nossa democracia, agravando-a com máxima intensidade” (DUARTE, 2020, p. 22). Dito de outro modo, no Brasil, já estava em operação um governo que se organizava por princípios políticos de manutenção do sofrimento e de morte de determinados grupos sociais que, no jogo político, têm suas vidas sob o juízo do Estado, que pondera quem pode ou não morrer. Aliado à pandemia, tal cenário ressalta ideais neoliberais, biopolíticos e necropolíticos, colocando toda a população em risco de morte, deixando as parcelas já vulnerabilizadas em ameaça mais efetiva (CASANOVA, 2020).

O ex-presidente Jair Bolsonaro, ao promover aglomeração, desencorajar o uso de máscaras, realizar motociatas com seus seguidores e declarar: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?” (GARCIA, GOMES, VIANA, 2020, disponível na internet)<sup>13</sup>, quando questionado sobre o alto número de óbitos por Covid-19 no país, evidenciou a postura negacionista do Governo Federal, descomprometido com o objetivo de evitar o avanço da pandemia e, conseqüentemente, mais óbitos.

Os conflitos políticos se inflamaram na pandemia e, diante disso, vimos a cadeira de Ministro da Saúde ser ocupada e desocupada constantemente. Além disso, aconteceram diversos e intensos confrontos entre o presidente e os governadores, sobretudo do Nordeste, que criaram o Consórcio Nordeste, instituindo medidas e ações de combate à pandemia aliadas às normativas da OMS. Os líderes estaduais não agradaram a Bolsonaro, que chegou a recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) com pedido de impugnar tais ações (MELLO; SCHMITT; ROXO, 2021).

Vale lembrar, também, que a vacinação foi outro enredo que figurou no plano político da pandemia no Brasil. Mesmo com as expectativas por um imunizante que pudesse amenizar o contágio e agravos da Covid-19, sobretudo no Brasil, país que chegou a assumir o epicentro de casos e mortes pelo vírus, Bolsonaro foi negligente nos acordos que poderiam acelerar a chegada das vacinas para a população.

Em julho de 2020, recusou a compra de milhões de doses da *Coronovac*, fabricada pelo Instituto Butantan, tendo em volta disso o desafeto com o governador de São Paulo e principal incentivador da *Coronovac*, João Dória. Já em agosto do mesmo

---

<sup>13</sup> Retirado do Portal G1 de Notícias. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 02 mar. 2023.

ano, Bolsonaro deixou de responder os e-mails e a carta do laboratório americano *Pfizer*, que ofereceu 70 milhões de doses para compra. Tal oferta tornaria o Brasil um dos destaques na corrida por distribuição de imunizantes (CRUZ, 2022). Depois dessas e de outras polêmicas, em janeiro de 2021, tivemos a primeira pessoa vacinada no Brasil, com a presença de João Dória como “garoto propaganda” do início da vacinação (BADDINI; FERNANDES, 2021).

O modo como as decisões políticas foram tomadas evidenciam, ainda, o fortalecimento de um dilema entre a economia e a vida. Durante a crise pandêmica, por exemplo, o presidente teve seus pronunciamentos voltados para a preocupação de como o isolamento social afetaria a economia, chegando a criticar tal medida, ao sugerir que “O Brasil vai quebrar” ao adotar restrições (SOARES, 2022). Outro acontecimento que reforçou esse seu posicionamento foi o fato de que, em suas reuniões de março e maio de 2020 encontrou-se mais com os ministros militares e da área econômica do que com os representantes do Ministério da Saúde (DI CUNTO; MURAKAWA, 2020).

Na leitura de Birman (2020), ao sobrepor a dimensão econômica ao imperativo da vida, aqueles que governam assumem a crueldade e o ato perverso de sacrificar milhares de pessoas. Nesse paradigma, a banalização da vida se sobrepõe, como se a economia fosse uma instância à parte da gente, quando, na verdade, “a economia é uma atividade que os humanos inventaram e que depende de nós. Se os humanos estão em risco, qualquer atividade humana deixa de ter importância” (KRENAK, 2020, p. 46). Tal conjuntura produz uma pergunta que se impõe: a quem interessa o discurso negacionista e de valorização da economia que desconsidera a vida, numa situação de crise sanitária que matou, e que ainda mata, milhares de pessoas?

Se, no plano nacional, enfrentamos adversidades, quando lançamos nosso olhar para regiões específicas, é possível compreender que outras complexidades se configuram. É o caso do Nordeste, que apresenta mais de sete milhões de casos registrados da doença, com 127 mil óbitos, sendo a terceira região do país que acumula mais números de casos confirmados, e a segunda nos índices de óbito<sup>14</sup> (BRASIL, 2022).

Estudos apontam que a incidência de casos de coronavírus aumentou rapidamente nos estados do Nordeste, e tal crescimento acelerado não é um fenômeno independente, uma vez que se dá pela intersecção com outros fatores, como, por exemplo, o baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região (FIOCRUZ,

---

<sup>14</sup> Segundo dados do Ministério da Saúde coletados em boletim diário no Painel Coronavírus do dia 02/11/2022.

2020). A garantia de acesso aos dispositivos de saúde na pandemia também foi um desafio, dado que apenas 7,3% dos municípios da região apresentam estrutura hospitalar (GIL, 2020). Em consequência, a rede de saúde esteve sob constante ameaça de colapso, o que se tornou realidade em alguns municípios nordestinos.

Outro aspecto que requer atenção nesse cenário é o acesso à alimentação. De acordo com o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II VIGISAN), realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), 55,2% dos/as brasileiros/as conviveram com a insegurança alimentar durante a pandemia. Ao contextualizar tal índice no Nordeste, os números só pioram, posto que 70% dos/as nordestinos/as não têm a garantia da própria alimentação. Além da fome, a insegurança hídrica também foi uma realidade para 40% dos/as nordestinos/as na pandemia. Esses números se agravam quando são consideradas apenas as áreas rurais (REDE PENSSAN, 2022).

Essas adversidades vividas no contexto do Nordeste, apesar de aliadas à crise econômica mundial, já constituíam a realidade político-socioeconômica da região que, historicamente, tem a desigualdade social em sua configuração. Nessa direção, a pandemia e as vulnerabilidades, ao se encontrarem, sustentam e agravam uma à outra, como explicita Kerr *et al* (2020, p. 4116):

Populações com baixa renda são mais expostas à contaminação por doenças infecciosas, incluindo pelo SARS-CoV-2, devido à falta de acesso a saneamento básico e à água tratada, à falta de acesso à educação e aos serviços de saúde, ao uso de transportes públicos sujeitos à aglomerações e à dificuldade de realizarem o isolamento, por morarem em residências precárias e/ou com um número excessivo de moradores, ou também por estarem mais frequentemente desempregadas ou engajadas em empregos informais.

Em vista disso, compreendo que a situação pandêmica se inicia através de um agente infeccioso com alta rapidez de contágio que ameaça a vida de muitos/as. No entanto, estou atento, também, para a experiência de grupos sociais que, diante de suas condições de vida, vivenciam de forma singular a situação de pandemia. Por se situar em um cenário atravessado por diversas vulnerabilidades, acreditamos que esta pesquisa surge como um apelo para que voltemos nossos olhares para a experiência de desapropriação e de reassentamento dos/as camponeses/as em Vila Produtiva Rural na situação de pandemia.

#### **4 – COMO MERGULHAR NESTE RIO DE CONCRETO? CAMINHO METÓDICO**

Uma questão me inquieta: nesses primeiros contatos realizados após um longo período de suspensão das atividades presenciais devido a pandemia, algumas pessoas se queixam de projetos que se disponibilizam a acompanhar as comunidades e, no entanto, acabam os abandonando, muitas vezes vindo apenas atrás de informações. Mesmo que estas narrativas não nomeiem o TransVERgente e suas pesquisas, sou afetado por tal reclamação. Logo, questiono de que modo a minha pesquisa não será apenas mais uma situação onde essas pessoas se sentirão “usadas” para fornecer dados e não terão algo em troca. Sei que meu intuito com a pesquisa não é esse, nem tampouco posso acreditar que resolverei todas as questões que me forem encaminhadas (Diário de bordo do pesquisador).

Opto por iniciar este capítulo, que discorre sobre o caminho metódico, através de uma afetação vivida no acontecimento da pesquisa. O trecho citado acima anuncia uma queixa que me convocou a refletir sobre minha pesquisa num contexto atravessado pelo caráter exploratório imposto pela transposição do Velho Chico, fantasiada de promessas que não foram cumpridas. No campo, escutei lamentações de quem se via constantemente no lugar de fornecer informações e materiais em “troca” de nada. Diante disso, fui chamado a assumir caminhos que se voltaram ao não direcionamento da pesquisa para o mero recolhimento de dados, mas, sobretudo, para o acolhimento da experiência humana.

A ciência moderna, guiada pela lógica representacional, adotou para si a concepção de conhecimento com base na razão, assimilando critérios como observação, controle, mensuração, previsão e generalização (SOUZA; FRANCISCO, 2017). As pesquisas orientadas por essa referência entendem que a produção de um conhecimento livre de suspeitas é constituída por objetividade, controle de variáveis, neutralidade, entre outros processos que garantam um conhecimento que seja passível de se tornar universal.

Tal paradigma torna-se soberano, sobretudo no Ocidente, como perspectiva e ponto de partida para a leitura de mundo. A supremacia desse pensamento implica no poder de definir os critérios daquilo que se torna cientificamente verdadeiro ou não. Esse modelo de produção de conhecimento distingue o científico, sempre visível, do que é compreendido como senso comum, opinião, crença, intuição ou subjetividade, elementos comumente invisibilizados, mas que se tornam susceptíveis a serem objeto e matéria-prima da ciência. Assim, aquilo que é invisível fundamenta o visível (SANTOS; MENESES, 2010).

Nesse modo de produzir conhecimento, reside o perigo da desconsideração e da exclusão de outros modos de ser e de pensar, que passam a ser interpretados a partir da lente de um saber que compreende a existência humana por referenciais universalizantes. Em face disso, é preciso pôr em xeque as ideias pré-concebidas: Como se determina o pensamento capaz de receber o mérito de reconhecimento científico? E por quais motivos alguns saberes são marginalizados?

Para encontrar indicativos que encaminhem tal provocação, recorro a pensadoras e pensadores que se dedicam a explicitar que o modo como a ciência moderna foi forjada, como um saber totalitário, encontra raízes, ainda, na expansão europeia colonial, que, em sua missão, homogeneizou o mundo, suprimindo o conhecimento local das terras “descobertas” (SANTOS; MENESES, 2010). Importa considerar que a colonização não ocorreu apenas como um processo de expropriação e invasão territorial, mas operou também por meio de outras estratégias de dominação e submissão do Outro.

Nessa direção, os saberes que não são produzidos seguindo os critérios ocidentais são considerados como supersticiosos e são cooptados como matéria-prima para o avanço da ciência. Nessa movimentação, são lidos por outros referenciais que não reconhecem outras metodologias e perspectivas epistemológicas. Autores como Santos e Meneses (2010) e Sueli Carneiro (2005) nomeiam esse processo de epistemicídio, que incorre de diversas formas – “desde a evangelização e a escolarização ao genocídio ou à devastação ambiental” (NUNES, 2010, p. 235).

Portanto, o saber no ocidente se revela como um intenso extrativismo epistêmico que, nas palavras de Grosfoguel (2016, p. 132, tradução nossa), consiste na produção de um conhecimento que:

não busca o diálogo que implica numa conversação horizontal, de igual para igual entre os povos, nem busca compreender o conhecimento indígena<sup>15</sup> em

---

<sup>15</sup> Apesar de citar os conhecimentos indígenas, podem ser incorporados, nesta discussão, todos os povos e saberes que foram silenciados e que não estão incluídos nos referenciais ocidentais de conhecimento.

seus próprios termos, mas busca extrair ideias à medida que as matérias-primas são extraídas para colonizá-las, subsumindo-as dentro dos parâmetros da cultura e da episteme ocidental.<sup>16</sup>

É crucial reconhecer que a academia, sobretudo as pesquisas científicas, tradicionalmente se alinha a tal pensamento, que busca produzir conhecimentos que sejam absolutos e universais. Porém, como sinalizam Miklos & Araújo (2018, p. 934), há que se atentar para a invisibilização de outros saberes que tal lógica provoca:

A lógica universalista ocidental pauta-se em raízes da cultura ocidental cristã, europeia, branca e heterossexual. Os diferentes grupos sociais produzem conhecimentos que não são legitimados pelas universidades, mas aqueles conduzem e organizam suas práticas sociais. Neste sentido, podemos afirmar que o monopólio do saber, mantido pelas instituições de ensino superior, é uma fonte de controle político e epistemológico.

Desatenta a tais questões, a pesquisa que segue os preceitos da ciência moderna corre o risco de propor investigações exploratórias que não reconhecem outras perspectivas epistemológicas, produzindo um conhecimento descontextualizado e despolitizado. Parece-me que é esse o sentido pelo qual caminha a queixa apresentada no trecho que figura no início deste capítulo, revelando o lamento de quem se vê apenas no lugar de objeto de uma ciência que não reconhece a existência de outros mundos, além do ocidental.

A pretensão em situar o caráter colonial, extrativista e manipulador que a pesquisa científica pode seguir revela o desafio da produção de conhecimento em contextos vulnerabilizados e constituídos por violências institucionais, como é o caso do campo desta pesquisa. Tal situação não se mostra como um obstáculo que impede o pesquisar, mas revela que a ciência moderna e seus métodos são apenas uma possibilidade de recorte de uma determinada medida da realidade (CRITELLI, 2019), apontando para a necessidade de revisar o modo como buscamos conhecer o mundo e de integrar outras perspectivas e leituras que colaborem para a interpretação dos fenômenos que se revelam em campo.

Alguns desafios irromperam e conduziram os caminhos desta pesquisa em seu próprio acontecimento, indicando, por vezes, a urgência de repensar o caminho metódico previamente indicado para esta dissertação. Compreendo, então, que o campo encaminha seus próprios apelos e singularidades, que nos conduzem de acordo com o

---

<sup>16</sup> Versão original: “no busca el diálogo que conleva la conversación horizontal, de igual a igual entre los pueblos ni el entender los conocimientos indígenas en sus propios términos, sino que busca extraer ideas como se extraem materias primas para colonizarlas por medio de subsumirlas al interior de los parámetros de la cultura y la episteme occidental”.

desvelar dos fenômenos. À guisa disso, a seguir, será descrito o cenário, os/as colaboradores/as e os passos que teceram esta pesquisa, que se voltou para o interior do Sertão nordestino com a intenção de escutar e incluir povos da terra que, tradicionalmente, não são reconhecidos como autores de saberes.

#### **4.1 – A Vila Produtiva Rural Salão como cenário da pesquisa**

Em Sertânia, cidade do interior de Pernambuco localizada a 263 km de Recife, 83 famílias tiveram de sair de suas casas, sendo 39 delas realocadas para a Vila Produtiva Rural Salão, conhecida por esse nome devido a um galpão situado no centro da comunidade. O assentamento se estende por uma área de 886 hectares, e foi pensado com uma infraestrutura que garantisse os seguintes aspectos:

casas de 99 m<sup>2</sup>, postos de saúde, escolas, praças, quadras poliesportivas, campo de futebol, centro comunitário, além de rede de água, esgoto e energia elétrica. Os novos moradores também receberão setores produtivos, com no mínimo cinco hectares por beneficiário, sendo um destinado à irrigação (LUIS, 2015).

Apesar das promessas, a VPR/Salão só foi entregue em 2015, fazendo com que algumas pessoas já desapropriadas passassem um período de cinco anos morando em casas de familiares ou de aluguel (COSTA; DINIZ, 2021). Nesse contexto, o Ministério da Integração<sup>17</sup> criou o Programa de Transferência Temporária (PTT), que visava, dentre outras coisas, prestar assistência financeira de mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e vinte centavos (R\$ 1.254,20) para as pessoas que tinham sido realocadas e que ainda não tinham acesso ao novo local de moradia (GONÇALVES, 2014).

Além do atraso na entrega da VPR/Salão, por conta de explosões oriundas das obras da transposição, as estruturas das casas se racharam, o que prejudicou a transferência das famílias para o local:

Há 39 casas prontas – com cadeado no portão, teia de aranha e ninguém morando. As casas chegaram a ser sorteadas, mas antes mesmo de serem habitadas trincaram por causa das explosões. A empresa que assumiu o serviço depois que a anterior foi embora está recuperando a única vila produtiva rural de Sertânia para que os desabrigados pela obra voltem a ter o teto prometido pelo governo (G1, 2012).

---

<sup>17</sup> Como já mencionado anteriormente, o Ministério da Integração (MI), em 2019, passou a se configurar como Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). No entanto, opto por continuar nomeando -lhe como MI por dois motivos: 1. Ele ainda se chamava MI na maior parte do tempo de implementação das obras da transposição, sendo, portanto, o responsável legal sobre o empreendimento; 2. Os/As colaboradores/as se referem ao antigo nome com mais frequência, ou apenas o chamam de “Ministério”.

Ademais, os lotes de área irrigada destinados à produção agrícola, principal fonte de renda dos/as camponeses/as, não foram entregues. Em situações como essa, o governo se responsabiliza por fornecer auxílio financeiro para as famílias realocadas em Vilas Produtivas Rurais até o momento em que o espaço para a plantação seja entregue. A Verba de Manutenção Temporária (VMT), referente ao valor de um salário mínimo, é concedida mensalmente para um representante de cada família e deve ser mantida “enquanto não houver produção (agropecuária) estabelecida e em níveis estáveis nos lotes agrícolas” (SILVA, 2015, p. 104).

Em 2021, em plena pandemia, esse auxílio financeiro atrasou por três meses, provocando alguns agravos na vida das famílias reassentadas:

as famílias ainda esperam pela água para irrigar a plantação. Para piorar a situação, recentemente, a verba de manutenção atrasou por três meses. Assim, os moradores ficaram sem renda, algumas famílias tiveram sua energia elétrica desligada pela operadora, tendo em vista o não pagamento da conta de consumo mensal. Essa questão inclusive ocasionou mais um problema de acesso à água, pois parte dos moradores é abastecida por um poço perfurado na Vila que, por sua vez, a água é disponibilizada por meio de uma bomba elétrica, então, sem energia, consequentemente, sem água (COSTA; DINIZ, 2021, p. 22).

A realidade dos/as reassentados/as na Vila Produtiva Rural Salão tem sido atravessada pelo não cumprimento das promessas assumidas pelo Governo Federal. Apesar de o projeto da transposição apontar para ações que garantiriam o acesso a serviços e direitos fundamentais e o cuidado com os impactos socioambientais, as famílias convivem apenas com a infraestrutura abandonada de escolas, postos de saúde e praças, precisando se deslocar para o centro urbano para usufruírem desses dispositivos.

Esses agravos, somados a outros direitos não garantidos, reverberam no modo de vida e no cotidiano das famílias reassentadas e apontam que a transposição não tem cumprido seus objetivos e deveres quanto à população atingida no percurso das obras, em especial, as pessoas realocadas em VPRs. É nesse contexto que esta pesquisa se insere, buscando revelar compreensões e caminhos possíveis de cuidado.

#### **4.2 – A pesquisa de campo na situação de pandemia**

Esta pesquisa aconteceu durante a pandemia do coronavírus, deflagrada desde março de 2020. Nesse cenário, diante das incertezas quanto à durabilidade dessa

situação sanitária, a Universidade Católica de Pernambuco/UNICAP e outras instituições de educação superior implementaram o ensino remoto como alternativa para o andamento das atividades acadêmicas. As disciplinas, as orientações de trabalhos e os horários foram respeitados nessa nova realidade atravessada por limitações e possibilidades próprias do sistema digital que transformaram a experiência acadêmica.

Aulas, reuniões, eventos científicos e outras atividades passaram a acontecer remotamente, e a “facilidade” oferecida pela virtualidade de estar presente em diversos contextos nos convocou a sermos onipresentes em quase todas essas situações. Em contrapartida, em função do distanciamento social preconizado como prevenção, as pesquisas de campo estiveram suspensas. Igualmente a outros/as colegas pesquisadores/as, fiquei receoso ao refletir sobre como deveria encaminhar minha pesquisa nesse cenário. Era complexo pensar num estudo que acontecesse através do virtual/online, uma vez que os colaboradores desta pesquisa são camponeses e camponesas que residem em área rural, o que dificulta a conexão via internet.

Ainda assim, inseguro, propus uma pesquisa de campo orientada pelas medidas sanitárias indicadas pelo Ministério da Saúde<sup>18</sup>, sinalizando, caso necessário, a possibilidade de realizar a coleta de dados em mais de um momento, para evitar aglomeração. Em março de 2021, com a aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética, surgiu a incerteza de como aconteceria a inserção e a acolhida do campo diante da situação acadêmica.

Com o avançar da vacinação, atentando-se à biossegurança necessária, o TransVERgente acolheu o pedido de retorno das atividades extensionistas em campo através de um curso intitulado “Mobilizadores/as Comunitários/as em Saúde”, realizado entre os dias 06 de agosto e 23 de outubro, através de oito encontros semanais com três comunidades afetadas pela transposição do São Francisco, dentre elas a Vila Produtiva Rural Salão, *locus* desta pesquisa. Objetivou-se com o curso discutir algumas questões que atravessam a saúde, refletindo as possibilidades de mobilização comunitária, na qual pudessem surgir ações integradas às necessidades e às potencialidades presentes na realidade de cada comunidade.

A metodologia que guiou os encontros do curso foi organizada a partir de círculos de cultura, assim como propõe Paulo Freire, que são caracterizados da seguinte forma:

---

<sup>18</sup> Seguindo a Portaria n° 1.565, de 18 de junho de 2020 (BRASIL, 2020), sugeriu-se que a pesquisa respeitaria a distância mínima de 1 (um) metro entre os/as participantes-colaboradores/as e o/a pesquisador/a, do mesmo modo em que seriam fornecidos álcool 70% e máscaras. Quanto ao espaço, deveria acontecer em um ambiente amplo e ventilado.

O ponto de partida para o trabalho no círculo de cultura está em assumir a liberdade e a crítica como o modo de ser do homem. E o aprendizado (extremamente rápido, pois não são necessários mais de 30 dias para alfabetizar um adulto segundo a experiência brasileira) só pode efetivar-se no contexto livre e crítico das relações que se estabelecem entre os educandos, e entre estes e o coordenador. O círculo se constitui assim em um grupo de trabalho e de debate. Seu interesse central é o debate da linguagem no contexto de uma prática social livre e crítica. Liberdade e crítica que não podem se limitar às relações internas do grupo, mas que necessariamente se apresentam na tomada de consciência que este realiza de sua situação social. (FREIRE, 1967, p. 7).

Desse modo, o círculo de cultura viabiliza uma ação coletiva que busca, mediante o diálogo, a reflexão e a apropriação das possibilidades de interação com a própria realidade. Contrapõe-se ao modelo de educação tradicional que coloca um sujeito como detentor do conhecimento enquanto os outros são expectadores. Na verdade, no círculo de cultura, todos/as são colaboradores/as na construção do conhecimento. Sua proposta é favorecer um espaço de compartilhamento de experiências e de aprendizados.

Inspirados nisso, foram realizados oito encontros semanais, com início no dia 05 de agosto e término em 23 de outubro. No primeiro encontro, a proposta do curso foi apresentada às pessoas que compareceram, e ali mesmo, em coletividade, foram eleitos os temas considerados relevantes para se refletir a mobilização comunitária em saúde. Assim, as temáticas debatidas foram: Perspectivas para a juventude; Direito à Saúde; Promoção de bem estar diante da pandemia: Saúde mental; Geração de renda; Espaços de Lazer; Direito e cidadania; Acesso e distribuição de água; Agroecologia; Direito à água na transposição; Cultura e ação social; Horta comunitária; e, por fim, Reconstrução da associação comunitária.

O curso aconteceu nas quintas-feiras (tarde) e sextas-feiras (manhã e tarde), e cada encontro teve duração média de 2 horas. A última reunião, que, excepcionalmente, aconteceu numa sexta e no sábado, foi reservada para que cada comunidade apresentasse o modo como o curso foi vivenciado, realçando o conhecimento construído no percurso dos encontros, e quais seriam os possíveis caminhos que seguiríamos a partir disso.

Por adotar uma metodologia de encontros grupais no curso de Mobilizadores/as Comunitários/as em Saúde, assumindo o diálogo como caminho para refletir sobre as condições de vida e as possibilidades de ação a partir da coletividade, a coleta da minha

pesquisa aconteceu paralelamente ao curso. A roda de conversação<sup>19</sup>, proposta por Santos (2016), método de coleta de narrativas desta pesquisa, e as rodas de cultura de Freire (1967) se aproximam mediante a proposta de revelar histórias e de compreender os depoimentos num espaço compartilhado onde, no encontro com outros, o cotidiano é refletido e novos sentidos podem surgir daí, realçando o caráter interventivo da pesquisa.

Além disso, compreendemos que intervenções como a roda de conversação e o círculo de cultura revelam afinidades, ao proporem compreender as reverberações da transposição no modo de vida das pessoas afetadas durante o seu percurso, visando criar ações contextualizadas para as questões que se tecem em tal situação, podendo, assim, contribuir com o TransVERgente. Por isso, em hora e em dia diferentes do curso, uma roda de conversação aconteceu. Tal encontro se deu através de um convite realizado no dia 05 de agosto de 2021, direcionado às pessoas que haviam comparecido àquele momento. O convite foi ampliado através de um grupo de *WhatsApp* da comunidade que contava com outros/as moradores/as que não estavam presentes no dia em questão.

Apesar de a inserção da pesquisa em campo ter acontecido simultaneamente às atividades extensionistas do TransVERgente, esta dissertação tem objetivos e contribuições próprias. Volta-se para a realocação de camponeses e camponesas desapropriados/as pela transposição, apostando na pesquisa acadêmica como alternativa para acolher as demandas desse campo-tema e ampliar as possibilidades compreensivas que podem subsidiar a *práxis* política e profissional de psicólogos e psicólogas em contextos como esse.

Nessa conversação entre pesquisa e extensão, as intempéries da pandemia foram superadas em campo, e as duas propostas foram desenvolvidas nessa parceria, que me situa como pesquisador-extensionista. Ou seja, numa aliança entre a pesquisa científica e a formação profissional, revelou-se a possibilidade de inserção em campo, fazendo surgir dos tensionamentos a produção de um conhecimento voltado para a realidade do interior nordestino.

### **4.3 – A fenomenologia hermenêutica e a cartografia clínica como atitudes de investigação**

Dedico esse momento para descrever a atitude que funda esta investigação. A priori, esta pesquisa se caracteriza por uma inspiração fenomenológica, sobretudo, nas

---

<sup>19</sup> Será detalhada nos tópicos a seguir.

críticas dirigidas ao modo como as ciências naturais forjadas pelo paradigma metafísico guiam pesquisas que, a partir de critérios como neutralidade e racionalidade, buscam produzir verdades universais.

A atitude fenomenológica se contrapõe a tal perspectiva, uma vez que “assume a mutabilidade da verdade, voltando-se para a compreensão do fenômeno, interrogando-o, mas não com vistas a confirmá-lo teoricamente” (SILVA; SANTOS, 2017, p. 114). Isso implica dizer que aquilo que se é revelado pelo olhar fenomenológico não tem por compromisso ser considerado como sendo uma verdade absoluta. A verdade, na investigação fenomenológica, se aproxima da *aléthea*, ou seja, a verdade do desocultamento de um acontecimento (CRITELLI, 2019).

A noção de compreensão apontada por Gadamer na hermenêutica filosófica também assinala um sentido significativo para entender a investigação fenomenológica desenvolvida na presente pesquisa. Para o filósofo, a compreensão é uma dimensão ontológica do ser, ao modo de Heidegger. Dessa forma, não se constitui por procedimentos previamente definidos (GADAMER, 2008; GADAMER, 2010). Assim, na perspectiva hermenêutica, o acontecer da compreensão é possibilitado pelo encontro dialógico, desvelando sua dimensão participativa e conversacional, em estreita ligação com a linguagem, implicando-se em um jogo de perguntas e respostas.

Assim, a atitude fenomenológica nesta pesquisa se apresenta no modo como precisei me debruçar sobre os fenômenos que foram se revelando, sem a pretensão de aplicar os pressupostos da fenomenologia hermenêutica como guias de interpretação. Ao tematizar algumas compreensões de experiências que me foram narradas, surgiu a necessidade de um diálogo com outros saberes, a partir do qual tomei sempre o cuidado de demarcar o solo de cada pensamento convocado na tessitura desta dissertação.

Ao assumir, então, a atitude fenomenológica como modo de investigação, a aproximação com o tema desta pesquisa, enquanto pergunta que buscou compreender o que me era até então estranho, emergiu das inquietudes que surgiram em meu caminhar junto ao campo-tema. Essas inquietudes, que suscitaram questões, apontaram para a necessidade de me deixar ser atravessado pelos acontecimentos que foram tecidos no campo, acreditando que a tarefa de pesquisar consiste, também, em uma travessia que compõe experiências tatuadas na pele de quem se lança em contextos, assim como o Arlequim, de Michel Serres (1993).

Nesta pesquisa, a entrada em campo aconteceu pela cartografia clínica. Pensada a partir da atenção psicológica em instituições e comunidades (AUN, 2005), esse método implica no conhecimento da realidade a partir da inserção do pesquisador no

campo, atento às relações entre os humanos e os territórios. A partir da fenomenologia, podemos compreender que as relações de sentidos são constituídas na experiência que o humano tece no mundo junto a outros. Vale ressaltar que a compreensão de mundo aqui não consiste no espaço físico, mas em uma trama de sentidos que vai se construindo pelo habitar<sup>20</sup> do humano.

O mundo se constitui no edifício cultural do espaço-tempo existencial e histórico em que somos e habitamos. Portanto, ser-no-mundo implica ter e pertencer ao mundo em que nascemos, cujos contornos vão se apresentando à medida em que o habitamos. Também significa estar lançado e ter expectativas de que a vida nos traga e nos aproxime do que desejamos e de que nos afaste do que tememos. Tal ambivalência entre o que percebemos e o que esperamos aponta para o projeto de vir-a ser que se dá em conjunto. Assim, o que projetamos está assentado e situado no que já está sedimentado no viver em determinado mundo.

Considerando tal compreensão, a cartografia clínica, que norteou o meu caminhar na pesquisa, não se volta apenas para o mapeamento dos espaços físicos que ocupamos (concreto), mas para o sentido da experiência que desvela os modos de ser do humano no mundo com os outros. Essa experiência é revelada pela palavra e testemunhada pelo pesquisador, que, a partir da escuta, vai conhecendo o campo e desvelando possíveis modos de intervenção. Desse modo, “a cartografia clínica parte da escuta psicológica visando tanto à investigação, quanto à intervenção: busca compreender o cenário social, criar modos de atuação possível e pesquisar a própria intervenção em ação” (BRAGA; MOSQUEIRA; MORATO, 2012, p. 560). Portanto, a cartografia clínica como método de pesquisa se revela em seu caráter investigativo, abrindo possibilidades também para a intervenção, tendo seus objetivos, caminho metódico e projetos flexíveis ao que cada realidade revela.

Por esse viés, a ação cartográfica, numa interseção pesquisa-extensão, mostrou-se como guia para que, no próprio campo investigativo, esta pesquisa se constituísse enquanto uma pesquisa interventiva. Eis um desencobrimento do pesquisador extensionista: deixar-se ser guiado pela dialogicidade entre pesquisa-extensão, encontrando-se diante da possibilidade de construir projetos futuros para a ação clínica em territórios como o da pesquisa.

---

<sup>20</sup> Aqui, o sentido de habitar está situado na compreensão heideggeriana que diz: “a maneira como tu és e eu sou, o modo segundo o qual somos homens sobre a terra é o *Buan*, o habitar” (HEIDEGGER, 2012, p. 127, grifos do autor). Portanto, como questão fundamental da constituição do ser, habitar não diz, somente, do fato de possuir uma residência, mas do modo como o humano constitui o seu pertencimento no mundo com os outros.

Um ponto que merece atenção na cartografia clínica é o de que o pesquisador não se restringe a uma atitude de recolhedor de dados ou de mero observador. O cartógrafo é compreendido como parte do campo interventivo que investiga, pois o foco da investigação não é apenas o campo, mas também a inserção do pesquisador nele. Essa compreensão parte propriamente da visão indissociável de humano-mundo da fenomenologia. É nessa indissociabilidade que o cartógrafo se lança para compreender o campo.

A atitude clínica na cartografia acontece na disposição de inserir-se *no e junto* ao campo, inclinando-se ao outro. Segundo Sevigny (2001), em uma analogia com a ação clínica, é possível ressaltar que tal modo de pesquisar implica uma abordagem que compreende que as teorias são uma via de conhecimento emergente da experiência do campo, buscando se contrapor aos protocolos e manuais que supõem práticas pré-estabelecidas. Nesse sentido, como a clínica, a cartografia clínica “é conduzida pela atitude do clínico, tanto em relação a seus interlocutores, quanto a seu saber e sua elaboração” (AUN, 2005, p. 29). Uma pesquisa cartográfica, assim, ao ressaltar a dimensão clínica, revela também o caminhar do pesquisador e o seu acontecer junto ao campo.

É preciso tatear o campo. Não no sentido de contorná-lo e manipulá-lo com as mãos, mas de se permitir a abertura para ser tocado pelo outro, a tal ponto que os limites entre o eu e o outro/campo dialoguem. Essa atitude “implica modos de pesquisar cujo compromisso não está em representar uma realidade suposta, mas em se deixar atravessar por processos de invenção, deixar passar a potência de criar novas constelações de possibilidade” (TONELI; ADRIÃO; CABRAL, 2012, p. 225). Desse modo, o tato desconstrói a pretensão de neutralidade que possa vir a se impor sobre o pesquisador, colocando-o na posição de quem deve estar atento às sinuosidades do campo.

Com a possibilidade de a pesquisa atender aos rumos que surgem no encontro com outros, retomo o trecho que inicia este capítulo, no qual os/as colaboradores/as do campo se queixam da presença forasteira de projetos extrativistas. Nessa situação, com o intuito de não fazer desta investigação uma ferramenta de manutenção dessa lógica, compreendi que o campo me encaminhou um apelo: a presença.

Portanto, a permanência em campo, planejada apenas para o momento da roda de conversação que recolheu os depoimentos para esta pesquisa, foi repensada. Assim, estive por oito semanas em Sertânia/PE, entre agosto e novembro de 2021, sendo co-participante das atividades extensionistas do TransVERgente, juntamente com os/as

extensionistas responsáveis pelos encontros do Curso de Mobilizadores/as Comunitários/as em Saúde, bem como atuante nos atendimentos de Plantão Psicológico para as pessoas que solicitaram uma escuta. Porém, vale ressaltar que a colheita desta pesquisa foi realizada em apenas um momento, em agosto, sendo a participação nas outras atividades, enquanto experiências vividas no campo, componentes do meu diário de bordo de pesquisador-extensionista.

Essa permanência em campo foi convocada e acolhida pela abertura da atitude cartográfica e fenomenológica hermenêutica, que constitui um modo de ser pesquisador, permitindo a reflexão e o questionamento dos passos dados no próprio caminhar em campo. As experiências vividas além do momento da roda de conversação foram fundamentais para que eu pudesse pensar o lugar deste estudo e para fortalecer os meus vínculos com os/as colaboradores/as do campo desta investigação.

#### 4.4 – Caracterização dos/as colaboradores/as da pesquisa

Os/as colaboradores/as desta pesquisa foram camponeses e camponesas desapropriados/as pela transposição e realocados/as na Vila Produtiva Rural Salão, em Sertânia/PE, como demonstra a Tabela 4. A escolha para a participação na pesquisa aconteceu a partir de uma amostra intencional, ou seja, pelos/as colaboradores/as apresentarem relação com a temática pesquisada (THIOLLENT, 1986). Incluíram-se dois camponeses e duas camponesas com mais de 18 anos de idade, desapropriados/as pela transposição do rio São Francisco, realocados/as para a VPR/Salão em Sertânia e residentes na VPR Salão (independentemente de seu tempo de moradia). Como critérios de exclusão, retiraram-se as pessoas desapropriadas pela transposição, mas que nunca haviam residido na VPR Salão e as que, mesmo tendo sido realocadas na referida Vila, não residiam nela à altura da pesquisa.

A seguir, a Tabela 4 traz a caracterização de cada colaborador/a:

**Tabela 4** – Colaboradores da pesquisa

Nome	Idade	Sexo	Grau de instrução	Tempo que reside na VPR/Salão	Com quantas pessoas convive	Principal fonte de renda
Casa Bromélia	35	Feminino	Ensino Médio Completo	5 anos	4	VMT*

Casa Jericó	39	Masculino	Ensino Fundamental Completo	5 anos	4	VMT
Casa Caroá	39	Feminino	Ensino Médio Completo	5 anos	3	VMT e trabalho informal que o marido desempenha
Casa Juazeiro	26	Masculino	Superior Incompleto	5 anos	2	Trabalho formal

---

Fonte: Elaborado pelo autor

\*Verba de Manutenção Temporária

Para assegurar o anonimato de cada colaborador/a, foram-lhes atribuídos nomes fictícios inspirados em plantas nativas do Sertão que apresentam a característica de ser resistente ao clima árido. Ainda, foram adicionados o prefixo “casa” em cada nome, para apontar que os camponeses e as camponesas desta pesquisa são abrigos que resistem às adversidades impostas pelas violências da lógica desenvolvimentista que os/as colocam em condições de subalternidade, na luta para não serem invisibilizados/as.

#### 4.5 – Modalidades de investigação e de intervenção da pesquisa

A singularidade de uma história reside naquilo que cada colaborador/a conta sobre si e os outros, evidenciando, assim, os sentidos da existência de cada um/a. Critelli (2016, p. 13) ressalta que “a vida humana se tece entre histórias. Melhor, entre narrativas de acontecimentos nas quais encontramos armazenados sentidos e significações para a vida”. Nessa direção, a narrativa se apresenta como o dizer que constitui e revela sentidos da existência humana e, portanto, se distancia da fala informativa, que visa explicar fatos. Nas palavras de Walter Benjamin, a narrativa é:

uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o puro “em-si” da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso. (BENJAMIN, 1994, p. 205).

Como um modo de comunicar a experiência e de expressão que articula linguagem e afetividade, revelando a rede de sentidos tecida na experiência vivida, a narrativa é constitutiva da dimensão existencial. Por isso, foi tomada nesta pesquisa como um modo de romper com os discursos sedimentados acerca dos/as afetados/as pela transposição do rio São Francisco. É a narrativa, em sua linguagem singular, que revela o modo como habitamos o mundo e que nos aproxima da tarefa de nos apropriarmos da nossa existência.

Nas palavras de Schmidt & Ostronoff (1999, p. 70), o pesquisador, ao se voltar para a narrativa como um recurso da pesquisa, se caracteriza mais como um “recolhedor da experiência, inspirado pela vontade de compreender, do que como um analisador à cata de explicações”. Posto isso, a seguir, serão descritos os recursos utilizados nesta pesquisa para o acolhimento das narrativas produzidas junto aos/às que colaboraram com o estudo. Entendidos não somente como instrumentos de coleta de informações, o diário de bordo e a roda de conversação recolheram narrativas sem a pretensão de fornecerem explicações ou uma verdade absoluta, e apontam para algumas possibilidades compreensivas acerca do fenômeno investigado.

#### **4.5.1 – O diário de bordo**

Ao voltar esta pesquisa para a experiência que se tece durante o seu acontecer, recorro ao diário de bordo como uma via de registro das experiências vividas por mim nesse percurso. A escrita do diário se dá pela disposição em “compartilhar uma experiência. Comunicando algo vivido e sentido, um diário é como um tecer de muitas histórias interligadas” (AUN; MORATO, 2009, p. 123). O diário convoca a atitude de narrador e se caracteriza como o momento onde o pesquisador comunica o modo como o outro e o contexto se revelam em sua experiência (BISELLI; BARRETO, 2013), distanciando-se de uma descrição do campo. Nas palavras de Santos (2016, p. 41),

o diário de bordo se mostra como lugar de reflexão, de inscrição autoral, evidenciando a experiência do narrador/ouvinte. O pesquisador é “pesquisador da experiência” (matéria da narrativa do diário de bordo) e se faz contador de história são mesmo tempo em que tece outras histórias enquanto as ouve.

Assim, o diário de bordo não visa apenas servir de registro dos fatos ocorridos, mas sim revelar as experiências que se tecem no momento da pesquisa em campo, e, por isso, mostra-se como um momento de tessitura de sentidos. Quando tomado como recurso na pesquisa, o diário de bordo apresenta as narrativas do aconte-*ser* de um/a

pesquisador/a, que, no momento de sua escrita, acolhe as ressonâncias do que é vivido em campo.

O diário de bordo se fez presente desde a constituição da questão desta pesquisa até o momento da coleta em campo. Nele, conto a minha experiência de percorrer caminhos com outros, realçando o modo como o contexto situacional se revelou. Assim como, na costura, a linha entrelaça tecidos, as narrativas escritas em meu diário aparecem no decorrer deste trabalho em diálogo com os depoimentos dos/as colaboradores/as, compondo sentidos advindos desta investigação.

#### **4.5.2 – Roda de conversação**

Para a coleta de narrativas foi realizada uma roda de conversação. Tal recurso é proposto por Santos (2016, p. 43-44), e pode ser compreendido como um momento de “contação de experiência que convida, pesquisadora e participante-colaborador, a transitar entre horizontes – diz do modo como caminho-com-outros, podendo ser abertura possível para construir outro horizonte por meio da conversação”.

Dito de outro modo, a roda de conversação possibilita a elaboração das experiências narradas. É um espaço em que, no encontro com outros, emerge a possibilidade da criação de sentido frente ao fenômeno em questão. Por acontecer em grupo, os/as participantes da roda de conversação transitam entre o ouvir e o dizer e podem rever os sentidos presentes em seu próprio horizonte compreensivo (SANTOS, 2016).

Nesse sentido, a conversação não se apresenta como uma mera tarefa de troca de informações e de diálogo cotidiano. Em contrapartida, é o momento de implicação com o próprio existir, conduzindo a interrogação da própria existência. Assim, na roda de conversação, as narrativas são evocadas mediante uma questão-bússola. Nessa direção, a questão desta pesquisa assumiu o seguinte pedido, no momento da roda: “Quero que vocês me contem como foi a experiência de vocês, na pandemia, morando aqui na Vila como reassentados/as”.

Previamente combinada, a roda de conversação aconteceu em 13 de agosto de 2021, na Vila Produtiva Rural Salão. Nesse dia, não houve, na comunidade, encontro do curso de Mobilizadores/as Comunitários/as em Saúde. Contando com a participação dos/as colaboradores/as, a roda de conversação durou 1h 47min, foi gravada em áudio, e, logo em seguida, foi transcrita, para que possibilitasse os procedimentos da análise compreensiva.

#### 4.6 – A análise hermenêutica dos fenômenos

Após a transcrição da roda de conversação e a escrita dos diários de bordo em campo, a análise das narrativas seguiu a orientação da Hermenêutica Filosófica de Gadamer (2008; 2010), que almeja uma leitura compreensiva do fenômeno interrogado. Importa dizer que Gadamer situa, a partir de Heidegger, a compreensão em uma dimensão ontológica, que diz respeito ao sentido do ser. Assim, assinala:

a compreensão como um saber não teórico, não representacional, já que supõe um não guardar imagens, atividade vinculada à representação mental psíquica. Está ligada à afetividade e é articulada linguisticamente e, desse modo, recusa a esfera da representação vinculada em uma interioridade psíquica (BARRETO; PRADO; LEITE, 2019, p. 54).

Nessa direção, somos constituídos por uma tradição que atravessa o mundo e o modo como existimos, ponto de partida para toda compreensão. Nesse sentido, “os pressupostos, preconceitos, pré-compreensões, provêm da tradição humana, não constituindo obstáculos à compreensão do mundo.” (SANTOS, 2016, p. 50). Dito de outro modo, a compreensão de algo está sempre situada em compreensões prévias que já nos constituem.

A tarefa da hermenêutica não é propor interpretações que busquem dar significado ou explicações, mas sim desvelar a compreensão de sentido que temos de algo. Na Hermenêutica Filosófica a “análise é construída a partir do jogo dialógico entre entrevistando e entrevistador, abrindo para possibilidades compreensivas” (SILVA, 2018, p. 88). Ou seja, é na abertura, mediante o diálogo, que nosso horizonte compreensivo, constituído pela nossa tradição, pode apresentar-se aberto, possibilitando questionarmos e refletirmos sobre nossos preconceitos.

Sendo assim, na pesquisa guiada pela hermenêutica filosófica, o diálogo entre pesquisador e participantes-colaboradores não visa recolher informações que correspondam a teorias ou a explicações pré-estabelecidas. No jogo dialógico, “o pesquisador tece com o outro a rede de histórias criando outra(s), abrindo possibilidade para acontecer a fusão de horizontes” (SANTOS, 2016, p. 51). É a fusão de horizontes<sup>21</sup> que possibilita o emergir de uma nova compreensão sobre algum fenômeno que esteja

<sup>21</sup> Apesar do termo, a fusão de horizontes não diz respeito à compreensão de fusão de experiências. As experiências prévias se apresentam como contornos que permitem contextualizar a compreensão e o sentido de cada pessoa envolvida num diálogo. Quando a fusão de horizontes ocorre no movimento circular da compreensão, o horizonte compreensivo de cada um não se dissolve, mas pode ser transformado a partir do partilhar de compreensões que surgem no intercâmbio de horizontes.

em questão no diálogo. Além do mais, isso não significa a supressão dos horizontes prévios de cada pessoa que esteja no jogo dialógico, mas sim uma outra possibilidade compreensiva que pode surgir daquele encontro onde os preconceitos podem ser confrontados.

Sendo assim, a análise guiada pela hermenêutica filosófica parte da compreensão enquanto condição constitutiva da existência, que acontece no encontro entre humanos, sem desconsiderar o horizonte compreensivo prévio de cada um. Ao participarmos de uma conversação, somos circunstanciados pelas experiências que singularizam nossa existência. Assim, na análise hermenêutica gadameriana, a análise não deve se traduzir apenas na tarefa de unificar as narrativas numa compreensão comum, mas precisa acolher pontos de tensão que podem constituir outros sentidos diante do compartilhar de experiências.

Nessa direção, os depoimentos colhidos na roda de conversação foram transcritos e organizados através de constelações de sentido, conforme sugere Szymanski (2004). Tendo como fio condutor a questão-bússola<sup>22</sup> da pesquisa, as narrativas dos/as colaboradores/as foram agrupadas considerando os contornos das experiências narradas sobre o modo de residir na Vila Produtiva Rural Salão. Szymanski (2004, p. 3) ressalta que, na composição de constelações, “há tão somente uma organização da compreensão do pesquisador, que pode assumir as mais diferentes formas, variando de analista para analista. À semelhança de um céu estrelado, várias constelações podem ser delineadas”.

Portanto, as constelações demarcam o caráter contingencial da compreensão humana, pois apontam para a possibilidade de diversas leituras compreensivas diante dos fenômenos revelados numa pesquisa. A divisão que se constitui com as constelações não pretende limitar a compreensão dos fenômenos, tampouco criar categorias sobre as experiências compartilhadas na roda de conversação, mas apresentar possibilidades compreensivas, uma vez que a vida se tece numa trama de acontecimentos que se dão simultaneamente.

Nesta pesquisa, algumas narrativas dos moradores e das moradoras foram consideradas no intuito de desvelar possíveis experiências do que é residir atualmente na Vila Produtiva Rural Salão após a desapropriação respaldada pelo discurso desenvolvimentista que fundamenta o projeto da transposição. As narrativas se

---

<sup>22</sup> Seguindo a compreensão de Cabrale Morato (2019), a questão-bússola na pesquisa se traduz na atitude de interrogar um fenômeno, colocando em aberto o sentido daquilo que é questionado. Diferente do perguntar que se interessa apenas por uma resposta considerada decisória, a questão-bússola se aproxima do jogo dialógico de pergunta e resposta próprio da hermenêutica filosófica. Trata-se, portanto, de se pôr à disposição para acompanhar além do que emerge como uma resposta.

apresentam em três constelações organizadas no capítulo a seguir, “O que contam as vozes desta história?”: 1) “‘Desacobertados’: as condições de habitação na Vila Produtiva Rural Salão”; 2) “‘Uma roupa que pode se rasgar a qualquer momento’: o pertencimento em questão”; e 3) “‘Passa por longe que o povo aí está com covid’: o cotidiano tecido pela situação de pandemia da Covid-19.”<sup>23</sup>

## 5 – O QUE CONTAM AS VOZES DESTA HISTÓRIA?

Acompanhando essas pessoas, me inquieto sobre como suas histórias são encobertas. Saio do Agreste, de um cotidiano tecido pelo centro urbano interiorano e ao chegar no Sertão, parece que tudo é pintado de barro, sem nuances e singularidades. Propositamente e de forma violenta a realidade dessas pessoas é velada sob contos alegóricos distantes da realidade. Fico me perguntando se essa pesquisa pode honrar a história desses e dessas camponeses e camponesas, mesmo que isso inclua causar dor ao olhar que se acostumou a enxergar cego (Diário de bordo do pesquisador).

Esta narrativa se apresenta como uma tentativa de compreender o modo como os camponeses e as camponesas que colaboraram com esta pesquisa experienciaram a transposição, ao mesmo tempo em que pode se apresentar como uma possibilidade para que eles/as se apropriem de suas histórias. Até aqui, foi situado o conhecimento teórico já produzido acerca da temática, o meu caminho até a questão da pesquisa e o campo em que ela acontece. A partir de agora, assumiremos o caminho traçado pelas narrativas dos/as colaboradores/as em diálogo com alguns/as estudiosos/as, de modo a ampliar

---

<sup>23</sup> O título de cada constelação foi construído a partir das narrativas dos/as colaboradores/as desta pesquisa. Tal escolha e o sentido de cada título serão refletidos no decorrer da análise.

possibilidades compreensivas que, ao questionarem saberes sedimentados, abrem espaço para a constituição de sentidos outros.

O trabalho de análise numa pesquisa guarda em si aproximações com o labor da costureira que se dispõe a costurar uma colcha de retalhos. Ali, diante de diversos recortes diferentes, afina-se o olhar para que cada tecido, em sua diferença, possa constituir uma reunião de acontecimentos. Assim é a análise: trabalha-se com as narrativas que imprimem a marca singular da experiência de cada pessoa que colabora com a pesquisa.

Valendo-se ainda desse paralelo, é possível dizer que as costuras que se criam, tanto na análise quanto numa colcha de retalhos, não possuem o compromisso de formar um material hegemônico, mas o de realçar a diversidade das possibilidades de sentidos que são interligadas num colorido de linhas entrelaçadas, como numa constelação. Nas constelações costuradas nesta pesquisa, destacam-se pontos de iluminação dispostos de forma ordinal, mas sem a intenção de sugerir que eles acontecem ou seguem necessariamente tal ordem, visto que esse modo de organização da análise serve para, didaticamente, apenas realçar os enredos dentro das constelações.

### 5.1 – “Desacobertados”: As condições de habitação na Vila Produtiva Rural Salão

Nesta constelação, serão discutidas as situações que constituem a condição de “desacobertados” na Vila Produtiva Rural Salão. O primeiro<sup>24</sup> “desacoberto” se revela nos seguintes depoimentos:

**Pesquisador:** E a questão de saúde... vocês têm uma estrutura aqui, né? Mas ela não funciona... a do posto de saúde!

**Casa Bromélia:** Não!!

**Pesquisador:** Vocês são assistidos por qual posto?

**Todos:** Da Cerâmica!

**Pesquisador:** E como era o contato com o agente de saúde e o posto?

**Casa Caroá:** O agente de saúde começou com o quê? Há 2 meses... 4 meses? Mais ou menos isso, né?

**Casa Bromélia:** É mais ou menos isso!

---

**Casa Juazeiro:** Sempre dificulta, né?

**Casa Caroá:** Malva Branca<sup>25</sup> mesmo... chegou aqui e teve vacina que Malva Branca não tomou. Por quê? Quando eu ia, não tinha vacina!... “Você é de onde?”, aí eu dizia!!... “Ah, você tem que ir pra não sei pra onde, não sei pra onde!”

<sup>24</sup> A enumeração que será seguida durante o texto não tem a intenção de sugerir uma ordem lógica no acontecer de cada fenômeno, sendo utilizado tal modo de apresentação, meramente, de forma didática.

<sup>25</sup> Nome fictício para pessoa não colaboradora da pesquisa.

**Casa Jericó:** Fica jogando!!...

**Casa Caroá:** Pronto!... aí teve uma época que passou da idade e ela não tomou a vacina!

**Casa Juazeiro:** Sempre eles dificultam. Tudo que vem daqui da VPR Salão... eles dificultam!!

**Casa Jericó:** É o que acabei de dizer!...

**Casa Bromélia:** É como eu falei da outra vez...

**Casa Jericó:** Eu dizendo aqui que tudo pra gente é dificultoso. Tudo!

**Casa Bromélia:** Que... pra mim pesar as meninas, pra eu não perder o Bolsa Família, eu tive que ir pra Rio da Barra!!<sup>26</sup>

**Casa Jericó:** Pesar lá!...

**Casa Bromélia:** Que eu era de lá antes, né? Por causa de Xique-Xique<sup>27</sup>, aí eu tive que ir pra lá...

**Casa Caroá:** Prevenção, aqui nós mulheres, se nós fizer pago... nós faz!

**Casa Bromélia:** Tem que pagar!

**Casa Caroá:** Porque pra procurar não tem!!

**Casa Jericó:** No postinho não tem não!

**Casa Bromélia:** É, e também muita gente também é... pronto, um exemplo aqui, nossa vizinha aqui, ela ficou doente por conta disso, ela perdeu o cantinho dela. Teve gente também que ficou sem seu juízo perfeito, acabou falecendo, né?

**Casa Bromélia:** Mas nada feito. Nós ainda, entre aspas, somos “desacobertos”, né? Porque é dificultoso pra nós!! Pra você chegar lá e pegar uma ficha pra uma consulta de alguma... você tem que sair daqui 5h da madrugada!! Principalmente nós que não tem transporte. E depende, viu? Porque quando chega lá... tá assim de gente!!

A narrativa de Casa Bromélia ecoa quando se arrisca em traduzir a experiência dos reassentados como um “desacoberto”. Tocado por essa palavra escolhida pela colaboradora para descrever a própria realidade, proponho construir uma via de compreensão para esse “desacoberto”.

Para tanto, nos dediquemos, por ora, à etimologia da palavra *descoberto*, que aponta alguns sentidos. Segundo o dicionário, descoberto é aquele que está “Exposto a ataques; não defendido; desamparado, desprotegido, vulnerável.” (MICHAELIS, 2022, disponível na internet). Todas essas palavras se entrelaçam às narrativas dos camponeses e das camponesas que dizem “Tudo que vem daqui da VPR Salão... eles dificultam!!”, apontando o “desacoberto” como um modo de habitar dos/as realocados/as diante das adversidades que brotam em seu cotidiano. Esse “desacoberto” se desvela ainda como um sofrimento mediante a realidade tecida na realocação que, por vezes, desconsidera e desorganiza os modos de ser e estar no mundo daqueles/as que moravam no percurso traçado pelas obras e que agora convivem num novo local de moradia.

<sup>26</sup> Comunidade rural de Sertânia/PE.

<sup>27</sup> Comunidade rural de Sertânia/PE.

No meu caminhar pela VPR Salão, percebi que ali existiam estruturas físicas de dispositivos sociais fundamentais para uma comunidade, como um local destinado para ser o posto de saúde, que se encontrava abandonado e depredado. Quando questionei os/as colaboradores/as sobre isso, tomei conhecimento que o posto nunca estivera ativo, o que fazia com que eles/as tivessem de buscar atendimento numa outra unidade de saúde, localizada na zona urbana da cidade. Além disso, mesmo morando na Vila há cinco anos, os/as colaboradores/as só tiveram um agente de saúde “Há 2 meses... 4 meses”, como narrou Casa Caroá.

Nesse contexto, o acesso aos cuidados assistenciais em saúde, comprometido, causa impactos que tornam tudo “difícil” na VPR Salão. A filha de Casa Caroá, por exemplo, não tomou vacina. Já Casa Bromélia, para manter o direito de receber o Bolsa Família, teve de ir para outra comunidade de Sertânia em busca de atendimento que pesasse suas meninas. As mulheres precisam pagar pelo exame de “prevenção”, visto que “no postinho não tem não!”.

Esse cenário denuncia mais uma promessa não cumprida pelo Governo Federal, que se responsabilizou, a respeito das Vilas Produtivas Rurais, em implantar postos de saúde ou em reorganizar os/as realocados/as na rede de saúde no novo local de moradia (BRASIL, 2005). Como isso não aconteceu, os/as realocados/as se veem sem garantias de atenção, uma vez que buscam atendimentos nos postos de saúde que “Fica jogando!!...” os/as reassentados/as entre os dispositivos. Com isso, cabe perguntar: Como se constitui o processo de saúde e doença na VPR Salão? Penso, a priori, ser importante situar uma compreensão de saúde que possa dialogar com essa realidade.

Talvez o conceito de saúde mais significativamente reconhecido seja o estabelecido pela OMS, em 1947, como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades” (BRASIL, 2020). Porém, Segre & Ferraz (1997) questionam tal definição, que consideram ultrapassada, por dividir o humano em dimensões física, mental e social. Os autores defendem a saúde como uma dimensão subjetiva que está articulada à qualidade de vida. Nessa direção, o bem-estar não se caracteriza por categorias universais, pois “provém de contextos que emprestam sentidos às experiências, não possui natureza quantificável, nem pode ser padronizado” (SANTANA; LEITE, 2018, p. 114).

No caminho de construir outras possibilidades de compreensão sobre a saúde, recorro a Gadamer (2011), ao olhar a saúde como um fenômeno do âmbito existencial que não pode ser elaborado, unicamente, pelo domínio científico. O modelo biomédico,

aliado ao progresso científico e técnico, constrói instrumentos e medidas que buscam definir o que é a saúde e como lidar com as situações que a ameaçam. No entanto,

há também uma medida natural que as coisas carregam em si mesmas. Se não se pode medir verdadeiramente a saúde é por ela ser um estado da adequação interna e da conformidade com si próprio, que não pode ser superado por um outro controle (GADAMER, 2011, p. 113-114).

Assim, a saúde escapa às determinações técnico-científicas e aponta para a experiência humana de ter de lidar com a própria existência, sendo sempre atravessada pelos contextos e pelas relações com o outro, tecidas no cotidiano. Nesse caminho, por uma perspectiva que se opõe ao modelo convencional, o processo de saúde e doença se constrói num emaranhado complexo de dimensões que vão “para além do mundo das enfermidades objetivadas, dirigindo o olhar para o sujeito e coletivos, seus ambientes e contextos, dimensões integradas” (PELIZZOLI, 2011, p. 17). Desse modo, é pertinente pensar o direito à saúde não somente na garantia de acesso a dispositivos de saúde. Deve-se considerar também

critérios socioculturais que contribuam para a saúde de todas as pessoas, incluindo a acessibilidade a serviços de saúde, condições de trabalho, habitação, transportes de boa qualidade, alimentos nutritivos e o direito ao lazer. Assim sendo, a conquista do direito à saúde está intimamente ligada à de outros direitos humanos, incluindo a não discriminação, acesso à informação e participação nas decisões, entre outros. Inclui também o direito de controlar a saúde e o corpo (como, por exemplo, nos direitos sexuais e reprodutivos), o acesso a uma saúde diferenciada (indígenas e quilombolas) e estar livre de interferências (tratamento médico não consensual e experimental) (OLIVEIRA *et al* 2017, p. 21-21).

A partir desse trecho, que demarca a saúde como um fenômeno que se tece no cotidiano, pode-se dizer que tal questão se torna ainda mais complexa no campo desta pesquisa, uma vez que os/as realocados/as convivem hoje não somente com a estrutura sem uso do que deveria ser o posto de saúde, mas também com o que deveria ser a escola da comunidade, além da praça descuidada, das casas com infraestruturas precárias e do poço artesiano como alternativa à falta de um sistema de abastecimento de água. Tais condições denunciam que o habitar, enquanto modo de ser do humano no mundo, não é considerado na VPR Salão.

As condições apresentadas no realocamento estão vinculadas a um modo técnico de planejar também não considerado na vida real. A necessidade de abrigo não é levada em conta, refletindo-se no modo de cuidado que é viabilizado pelo projeto, principalmente no que diz respeito à saúde. Tudo isso se configura como a

materialização concreta das promessas não cumpridas pelo Governo Federal e ressoa no modo a partir do qual os camponeses e as camponesas podem cuidar do próprio existir. Em vista disso, estaria o direito à saúde em jogo na VPR Salão? Como se apresenta o sofrimento nessa realidade marcada pela realocação? Compreendendo que

novas condições de vida impostas pelo modo social [...] contribuem não somente para um desarraigamento do homem dos vínculos tradicionais, mas, sobretudo, da comunidade orgânica da aldeia, da família, entre outros modos de existir no cotidiano (BARRETO, 2018, p. 20),

Penso que as ressonâncias desse “desarraigamento” apontado pela autora acima podem ser percebidas no relato de Casa Bromélia, que conta a história de uma vizinha que “perdeu o cantinho dela” e adoeceu. Além disso, outras pessoas não ficaram com o “juízo perfeito”, ou acabaram falecendo. Uma possibilidade de compreensão para esse adoecimento/padecimento produzido no cenário da VPR Salão pode ser encontrada num diálogo de Heidegger com médicos e profissionais da saúde, presente no livro *Seminários de Zollikon*. O autor diz o seguinte:

É um fato notável que, no seu todo, a profissão dos senhores move-se no âmbito de uma negação no sentido de uma privação. Pois os senhores lidam com a doença. O médico pergunta a alguém que o procura: “qual é o seu problema?” [*Wofehltes?/Onde falta?*]. O doente é não-sadio. A doença não é a pura negação da condição psicossomática da saúde. O ser sadio, o estar bem, o encontrar-se bem, não está simplesmente ausente: está perturbado. A doença é um fenômeno de privação. Toda privação implica a co-pertinência essencial de alguma coisa que se privou de outra e que precisa desta outra coisa. Isto parece uma trivialidade, mas é extremamente importante justamente porque a profissão dos senhores move-se neste âmbito. Na medida em que os senhores lidam com a doença, na verdade, os senhores lidam com a saúde, no sentido da saúde que falta e deve ser recuperada (HEIDEGGER, 2001, p. 73-74).

O pensamento heideggeriano serve de lúmen para compreendermos que a doença não se caracteriza pela negação da saúde. Melhor seria dizer que a doença é a privação de saúde, ou a sua perturbação, que se configura no momento em que o humano, em seu cotidiano, é atravessado por algum acontecimento que limita o seu poder-ser, uma vez que “o homem exibe saúde enquanto, em sua essência, é formador de mundo” (NOGUEIRA, 2008, p. 290). No momento em que adoece, o humano não deixa de ser um ser de possibilidades, mas está afetado por imposições. Nesse rumo, é justo questionar: Será que a habitação dos/as realocados/as se desvela pela privação de sua saúde, ou seja, de suas possibilidades de existir, visto que habitando, mas não se sentem pertencentes ao lugar em que habitam? Dito de outro modo, podemos entender

que a saúde dos/as realocados/as se entrelaça com as suas possibilidades de habitar e ser na VPR Salão?

A partir desses questionamentos, parece pertinente destacar que, até aqui, a transposição do Velho Chico tem sido descrita, nesta pesquisa, através de suas contradições, que têm impactado o modo de vida de diversos/as camponeses e camponesas, especificamente aqueles/as que tiveram de sair de suas casas para o avanço das obras. É importante recordar que esse megaempreendimento se alia aos princípios do desenvolvimentismo que, em prol de um crescimento/progresso, causa sofrimento para as pessoas que por ele são atingidas. Cabe frisar que existem rachaduras nessa lógica, como apontado por Azam (2017, p. 64, tradução nossa):

Abundância, prosperidade e paz, prometidas pela globalização e pelo crescimento, tornaram-se um pesadelo: persistência e agravamento da pobreza e das desigualdades, esgotamento dos recursos naturais, aquecimento global, redução da biodiversidade, pobreza, sucessão acelerada de catástrofes ecológicas e acidentes industriais. A ideologia do crescimento é fraturada pela presença viva e sincera de manifestações que se afastam das promessas e se aproximam das ameaças.<sup>28</sup>

Chama-me atenção, nesse recorte, que as consequências da lógica de crescimento se convertem em ameaças tanto à natureza como também à humanidade. Nessa direção, sou mais uma vez chamado ao pensamento de Heidegger, a partir do qual compreendo que o fundamento desenvolvimentista, e, conseqüentemente, a transposição em seus ideais, é uma expressão da técnica moderna que não se restringe apenas aos instrumentos tecnológicos, mas que se apresenta como uma dimensão epocal própria do momento em que vivemos. Diante da técnica moderna, “a natureza é provocada a dar-respostas segundo relações determinadas; é, por assim dizer, obrigada a falar (*zurRedegestellt*). A natureza é obrigada a manifestar-se numa objectividade calculável (HEIDEGGER, 1995, p. 25)”.

Assim, prevalece na técnica moderna um pensamento calculante que, irrefletidamente, impõe a exploração da natureza, entendendo-lhe como uma fonte de energia inesgotável, destinando utilidade para tudo que se revela diante desse modo de desvelamento. No entanto, a técnica moderna não atinge do mesmo modo todos os

---

<sup>28</sup> No original: “La abundancia, la prosperidad y la paz, prometidas por la globalización y el crecimiento, se convirtieron en una pesadilla: persistencia y agravamiento de la pobreza y de las desigualdades, agotamiento de recursos naturales, calentamiento climático, reducción de la biodiversidad, mal vivir, sucesión acelerada de catástrofes ecológicas y accidentes industriales. La ideología del crecimiento está fracturada por la presencia viva y sentida de manifestaciones que se alejan de las promesas y se acercan a las amenazas.”

pontos do globo terrestre, ela acontece de modo diferente cada espaço em que se revela tal abertura. Nessa direção, precisamos exercer um giro decolonial<sup>29</sup> para tecer uma leitura contextualizada a nossa realidade.

Assim, dialogo com Krenak (2020, p. 57-58) que, de forma provocadora, se opõe à lógica de utilidade presente na técnica moderna:

a vida não tem utilidade nenhuma. A vida é tão maravilhosa que a nossa mente tenta dar uma utilidade a ela, mas isso é uma besteira. A vida é fruição, é uma dança, só que é uma dança cósmica, e a gente quer reduzi-la a uma coreografia ridícula e utilitária. Uma biografia: alguém nasceu, fez isso, fez aquilo, cresceu, fundou uma cidade, inventou o fordismo, fez a revolução, fez um foguete, foi para o espaço; tudo isso é uma historinha ridícula. Por que insistimos em transformar a vida em uma coisa útil? Nós temos que ter coragem de ser radicalmente vivos, e não ficar barganhando a sobrevivência. Se continuarmos comendo o planeta, vamos todos sobreviver por só mais um dia.

Sou afetado pelo convite para termos “coragem de ser radicalmente vivos”. Compreendo, a partir do que está se revelando nesta pesquisa, que os/as colaboradores/as são constantemente cerceados/as pelas determinações de um pensamento técnico, tendo de conviverem com as ressonâncias das decisões de poucos (os que detém o poder) que afetam a vida de muitos. Assim, acredito que esta dissertação faz um aceno para o inútil que parece não ser considerado no contexto da transposição: a experiência de ser radicalmente vivo/a dos/as realocados/as na VPR Salão.

Por fim, uma pergunta me provoca: Como é possível pensar o habitar no “desacoberto”? Como os vínculos sociais, comunitários e familiares são elaborados? Certo de que essas questões serão retomadas no percurso desta análise, sigamos!

## Segundo “desacoberto”

**Casa Caroa:** Eu não lembro qual foi gente, uma reunião que teve, não sei se foi do Ministério...

**Casa Jericó:** Foi do Ministério!!

**Casa Caroa:** Que eles disseram que esse solo não prestava pra nada, era um solo que você não ia conseguir produzir nada!!

**Casa Jericó:** E foi um engenheiro agrônomo que veio avaliar...

**Casa Caroa:** Vá no quintal de cada um aqui que você vai ver a produção! No meu é mamão, feijão, pé de coco...

<sup>29</sup> O giro decolonial, termo cunhado por Nelson Maldonado-Torres (2019), se refere ao exercício decolonial de reconhecer e dialogar com os conhecimentos produzidos fora do eixo norte, como modo de resistir as perspectivas colonialistas sobre os povos colonizados. No giro decolonial se busca privilegiar a intelectualidade dos territórios que tiveram seu conhecimento subjugado. Ao longo desse trabalho outros giros decoloniais são realizados como atitude de resistência teórica, epistemológica e ética-política à lógica colonial.

**Casa Juazeiro:** E o de Facheiro que tem de tudo no mundo!...

**Casa Caroá:** Pé de acerola... Tudo dá!...

**Casa Bromélia:** De goiaba...

**Casa Jericó:** Não dá se não tiver água!

**Casa Caroá:** O problema, às vezes, é não ter a água, como muitos não tem. Mas se você tem... dá tudo!... é coentro se você plantar. Eu mesmo...

Xique-Xique plantou feijão, praticamente nós comemos feijão maduro o tempo todo. Vai agoando os pezinhos e dá!

**Casa Jericó:** [...] aqui, qual é o lucro que a gente vai ter aqui? Já tá com 6 anos que disseram que iam dar uma área irrigada pra gente...

**Casa Caroá:** A gente não sabe nem onde fica...

**Casa Jericó:** A gente não sabe nem onde fica esses lotes de área irrigada. Aí já outra hora dizem que não vai ter mais esses lotes irrigados, e que não sei o quê, não sei o quê!... Meio mundo de conversa e ao mesmo tempo não sai nada.

**Casa Caroá:** Lá mesmo [se referindo ao local que morava antes da desapropriação] eu tinha minha casa, a gente tinha casa, eu criava era galinha, era porco, era bode, era gado. E hoje...

**Casa Jericó:** Você não pode criar!

**Casa Caroá:** Não posso criar!

Os obstáculos vivenciados por quem reside na VPR Salão não se traduzem, somente, na infraestrutura das casas. O desencanto recai, também, sobre o solo no qual as casas foram construídas. Uma queixa se apresenta: o Ministério da Integração, responsável pela implementação das obras, entregou uma terra considerada infértil! Afeto-me com essa situação, e uma inquietação solicita ser tematizada: como compreender a escolha deliberada de se entregar uma terra infértil para camponeses e camponesas que habitam a terra como “sustento de todo gesto de dedicação” (HEIDEGGER, 2012, p. 129) à fauna e à flora?

Para dimensionar tal atitude, considero essencial compreender o modo de vida camponês. Tal tarefa não pode ser tomada de forma simples e nem se encerrar em algumas linhas, uma vez que o campesinato apresenta, no percurso da história, acontecimentos complexos que constituem o que poderíamos denominar como o modo de vida camponês. Nessa direção, diante da possibilidade de uma discussão ampla, realço alguns pontos que interessam a esta análise.

Primeiramente, o modo de vida camponês é marcado por uma economia familiar camponesa que se opõe aos ideais capitalistas de acumulação e extrativismo. Assim, a subsistência no campo se constitui a partir do binômio roça-criação estabelecido pelo cultivo da agricultura e pela criação de animais, elementos responsáveis pela produção de alimento para consumo próprio. Quando a produção excede o necessário, o/a camponês/a comercializa esse excedente para complementar a renda ou o compartilha com seus/as vizinhos/as, promovendo uma relação de ajuda mútua (SIMÃO CAMACHO, 2014).

A respeito da relação com o território, “o campesinato brasileiro tradicional foi concebido às margens do sistema escravista-fundiário-exportador. A ele não foi dado o direito à terra, restando a posse como alternativa” (ALMEIDA, 2003, p. 82). Assim, o/a camponês/a se caracteriza como aquele/a que que resiste e luta pelo direito de habitar uma terra que está constantemente sob o perigo de estratégias que buscam incluir o campo na lógica de produção mercantilista, que, por sua vez, o torna vulnerabilizado, como um “castigo” por sua resistência aos ditames capitalistas.

Quando pensamos no/a camponês/a sertanejo/a, a seca também se destaca como uma situação que provoca adversidades em sua sobrevivência e que dificulta, por exemplo, o cultivo da agricultura e a criação de animais. Como apontado por Casa Caroa: “O problema, às vezes, é não ter a água, como muitos não tem... Mas se você tem dá tudo!!...”. Assim, compreendo que a colaboradora aponta que a água é uma possibilidade fundamental para subverter as condições que se estabelecem diante da escassez. Água que, por sua vez, é considerada por Heidegger (2012) como constituinte da terra como habitação do humano.

Apesar de não compreender a terra como o habitar do ser homem, Euclides da Cunha ressalta em *Os Sertões*: “O sertanejo é, antes de tudo, um forte.” (2019, p. 115). Portanto, o/a sertanejo/a resiste. Mesmo com as limitações que se impõem, seja pela própria natureza ou por aqueles que acreditam que a dominam com a ciência, o/a sertanejo/a vai ao seu quintal e planta mamão, coentro, feijão, coco, acerola e goiaba, como vimos nas narrativas. Nessa direção, parece pertinente dialogar com as seguintes palavras de Krenak (2020, p. 44), a respeito do modo como o humano se relaciona com a terra:

Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade e nos alienamos desse organismo de que somos parte, a Terra, passando a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo que exista algo que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza.

O pensamento dessa liderança indígena aponta um caminho fértil para pensarmos, ainda em diálogo com Euclides da Cunha, que o/a sertanejo/a (r)existe pois comunga com a terra, contrapondo-se às determinações técnicas repassadas, conforme os/as colaboradores/as assimilaram em uma fala do engenheiro agrônomo do MI. Apesar disso, as determinações do MI não estabeleceram impedimentos para que os/as moradores/as da Vila pudessem realizar seus plantios: basta ir “no quintal de cada um

aqui que você vai ver a produção!”. Portanto, a lida com a terra é um modo de ser dos camponeses e das camponesas realocados/as na VPR Salão.

Voltando a discussão para o contexto da transposição, relembremos que o MI, especificamente através do Programa de Reassentamento das Populações, afirmou, dentre outras ações, que entregaria aos realocados em VPRs um “setor produtivo de no mínimo 5 hectares, sendo um irrigado, destinado à produção agropecuária, de acordo com a vocação da comunidade” (BRASIL, 2012). Além disso, assegurou que prestaria assistência técnica para a retomada das atividades produtivas (BRASIL, 2005).

Todavia, os camponeses e as camponesas disseram que ainda aguardam, desde que foram realocados/as na VPR Salão, o lote irrigado destinado à produção agrícola, o qual, entre “meio mundo de conversa”, de onde não “sai nada”, se tornou uma incerteza. Soma-se a tal circunstância o impedimento da criação de animais nesse novo local de moradia, que não tem uma área destinada para isso. Assim sendo, a principal fonte de renda dos/as realocados/as tem sido a Verba de Manutenção Temporária (VMT), que é mantida e renovada anualmente, até que o lote irrigado seja entregue (RODRIGUES, 2021). O único colaborador da pesquisa que não depende diretamente da VMT é Casa Juazeiro, que mantém vínculo empregatício com um trabalho formal.

Vai se delineando que a relação dos/as moradores/as da VPR Salão com a terra é atravessada por condições impostas pelo MI que dificultam o acontecer de práticas que, tradicionalmente, falam do modo de existir dessas pessoas, como, por exemplo, o plantio e a criação de animais. Esse impasse se revela no questionamento de Casa Jericó: “qual é o lucro que a gente vai ter aqui?”, que compreendo como expressando a condição de desamparo e de angústia diante da imprevisibilidade e da contingência da existência.

Nesse rumo, outra questão essencial, já apontada por Casa Caroá, precisa ser pensada: a da água. Em vista disso, sigamos com as narrativas dos/as colaboradores/as:

**Pesquisador:** Vocês têm água porque furaram o poço, né?

**Casa Caroá:** Isso!... o poço artesiano!

**Pesquisador:** Pela transposição essa água nunca chegou?

**Todos:** Não!

**Casa Jericó:** Até agora...

---

**Casa Caroá:** Foi a comunidade, furou o poço, comprou a bomba, fez a instalação e aí hoje... a gente não, né? Que a gente já tem, mas os outros utilizam essa água que no caso é 3 vezes por semana, aí paga uma pessoa que faz a manutenção da bomba

---

**Diário de bordo do pesquisador:** Quando ouço os moradores falarem sobre a dificuldade no acesso à água, questiono: então para quê foi tudo isso? A

quem está servindo esses anos de obras se não aos que mais precisam dessa água?

A chegada da transposição trouxe consigo uma expectativa que atravessou a história do/a sertanejo/a, predita pelo Beato Antônio Conselheiro e cantada por Sá e Guarabyra (1977):

O São Francisco, lá pra cima da Bahia,  
Diz que dia menos dia vai subir bem devagar  
E passo a passo vai cumprindo a profecia  
Do beato que dizia que o Sertão ia alagar

A água é um direito fundamental preconizado tanto pela Organização das Nações Unidas – ONU (ONU, 1948) como pela Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988). Portanto, é um dever do Estado, mediante políticas públicas, garantir o acesso a tal recurso basilar para a existência humana. Na transposição, certamente, esse pressuposto foi um ponto crucial utilizado como justificativa para viabilizar tal empreendimento, sendo posto como seu principal objetivo a garantia de água para populações e regiões que sofrem com as secas no Sertão nordestino. O RIMA (2004, p. 8), por exemplo, dedica seu capítulo inicial inteiro para evidenciar a importância desse recurso natural, que é “imprescindível ao desenvolvimento do homem e das regiões”.

Logo, após mais de 15 anos de implementação das obras, me encontro com a seguinte pergunta: Como anda a promessa da transposição de fornecer água para os/as sertanejos/as, sobretudo os/as desapropriados/as e realocados/as na VPR Salão? As narrativas destacadas acima revelam um cenário que, talvez, possa ser considerado uma contradição do propósito basilar da transposição. Quando questionados/as sobre terem acesso à água decorrente da transposição, os/as colaboradores/as dizem que “até agora” isso não ocorreu. O abastecimento de água na Vila tem como fonte um poço artesiano, que consiste numa escavação tubular feita no solo para a extração de água, perfurado através da mobilização coletiva dos/as moradores/as (VASCONCELOS, 2015).

Esse poço fornece água três vezes por semana, como apontado por Casa Caróá, para as famílias da Vila que não possuem um poço artesiano próprio e também para um viveiro instalado no centro da comunidade, sob responsabilidade do Núcleo de Ecologia e Monitoramento Ambiental (NEMA) da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). O viveiro visa cultivar mudas de plantas nativas da caatinga que servirão para a recuperação da vegetação e a recomposição da paisagem impactada no percurso das obras, como previsto no Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD (BRASIL, 2019).

Essa realidade expõe algumas contradições no modo como a transposição foi implementada. Por isso, sou tocado pela situação e, no meu diário de bordo, questiono: “Então para que foi tudo isso? A quem está servindo esses anos de obras se não aos que mais precisavam dessa água?”. O desassossego que se apresenta em tais questões sintoniza com a experiência de “desacoberto” dos moradores da VPR Salão que convivem com a dificuldade e a impossibilidade de se relacionarem com a terra, seja pelo cultivo, pela criação de animais ou pelo acesso precário à água. Estaria aqui uma possibilidade de pensar o modo como o pertencimento se constitui na VPR Salão?

Penso que o quadro que se revela abre a possibilidade de pensarmos o modo de ser de quem é realocado/a. De antemão, a meu ver, as narrativas indicam que o processo de realocação recorda o que Figueiredo (1994, p. 152) compreende como sendo um acontecimento:

Na condição de disruptor de uma trama, ou tecido – ou seja, na condição de destecedor – o acontecimento efetua uma atividade analítica no sentido próprio da palavra; [...] O acontecimento não é algo que (ir)rompe e transita: ele é a ruptura e a transição mesmas; [...] O acontecimento destroça mundo e funda mundo, estando suspenso entre mundos”.

Esse acontecimento – a realocação que pressupõe também uma desapropriação – se mostra como um fenômeno que ainda ressoa nos/as colaboradores/as desta pesquisa, não podendo ser compreendido apenas como um simples movimento de transferência de pessoas de um espaço para outro. Como vimos, a complexidade desse acontecimento provoca alguns problemas, como “A desestabilização do poder territorial, a desconstrução do modo de produção familiar e a descaracterização da identidade camponesa, fragilizando as possibilidades de escolhas e decisões sobre a vida e a saúde, estão entre estes problemas” (GUIMARÃES; MARQUES; SANTOS, 2021, p. 450).

Nessa direção, proponho um jogo com a palavra realocado, que pode se desmontar em real-ocado: realidade “ocada” ou oca. Nesse novo local de moradia, construído com condições diferentes do local de origem, a estranheza se sobressai nos realocados/as que assumem o papel de estrangeiros/as no próprio lugar de moradia. Para continuar o jogo, convido Gilberto Gil (2008):

O oco do mundo a foz  
De um rio sem nascente  
Como um broto sem semente  
Um raio de sol sem luz  
Como infecção sem pus  
O oco do mundo a sós

Em Gil se realça que o oco não se mostra meramente no vazio ou na inexistência de possibilidades. Na verdade, as possibilidades estão presentes de forma distante e afastada, como sugere o ditado popular “cair no oco do mundo”. O oco é esse espaço sustentado pelo ainda não ou pelo “até agora...” dito por Casa Caroá, que se refere ao lugar de quem aguarda as condições que possibilitem a tarefa de cuidar do próprio existir.

### Terceiro “desacoberto”

**Casa Caroá:** Porque quando nós chegou a realidade era o quê? Eles disseram que iam entregar a casa cercada, alguém lembra?

**Casa Jericó:** Foi... cercada os terrenos!

**Casa Caroá:** Só que quando nós chegou... não tinha cercado não!!!... a gente que se virou pra cercar, viu?

**Casa Juazeiro:** E os matos estavam cobrindo, pro cabra achar a casa do cabra tinha que andar um bocado para achar as casas!

**Casa Caroá:** E outra, e os espinhos?

**Casa Bromélia:** Sim, era muito espinho!!

**Casa Caroá:** Ave Maria do céu, era só a casa solta!

**Casa Jericó:** As casas tudo rachada, fizeram uma maquiagem nas casas, maquiaram as casas tudinho aí, pintaram e entregaram as casas, taparam os buracos e ainda hoje tá rachado...

**Casa Caroá:** Rachão não tinha não, cupim muito que pior!!

**Casa Juazeiro:** Ei, foi mesmo, a situação foi ruim aqui!

**Casa Jericó:** Até hoje tá sendo, né?

**Casa Caroá:** Não tem uma casa aqui que diga assim... “Não tem cupim!”, toda casa aqui tem. Eles entregaram e não foi... era pra ter sido de boa qualidade as madeiras, mas tudinho essas coisas não foi!...

**Casa Juazeiro:** Já vieram de brinde os cupim!

---

**Diário de bordo do pesquisador:** Há situações em que questiono quais as minhas im-possibilidades aqui. Em nenhum momento me foi direcionado um pedido de resolução dos “problemas”, talvez porque eles sejam grandes demais, como por exemplo: o que eu poderia diante das pessoas que, sem o privilégio da escolha, moram em condições precárias?

Essas narrativas me tiram o chão. Nesse diálogo se apresenta uma dentre as diversas denúncias que foram feitas pelos camponeses e pelas camponesas durante a pesquisa que serão apresentadas no decorrer da análise. Diante das queixas que apontam para frustrações, ao narrar “questiono quais as minhas im-possibilidades aqui”, confesso uma certa imobilização de minha parte para conseguir construir esta análise. Será que vou ficar paralisado diante das queixas/faltas?

Com foco na experiência narrada, o caminho possível que se apresenta para a análise é o de apontar os desacordos entre a proposta do projeto e as experiências/denúncias dos/as participantes-colaboradores/as, realçando a violência promovida pelo Governo Federal ao desapropriar e realocar camponeses e camponesas

em condições precárias de moradia. Essa é uma via que se apresenta e que assinala o ponto de partida do pesquisador que, enquanto situação hermenêutica, procura entendê-lo com pressupostos e até possíveis equívocos inerentes, por já estarmos implantados numa certa cultura. Nessa direção, me percebo provocado pela narrativa de Graciliano Ramos e busco escutar aquilo que a palavra está querendo dizer:

Deve-se escrever da mesma maneira como as lavadeiras lá de Alagoas fazem seu ofício. Elas começam com uma primeira lavada, molham a roupa suja na beira da lagoa ou do riacho, torcem o pano, molham-no novamente, voltam a torcer. Colocam o anil, ensaboam e torcem uma, duas vezes. Depois enxáguam, dão mais uma molhada, agora jogando a água com a mão. Batem o pano na laje ou na pedra limpa, e dão mais uma torcida e mais outra, torcem até não pingar do pano uma só gota. Somente depois de feito tudo isso é que elas dependuram a roupa lavada na corda ou no varal, para secar. Pois quem se mete a escrever devia fazer a mesma coisa; a palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer (RAMOS, 2014, p. 77).

Assim, voltando-me para os fragmentos das experiências narradas na roda de conversação, escuto os depoimentos e sou tocado pelas casas rachadas e cheias de cupim, pelos matos e espinhos que se atravessam nos terreiros e, ainda, pela solidão de ter de morar/habitar uma “casa solta”. Todas essas narrativas apontam para um cenário distinto do que foi prometido por “eles”, que aqui podemos nomear como o Ministério da Integração.

Importa enfatizar que as Vilas Produtivas Rurais fazem parte das ações reparatórias da transposição. Seja dito de passagem, a reparação é uma questão complexa no âmbito de megaempreendimentos, pois o modo como é compreendida reflete nas ações realizadas. Há uma profunda discussão sobre a importância de considerar que a reparação não deve se traduzir apenas num processo jurídico de restituição de direitos violados, mas deve se voltar também para a necessidade de um olhar mais *integral* em relação aos impactos (BERISTAIN, 2009).

Nessa direção, Marés (2019, p. 44) aponta, na seguinte passagem, algo pertinente para esse diálogo:

Um bem como um rio, um bosque ou um minério não será entendido da mesma forma pelo povo e pelo Estado, não se resolve em perdas e danos ou em compensação financeira a perda de um bosque ou o trajeto de um rio. O mesmo bem poderá ter um valor material para um e espiritual, intangível, para o outro.

Partindo disso, entendo que a ação de reparação não deve ser tomada como uma simples equação matemática que confere equivalência aos acontecimentos: tira-se uma

pessoa de uma casa, colocando-lhe numa outra casa. É preciso considerar que o habitar não pode se confundir com o construir como edificar. Habitar, de acordo com Heidegger, deve ser compreendido como “ser trazido à paz de um abrigo” (HEIDEGGER, 2012, p. 129). Seu traço fundamental é o resguardo, e desse modo, como é possível reparar o dano de quem perdeu seu habitar e se sente resguardado nem devolvido de volta ao abrigo?

Quando Casa Jericó fala “fizeram uma maquiagem nas casas, maquiaram as casas tudinho aí”, denuncia, por sua vez, a tentativa do MI de encobrir as condições de fragilidade das habitações entregues aos/às realocados/as. São as maquiagens caídas que desvelam o desabrigo dos “desacobertados/as”, expondo as inseguranças desse contexto. Através dessa maquiagem, há um mostrar/ocultar de modos situacionais da precariedade na qual se encontram as residências da Vila Produtiva Rural Salão. Essa maquiagem logo se fragmenta, corroída pelos próprios cupins deixados pelo MI como “brinde”, e desvela seus rachões. Tais maquiagens, ao deixarem os camponeses e as camponesas inquietos/as e desamparados/as, apontam para o entendimento de construção como uma edificação que não considera o habitar enquanto abrigo que pode apaziguar a desapropriação e acolher os/as desabrigados/as, resguardando condições que possibilitem o habitar enquanto pertencimento.

Embora as narrativas encaminhem as queixas para algumas questões concretas das habitações, apontam para a experiência de desamparo e de desabrigo. Isso se realça nas palavras de Casa Juazeiro e Casa Jericó, ao reconhecerem que, desde quando encontraram a “casa solta”, a situação “até hoje tá sendo” ruim. Parece-me importante, então, a seguinte questão: Será que a “casa solta” pode apontar para uma possível experiência de não pertencimento na VPR Salão? Em outras palavras, como as condições das habitações possibilitam habitar enquanto resguardo? Nesse rumo, nos atentemos aos outros “desacobertos” que se revelam na experiência dos/as colaboradores/as.

### **Quarto “desacoberto”**

**Pesquisador:** Já houve algum movimento da comunidade para ir cobrar a prefeitura?

**Casa Bromélia:** Já!!

**Casa Jericó:** Já sim!!

**Casa Caroá:** A gente já entregou ofícios...

**Casa Juazeiro:** Tanto as meninas [Casa Bromélia e Casa Caroá]... as meninas que fizeram esse movimento aí...

**Casa Bromélia:** A gente foi entregar ofício...

**Casa Caroá:** Eles disseram que não tinha capacidade de usar a escola porque não tinha... tinha que ter alunos suficiente pra escola funcionar! O postinho também a gente levou ofício, levou ofício pra escola, mas...

**Casa Jericó:** Esse número de aluno tinha aí e porque...

**Casa Bromélia:** É porque nós também foi um pouco enganado, né? Porque foi o Ministério que disse o quê? Quando veio e entregou.... “está entregue a prefeitura os documentos e tal, a gente já entregou!”

**Casa Caroá:** A prefeitura dizia que não era dela....

**Casa Bromélia:** Só que quando nós foi correr atrás, quando nós era da associação, quando nós chegou.... eles... “não!... nós não estamos sabendo disso não!!... aqui mesmo não tem documentação não!”

**Casa Caroá:** “O Ministério não entregou documento nenhum aqui!”

**Casa Bromélia:** Aí pronto, aí... ficou aí à toa...

**Casa Jericó:** [...] nós não pode chegar ali na prefeitura e pedir nada, porque nós sempre foi negado aqui. Toda ajuda, desde o começo delas, sempre foi levando um “não!!”. Aí tem muita gente que diz... “não!... vocês não arrumam nada porque não querem. É por preguiça!”... como já escutamos aqui. Não, você vai bater 10 vezes numa porta e vai levar 10 não? Aí você já fica desaminado. Aí você chega em outra porta... “não!!”.

**Casa Caroá:** Porque é assim, a cada 6 meses eles [Ministério da Integração] passam, né? Fora os carros que andam aqui dentro e passa por aqui!

**Casa Bromélia:** A fiscalização, tem fiscalização...

**Casa Juazeiro:** Fora os fiscais daqui das casas, da Vila mesmo!!

**Casa Caroá:** Eles passam 6 meses, aí qual é ali o questionário que eles botam... ‘Quem tá morando na casa, o que você fez na casa, o que você plantou’, não é isso gente?

**Todos:** É!!

**Casa Caroá:** ‘Quantas pessoas têm, o que você fez... você aumentou sua casa?’.

**Casa Jericó:** Eu escutei aquiem casa, uma vez de Cumaru [representante do MI], ele disse... ‘Olhe, você não vacile não, não venda!! Porque a qualquer momento pode encostar o caminhão na porta e tirem os seus objetos de dentro da sua casa!’. Aí o cabra fica de mão atada!

**Casa Juazeiro:** Mas falando sério, a gente queria mais esclarecimento em relação ao que a gente tem, né? Se é realmente da gente, quando vai ser da gente, quando a gente vai poder fazer o que quer, porque a gente não tem noção quando que vai ser da gente e se é da gente. Eu queria que eles esclarecessem mais especificamente, né?

A partir desses fragmentos das narrativas, sou convocado a compreender um fenômeno cujo sentido pode ser interpretado como pressão política e até persecutória, gerando tensões e silenciamentos nos/as moradores/as da VPR Salão. A priori, são destacados nas narrativas dos/as colaboradores/as o Ministério da Integração, a Associação Comunitária de Moradores e a prefeitura como representações públicas políticas que atravessam o cotidiano dos/as realocados/as. Essas autoridades são apontadas como co-responsáveis pela manutenção ou pela promoção dos direitos básicos referentes à habitação dos/as realocados/as.

Quando questionados/as, por exemplo, se já houve algum movimento que exigiu a implementação e a execução dos equipamentos sociais da Vila (escola, posto de

saúde, abastecimento de água e outros), os/as colaboradores/as relataram que já entregaram ofícios na prefeitura com algumas reivindicações, todavia, o município não se responsabilizou em atendê-los. A representação municipal entende que não tem compromisso com as queixas que lhes são encaminhadas, relatando ainda que não recebeu nenhuma orientação do MI em relação a essas questões.

Nesse ponto, é preciso elucidar que o MI indica o seguinte, entre as suas metas com o Programa de Reassentamento das Populações: “Transferência da gestão dos equipamentos sociais: escolas e postos de saúde das Vilas Produtivas Rurais para os municípios” (BRASIL, 2005, p. 5). Apesar disso, essas questões “ficou aí à toa...”, como aponta Casa Bromélia.

A situação se apresenta conflituosa. As visitas realizadas periodicamente pelo MI, que, segundo os/as colaboradores/as, têm a intenção de meramente fiscalizar o modo como os/as realocados/as vivem na VPR Salão, não desenvolvendo nenhuma atenção às necessidades relatadas, parecem apontar para um desconhecimento da proposta que implantou a transposição, em relação às obrigações do próprio MI. Retomando, mais uma vez, o Programa de Reassentamento das Populações (BRASIL, 2005), só há menção de visitas do MI às Vilas para a realização de capacitações voltadas para as atividades agrícolas dos/as reassentados/as e/ou para o controle dos indicadores ambientais através de pesquisas.

Contudo, a “fiscalização” ocorre como um modo de controlar e, por vezes, intimidar/ameaçar a permanência dos/as realocados/as na VPR Salão, que já escutaram: “a qualquer momento pode encostar o caminhão na porta e tirarem os seus objetos de dentro da sua casa!”. Com isso, testemunhamos que o modo como as relações políticas dos/as reassentados/as são recepcionadas pelos representantes do poder público revela o lugar de invisibilização que os/as moradores/as da VPR Salão ocupam, sobretudo pela não escuta ou pela impossibilidade de reivindicação, como aponta Casa Jericó em sua narrativa: “nós não pode chegar ali na prefeitura e pedir nada, porque nós sempre foi negado aqui”.

Essa fala, que revela a condição de negação que recai sobre os/as colaboradores/as desta pesquisa, ainda ressoa em mim. Logo, recordo a compreensão de encobrimento do outro, apontada por Dussel (1993), que se refere à lógica colonial de não reconhecimento da humanidade do Outro. Nesse contexto, o Estado age como colonizador, ao impor a transposição sem se preocupar com os impactos no modo de vida daqueles/as que moravam no percurso de suas obras.

Nessa situação, os camponeses e camponesas não têm o direito de reivindicar condições dignas para sua própria existência/habitação: os/as reassentados/as se veem de “mão atada” pelas amarras da impossibilidade de falarem e serem escutado/as, além das ameaças dirigidas às suas próprias residências e do não esclarecimento dos seus próprios direitos, reverberando na invisibilização de narrativas que requerem as condições para que possam habitar a VPR Salão. Com isso, lembro de um poema de Eduardo Galeano (2016, p. 71), que declara o seguinte:

Os ninguéns: os filhos de ninguém, os dono de nada.  
 Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos:  
 Que não são embora sejam.  
 Que não falam idiomas, falam dialetos.  
 Que não praticam religiões, praticam superstições.  
 Que não fazem arte, fazem artesanato.  
 Que não são seres humanos, são recursos humanos.  
 Que não tem cultura, têm folclore.  
 Que não têm cara, têm braços.  
 Que não têm nome, têm número.  
 Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local.  
 Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata.

Essas palavras realçam que a temática deste estudo se volta para um contexto que, apesar de relacionado a uma obra de 2007, retrata a nossa constituição enquanto povo brasileiro desde a colonização. A história do nosso país tem em suas raízes a desapropriação como modo de dominação e poder que subjuga determinados grupos sociais a serem “ninguém”. Isso, nas palavras de Casa Jericó, se revela de tal modo: “nós sempre foi negado aqui”. O desafio que nos surge é: como superar a cegueira colonial que subalterniza e invisibiliza a existência dos/as realocados/as da VPR Salão?

### Quinto “desacoberto”

**Diário de bordo do pesquisador:** Chego pontualmente na Vila e vou para a casa de Casa Bromélia e Casa Jericó, local combinado para que a Roda de Conversação acontecesse. Passada a hora previamente combinada para o início da coleta, só estavam presentes Casa Bromélia e Casa Jericó. Logo sou tomado pela insegurança de não saber se teríamos mais pessoas nesse momento [...] A Vila tem sido esse lugar das incertezas. Esse lugar, que parece um condomínio descuidado, não apresenta espaços coletivos sendo habitados. De onde a coleta aconteceu, até víamos uma praça grande localizada no centro da Vila, mas ela está depredada, com a vegetação quase que a cobrindo por inteiro. Tudo aqui tem a marca do abandono. As pessoas se confinam em suas casas, que geralmente apresentam as portas fechadas. Se fosse um filme, seria aqueles de faroeste onde a bola de feno passa indicando a monotonia

---

**Casa Bromélia:** Eu entendo que cada um tem uma ocupação, mas o que custa tirar um tempinho pra escutar uma palavra de alguém? Sei lá, o povo é muito complicado

A minha história com a Vila Produtiva Rural Salão, *locus* desta pesquisa, tem início há quatro anos. Trata-se de um espaço familiar onde venho me disponibilizando a acompanhar as pessoas realocadas, numa interseção entre pesquisa, extensão universitária e ação clínica. Os fenômenos que compõem a realidade desse lugar revelam desafios para seus/as moradores/as e para quem se dispõe a estar presente com eles/as. Mas, agora, vamos nos deter nas narrativas acima, que demarcam uma dessas adversidades.

A demora para a chegada das pessoas que haviam sido convidadas para participar da pesquisa gerou algumas afetações no momento inicial da coleta. No terreiro de Casa Bromélia e Casa Jericó, com as cadeiras dispostas em “U”, o computador ligado e o celular gravando o áudio, eu estava na presença apenas das duas pessoas que já moravam no local escolhido para que a roda de conversação acontecesse. A propósito, tal momento aconteceu nesse lugar, pois me fora avisado que o galpão que era utilizado para as reuniões coletivas estava fechado por estar cheio de marimbondos.

Apesar de se passarem alguns minutos, o avançar do tempo me recordou outras ações na comunidade, nas quais a questão da participação coletiva já era uma queixa de algumas pessoas que apontavam a dificuldade de mobilizar outros/as moradores/as em prol das questões coletivas da Vila. Dessa forma, a minha inquietação não se voltava apenas para o atraso cronológico que estava acontecendo, que se delongou em 30 minutos a mais do horário combinado previamente. Na verdade, tal reflexão emergiu: O que esse atraso revela em relação ao campo? Será que eu então testemunhara a manifestação da não mobilização coletiva que se apresentara como realidade da experiência vivida pelos camponeses e pelas camponesas na situação de realocados/as na Vila?

Comumente, uma pesquisa busca compreender alguma experiência que já aconteceu na vida de alguém ou que, de algum modo, já foi elaborada e expressa em uma narrativa. Porém, nesta investigação, o cotidiano irrompe e revela, também, o próprio fenômeno interrogado em acontecência, solicitando do pesquisador uma escuta em ação, que “acompanha não apenas o relato de uma experiência, mas acompanha no próprio acontecer do vivido” (SANTOS, 2016, p. 131). Assim, compreendo que, junto aos/às colaboradores/as da pesquisa, fomos atravessados/as pelo campo em acontecimento.

Mais uma vez, me volto para a experiência da roda de conversação. Casa Bromélia também revelou sua afetação diante do atraso dos/as demais colaboradores/as, ao dizer que compreendia que cada um/a tinha uma ocupação, mas acreditava que “o povo é complicado” e indagava: “o que custa tirar um tempinho pra escutar a palavra de alguém?”. Diante dessa fala, que parece apontar um certo incômodo da colaboradora, quero refletir a respeito do seu questionamento que busca compreender qual o custo que se tem para escutar a palavra de alguém. Nesse caminho, algumas questões ficam encobertas para mim: Quem seria esse “alguém” provedor da palavra que deveria ser escutada? Seria justamente Casa Bromélia quem buscava falar, mas não encontrava a possibilidade de ser ouvida? Ou seria a pesquisa, e, conseqüentemente o pesquisador, quem deveria falar algo?

Enfim, essas questões desembocam no “desacoberto” que é se deparar com a presença da ausência desse outro que não comparece nos diálogos que refletem o conviver. Por compreender que o interrogar pode ser a linha que tece caminhos para outras possibilidades compreensivas, pergunto: Poderia a pesquisa ser o lugar onde as pessoas não só escutam, mas também falam a “palavra” enquanto linguagem? Custaria “tirar um tempinho” para possibilitar a elaboração da experiência vivida pela “palavra” de alguém?

Esses questionamentos propõem que recorramos a outras narrativas dos/as colaboradores/as que possam apontar alguns sentidos sobre o conviver na VPR Salão:

**Casa Bromélia:** O Galpão é da sociedade... ô, é da associação...

**Pesquisador:** E o galpão está parado, por quê?

**Casa Jericó:** Porque foi desativada a associação, né?

**Casa Jericó:** A gente saiu daqui foi 5, foi? Pro negócio do algodão?

**Casa Juazeiro:** Foi!!

**Casa Jericó:** Foi eu, tu...

**Casa Caroá:** Era um curso ou era um treinamento?

**Casa Jericó:** Negócio pra plantio de algodão que ofereceram aqui!

**Casa Juazeiro:** Era!!... ofereceram e a gente foi lá conhecer, né? Que eles queriam implantar pra cá!

**Casa Jericó:** Aí já tava tudo certinho lá em Monteiro. Nós fomos lá participar, já tava tudo certinho pra gente arrumar umas 5 pessoas ou 10 que quisesse, né? Oxe, deu tudo certo e quando pensa que não, aí Casa Juazeiro dá a notícia... “olha, não vai dar certo não. Só se a associação estiver ativa!”

**Casa Caroá:** Aí perdeu por conta que não tem a associação... Gente do céu!!... era uma coisa boa para a comunidade, nera?

**Casa Jericó:** E dava a máquina pra gente e tudo, não foi? Lá o cara disse... o presidente... “olha, tem a máquina e tem tudo aqui pra vocês!!!”. Mas cadê o interesse do povo?

**Pesquisador:** Vocês acreditam que por não ter a associação já perderam que tipo de oportunidade?

**Casa Caroá:** Já perdemos muitas oportunidades

**Casa Jericó:** Muitas! Já perdemos agora a oportunidade, de novo, que começou a construção de cisterna

**Casa Caroá:** Seguro-Safra!

**Casa Juazeiro:** Seguro-Safra! Que não vai ter mais...

**Casa Jericó:** Não vai ter mais porque não tem associação!!

**Casa Caroá:** Pelo tempo que faz... os primeiros a gente conseguiu, mas hoje...

**Casa Jericó:** Foi, uma mulher disse que não ia vim mais pra cá não, não tem associação

**Casa Caroá:** Aí perde o Seguro-Safra, perde projetos... né? Que tem uns projetos que a gente pode fazer, tem que ter a associação. Cooperativa a gente não pode participar, se a gente fizer algum plantio pra vender pra fora não pode.

**Diário de bordo do pesquisador:** Há uma certa tensão quando chegamos nesse tema. Mesmo que se esforcem para escolher as palavras, sinto que estou diante de uma “ferida” ainda aberta. Todo o clima sobre o assunto me envolve e também começo me sentir tenso, como se estivéssemos com um elefante na sala... me vi, em alguns momentos, também escolhendo as palavras para falar sobre o assunto.

Nesses diálogos, podemos acompanhar algumas situações que revelam o modo como o viver coletivo tem sido experienciado, sobretudo, a maneira das relações comunitárias se constituírem em tal contexto. Esse fenômeno se mostra, significativamente, através de um ponto comum: a Associação Comunitária de Moradores. Esse tipo de associação expressa a organização coletiva de uma comunidade, que serve para representar, perante autoridades públicas ou privadas, os interesses de um grupo e para reivindicar direitos e defender a integridade dos/as associados/as. Enfim, uma associação comunitária estabelece uma função política coletiva (AMASCO, 2022). Nessa direção, o MI indicou o apoio e o fortalecimento para a criação de associações nas VPRs, incluindo entre seus objetivos:

Promover o desenvolvimento e a organização comunitária das famílias reassentadas, através do apoio às lideranças, a formação de grupos e associações, realização de programas de treinamento e estímulo à organização de eventos sociais, possibilitando, inclusive, a transferência gradual de responsabilidades dos serviços implantados pelas instituições públicas aos reassentados (BRASIL, 2005, p. 4-5).

No cenário da VPR Salão, existe a inscrição formal de uma Associação Comunitária de Moradores em um cartório de registro de títulos de pessoa jurídica. No entanto, tensões e conflitos nas relações comunitárias resultaram na desorganização dessa organização, que, no momento da coleta, encontrava-se “desativada”, como revelam as narrativas destacadas.

Com isso, algumas reverberações se apresentam no modo como os/as colaboradores/as habitam coletivamente a Vila. Tomei conhecimento, por exemplo, que

o galpão da Vila estava fechado não somente por conta das vespas, mas devido à situação em que se encontrava a associação. Outras consequências das adversidades enfrentadas na mobilização coletiva prejudicavam os camponeses e as camponesas a conseguirem as seguintes ações apontadas como necessárias:

- “Seguro-Safra” - Diz respeito ao Garantia-Safra (GS), benefício concedido pelo Governo Federal para agricultores/as familiares que, diante dos agravos da seca, correm o risco de perderem 50% ou mais de sua safra. Essa é uma estratégia para garantir a segurança alimentar dessa população, que, com o GS, passa a receber um salário mínimo e meio (BRASIL, 2022);
- Projetos - Comumente, a VPR Salão acolhe a sugestão de projetos que se voltam para a qualificação profissional dos reassentados/as e/ou que são propostos por instituições de ensino que buscam produzir pesquisas;
- Cisternas - Referem-se aos projetos governamentais, como, por exemplo, o Programa Cisternas, que beneficia o campo com a criação de cisternas para reservatório de água e/ou captação de água da chuva. Esse tipo de ação ajuda o povo camponês a ter água para consumo próprio e produção agrícola (IPEA, 2022);
- Plantio de algodão - Casa Jericó e Casa Juazeiro relatam uma situação em que receberam a proposta de capacitação de um grupo de pessoas para a produção de algodão na própria VPR Salão, com a possibilidade de comercialização do produto.

Essas e outras oportunidades, em alguma medida, não puderam acontecer na Vila, pois a existência de uma associação comunitária de moradores, estando ativa, seria fundamental para mediar ou representar os acordos possíveis entre a comunidade e os projetos. Tal situação precisaria ser cuidada de modo a viabilizar o trabalho com as tensões da coletividade e possibilitar o acolhimento de posições que pudessem contribuir para o bem-estar da comunidade.

No entanto, a dimensão existencial não é considerada nos grandes projetos regidos pelo pensamento calculante, que trabalham numa lógica de causa e efeito: nessa lógica, como os/as camponeses/as não ativaram a associação, não conseguindo os benefícios propostos, conclui-se que a culpa por essa negligência seria justamente deles/as. Esses acontecimentos, vividos como expressão de uma tensão política, são relatados como sendo atravessados pelos sentimentos de frustração, chateação e, por

vezes, raiva. Casa Carová, por exemplo, em um dos relatos, se espanta com as consequências vividas pela ausência de uma representação coletiva: “Gente do céu!!...”.

Quando o assunto se voltava para a associação e, conseqüentemente, as relações comunitárias, certo clima de tensão atravessava os/as colaboradores/as. O ritmo de suas falas ficava mais lento, como quando alguém escolhe com cuidado as palavras que pode dizer. Os olhares se cruzavam, e os/as colaboradores/as buscavam no outro algum tipo de permissão para falar. A meu ver, houve um esforço para encobrir o modo como as relações eram construídas na Vila. Todavia, esse mesmo esforço denunciava que os vínculos comunitários eram atravessados por uma ferida e por tensionamentos revelados na maneira como os/as participantes falavam do assunto.

Será que os des-encontros que se estabelecem nas relações comunitárias da VPR Salão podem refletir, também, o des-encontro com as possibilidades de habitar coletivamente esse espaço? No emaranhado de possibilidades compreensivas, recordo-me de uma canção do conjunto musical Novos Baianos (1972), que diz o seguinte:

Vou mostrando como sou  
 E vou sendo como posso  
 Jogando meu corpo no mundo  
 Andando por todos os cantos  
 E pela lei natural dos encontros  
 Eu deixo e recebo um tanto

Nesse fragmento, três dimensões se destacam e chamam minha atenção. Peço licença para utilizar algumas palavras da música e construir uma frase que expresse a compreensão que se desvela para mim: o modo como *sou* no *mundo* se faz no tanto que deixo e recebo dos *encontros* em todos os cantos. O que quero dizer com isso? Compreendo, também em conversação com as narrativas que já foram destacadas, que a possibilidade de um reconhecimento coparticipativo, em um espaço coletivo, desvela possibilidades de existir no mundo.

Penso que o espaço não se encerra em sua materialidade nem tampouco emerge como fator condicionante determinante em nossa vida. Na verdade, o lugar em que vivemos é “um espaço acontecimental no qual há o jogo da experiência do viver-com, bem como o desafio de conviver no dia a dia” (SANTOS, 2016, p. 133). Desse modo, o habitar se constitui cotidianamente pelos acontecimentos que se entrelaçam e dão sentidos à existência co-partilhada com os outros, mesmo que esse co-partilhar seja tatuado por desassossegos. Na VPR Salão, parece que o “desacoberto” se mostra como a tessitura de uma roupa apertada que, a qualquer momento, pode se rasgar.

## 5.2 – “Uma roupa que pode se rasgar a qualquer momento”: o pertencimento em questão

Na constelação anterior acompanhamos o modo como as condições de habitação da Vila Produtiva Rural Salão atravessam a experiência das pessoas que foram realocadas nesse espaço. Apesar das lamentações dos/as camponeses/as se voltarem para aspectos da dimensão concreta das moradias nas casas da Vila, revela-se nas narrativas, em meio aos “desacobertos”, o modo como eles/as se sentem ao residirem na VPR Salão. Assim, é pertinente seguir esta análise evidenciando as falas que desvelam os sentidos de pertencimento dos/as colaboradores/as desta pesquisa. Escutemos os depoimentos do primeiro “lugar onde a roupa pode rasgar”:

---

**Casa Jericó:** A gente não pode dizer que é da gente. A gente toma de conta pra ninguém invadir, pra ninguém chegar e querer botar a banca, aí isso aí a gente tem o direito de fazer, né? E você fica de mão atada!! Quando a gente sai daqui, quando eu saio, ela [Casa Bromélia] fica em casa porque a qualquer momento, se sair todo mundo e chegar o Ministério [Ministério da Integração] e não achar aí já bota lá no papel: ‘não tinha ninguém morando na sua casa, na casa tal’. Aí eu saio e ela [Casa Bromélia] fica... quando ela [Casa Bromélia] sai, eu fico. Porque nós fizemos assim, né?... ela também, quando ela [Casa Caroá] sai fica a menina. Porque tem que ter uma pessoa na casa, nem que seja um cachorro amarrado aqui pra eles verem que tem na porta, tem que ter. Porque se não tiver quando for no outro dia ou chega uma carta pra você ou então você vai ter que dar satisfação ao... ah não sei quem... ah não sei mais quem. A situação que o cabra tá vivendo aqui, eu mesmo, eu tô ficando desagradado que só aqui dentro, não vou mentir

---

**Casa Caroá:** A gente, por obrigação, não pode nem sair pra trabalhar! Porque eles fazem... vem fazendo as pesquisas deles, eles vêm olhar as pessoas que tá na casa e que não tá. Então se... realmente a gente trabalha o dia todo e só chega a noite, como é que eles vão chegar e dizer que a pessoa não tá morando ali, né?

---

**Casa Bromélia:** É porque aqui não é da gente, nós só tem o nomezinho lá no papel, mas aqui não é. Nós só estamos como se fosse um aluguel sem ser pago. É só emprestado!!

---

**Casa Caroá:** Aí esses dias eu pensando... ‘e agora, eu faço mais alguma coisa na casa ou não faço?’, porque não é minha!

**Casa Bromélia:** Fica em dúvida

**Casa Caroá:** Eu quero ampliar a minha casa pro meu bem estar, da minha família e melhorar... ao mesmo tempo fico com medo de fazer isso e chegar um dia e dizerem: ‘Ó, não é sua não, é da União. Pode ir embora!’

**Casa Bromélia:** ‘Pode ir embora, você só tava cuidando por enquanto que os donos chegassem’

**Casa Caroá:** É essa a sensação que a gente tem...

**Casa Bromélia:** Eu mesmo tenho essa sensação há muito tempo!!

**Casa Juazeiro:** De insegurança!

**Casa Jericó:** Inseguro mesmo!!

---

**Casa Caroá:** Porque a gente... às vezes a gente quer arrumar a casa da gente, quer fazer uma reforma e ao mesmo tempo... eu tô assim, né? Porque eu já fiz

algumas reformas na casa, só que agora eu parei pra pensar, eu digo: ‘Meu Deus, eu vou fazere se de uma hora pra outra chegam e diz ‘não, agora você vai ter que sair da casa!’.’ E o que eu fiz, como é que vai ser? Porque eu poderia ter investido num canto que fosse meu realmente, porque pelo jeito não é. Aqui a gente tem essa sensação de que não é da gente!

**Casa Jericó:** É o que eu tô pensando hoje em dia também...

**Casa Caroá:** O que eles falam... ‘É da União!!’, é isso que eles falam pra gente. Isso aqui é da União!!... então...

**Casa Jericó:** Não é da gente

**Casa Bromélia:** Não é nosso. É complicado...

**Casa Bromélia:** É terrível essa sensação!!... É como se você estivesse vestindo uma roupa e com aquela sensação de que a qualquer momento pode se rasgar. Não tem essa sensação? Eu mesmo me sinto assim! Tem hora que eu penso... ‘Meu Deus, a qualquer momento vão tirar nós daqui’

**Casa Jericó:** Tira!

**Casa Bromélia:** Porque se colocou, pode tirar

Os depoimentos destacados acima abrem uma constelação que evidencia, sobretudo, a dimensão afetiva que se constitui diante da concretude do cenário já exposto até aqui, apresentando o modo como os camponeses e as camponesas pertencem ao campo-tema investigado. Como já vimos na primeira constelação, morar na VPR Salão é estar atravessado/a por diversos “desacobertos” que dificultam e precarizam um viver digno. Além de se encontrarem numa realidade tecida pela negligência de alguns direitos fundamentais para a vida, os/as moradores/as convivem num espaço que, a todo momento, expressa faltas: os prédios de serviços de saúde e de educação abandonados, os espaços coletivos descuidados, a falta de abastecimento de água encanada e, ainda, a não entrega dos lotes produtivos.

Em paralelo a isso, surgem as ameaças e a relação conflituosa que se estabelece entre os/as realocados/as com o poder público, fenômeno que iremos nos deter com mais atenção nas próximas páginas. Circunstâncias que dão pano de fundo para a insegurança de se residir na Vila: “‘É da União!!’, é isso que eles falam pra gente. Isso aqui é da União!!...”. Diante de tal realidade, resta o desagrado, expresso por Casa Jericó em sua fala: “A situação que o cabra tá vivendo aqui, eu mesmo, eu tô ficando desagrado que só aqui dentro, não vou mentir”.

Outra situação curiosa é apontada na fala de Casa Caroá, se referindo ao fato de que o Ministério realiza visitas à VPR Salão, nas quais passa de casa em casa fazendo uma espécie de vistoria para averiguar se e como as pessoas estão residindo: “Porque eles fazem... vem fazendo as pesquisas deles, eles vêm olhar as pessoas que tá na casa e que não tá [...] Porque se não tiver quando for no outro dia ou chega uma carta pra você ou então você vai ter que dar satisfação ao... ah não sei quem... ah não sei mais quem.”. Aqui, precisamos, mais uma vez, contrapor as promessas que foram feitas com a

implementação da transposição à realidade que se revela nesta pesquisa, especificamente das pessoas que tiveram de sair de suas casas e seus territórios para que o megaempreendimento continuasse seu curso.

Em nosso horizonte histórico, é comum pensarmos que algumas construções são destinadas para serem habitadas, a exemplo das casas, dos apartamentos em prédios, dos condomínios, das ocas e de outras edificações. No caso da transposição do rio São Francisco, essa questão toma a forma de uma Vila composta de casas padrões e espaços para serviços de atenção à saúde, ao lazer, à educação e ao plantio. Mas, será que essas edificações garantem o pertencimento? O filósofo Martin Heidegger, que se ocupou em pensar o habitar em suas obras, nos apresenta uma reflexão sobre tal discussão:

Essas construções oferecem ao homem um abrigo. Nelas, o homem de certo modo habita, se por habitar entende-se simplesmente possuir uma residência. Considerando-se a atual crise habitacional, possuir uma habitação é, sem dúvidas, tranquilizador e satisfatório; prédios habitacionais oferecem residência. As habitações são hoje bem divididas, fáceis de administrar, economicamente acessíveis, bem arejadas, iluminadas e ensolaradas. Mas será que as habitações trazem nelas mesmas a garantia de que aí acontece um habitar? (HEIDEGGER, 2012, p. 125-126).

O filósofo nos convida a pensar no habitar como uma dimensão que não diz respeito meramente à posse de uma casa, mesmo que tal fato seja tranquilizador. O habitar é, em sua essência, a experiência de pertencer a algo na vida cotidiana. Na medida em que sou junto aos outros corresponsáveis pelo espaço em que habitamos, eu habito. Habitar não é uma ação que se realiza apenas nos espaços em que designamos como morada, visto que se trata do modo como somos humanos sobre a terra. Ou seja, “A maneira como tu és e eu sou, o modo segundo qual somos homens sobre essa terra é o *Buan*, o habitar” (HEIDEGGER, 2012, p. 126).

Como acontecimento que diz respeito a um traço fundamental do ser humano, o habitar “traduz-se em uma morada lançada e projetada nas possibilidades de ser-no-mundo-com-outros, assumindo a morada no sentido de um pertencimento no qual o existir se revela em uma determinada circunstância” (SANTOS, 2016, p. 202). Nessa direção, habitar entrelaça em si a dimensão fáctica da existência e o plano existencial do sentido. O humano existe pelo e no habitar. Assim, é possível que more num lugar em que não habita, assim como também pode habitar lugares que não lhe servem como moradia.

Em vista disso, ao acompanhar as narrativas que relatam as adversidades que se estabelecem na relação dos/as realocados/as com o próprio território em que residem,

revela-se um tensionamento cotidiano: afinal, os/as moradores/as da VPR Salão têm ou não têm uma casa? Pertencem ou não a esse espaço? Como podemos ver nas narrativas, residir na Vila é estar atravessado/a pela insegurança dessa questão: “Aí esses dias eu pensando... ‘e agora, eu faço mais alguma coisa na casa ou não faço?’, porque não é minha! [...] Eu quero ampliar a minha casa pro meu bem estar, da minha família e melhorar, ao mesmo tempo fico com medo de fazer isso e chegar um dia e dizerem: ‘Ó, não é sua não, é da União. Pode ir embora!’.”.

De “mão atada!!”, como diz Casa Jericó, os/as realocados/as estão situados/as no *entre* poder ou não poder se relacionar com o espaço em que vivem, considerando-se as incertezas sobre a posse do local em que residem. Esse dilema recai no próprio modo em que se apresenta o pertencimento na VPR Salão, e me faz recordar o poema “A casa”, de Vinicius de Moraes (1970), o qual trago a seguir:

Era uma casa  
Muito engraçada  
Não tinha teto  
Não tinha nada

Ninguém podia  
Entrar nela, não  
Porque na casa  
Não tinha chão

Ninguém podia  
Dormir na rede  
Porque na casa  
Não tinha parede

Ninguém podia  
Fazer pipi  
Porque penico  
Não tinha ali

Apesar de tradicionalmente escutarmos esse texto através das cantigas infantis, precisamos nos atentar para a sua mensagem: as limitações/ausências que se apresentam numa moradia são circunstâncias que atravessam a experiência de habitar. Entrar, dormir e fazer pipi são acontecimentos que se realizam diante do chão, da parede e de um penico. Pois, como habitar quando não se pode/consegue construir, reformar ou se relacionar com o espaço em que se reside?

Mais uma vez, retomo o pensamento heideggeriano acerca do habitar, especificamente em seu texto “Construir, habitar e pensar”, no qual questiona em que medida o construir pertence ao habitar. Heidegger nos diz que historicamente o construir foi tomado como uma atividade separada do habitar, o que não deixa de ser

uma representação correta. O filósofo nos convida a pensar no vigor essencial de habitar e de construir através da linguagem e, para tanto, recorre à palavra *Buan*, do alemão antigo, utilizada para fazer menção ao ato de construir, e que significa habitar, no sentido de morar ou de permanecer (HEIDEGGER, 2012).

Assim, habitar e construir estão contidos um no outro, na medida em que o habitar constitui o ser do humano. Ainda assim, é preciso compreender que o construir pode abrir dois sentidos distintos: ora o de produzir, que se volta para a edificação de construções, ora o de cultivar, que se refere ao cuidado e à proteção daquilo que, em seu próprio crescimento, dá frutos (HEIDEGGER, 2012). Assim, o construir, quando responsável e refletido, leva ao habitar.

Diante de tal pensamento, através das narrativas dos/as colaboradores/as, é preciso refletir de que modo a VPR Salão, como uma construção da transposição do rio São Francisco, se apresenta como um abrigo ou apenas como uma edificação. Uma vez que habitar é uma “experiência de travessia peregrinada no *mundo-com-os-outros*. Diz dos modos de tecer o conviver nos espaços coletivamente habitados<sup>30</sup>, os quais vão possibilitando a revelação de sentido” (SANTOS, 2016, p. 135, grifos da autora), como as adversidades que se impõem no cotidiano da Vila, expressas na insegurança de poder cuidar do próprio espaço em que se vive, diante do medo de ter sua casa tomada pelo governo, atravessam o pertencimento dos/as realocados/as nesse território?

Casa Bromélia descreve como se sente ao morar na VPR Salão: “É como se você estivesse vestindo uma roupa e com aquela sensação de que a qualquer momento pode se rasgar”. Enuncia, portanto, a inospitalidade de quem reside em um lugar que não oportuniza o acolhimento de um abrigo. Uma roupa apertada restringe nossas possibilidades de nos movermos no espaço, bem como mantém presente a ameaça de uma nudez e a insegurança que pode irromper num instante. Visto isso, é preciso interrogar: Quais são os fios que tecem essa roupa apertada? Qual é a estampa do tecido que aperta o residir em VPR Salão?

O que se mostra, através da realidade dos/as colaboradores/as desta pesquisa, é o descuido que o projeto da transposição do rio São Francisco teve com os/as atingidos/as pelas obras. O megaempreendimento avançou sem considerar os modos de existir daqueles/as que residiam no radar das obras e impôs mudanças que desalojaram e desrespeitaram o pertencimento dos camponeses e das camponesas. Visando a exploração e a manipulação das terras/ambiente, a transposição costurou a roupa que

---

<sup>30</sup> “no sentido de um contexto no qual os habitantes/clientes vivem e convivem cotidianamente, sendo corresponsáveis pelo espaço que habita com-outros – um espaço marcado por uma permanecer coletivo, no qual se compartilha a experiência de um pertencimento” (SANTOS, 2016, p. 20).

hoje aperta os/as realocados/as na VPR Salão. Quando Casa Bromélia diz: “aqui não é da gente, nós só tem o nomezinho lá no papel”, aponta para um desamparo que se realiza pelo “desenraizar do solo próprio, [...] onde nosso mundo familiar e mais próximo se desfaz” (ARAÚJO; RIBEIRO, 2005, p. 2).

A VPR Salão é uma colcha de retalhos tecida pela multiplicidade das histórias das pessoas que foram realocadas nesse território. No entanto, o Estado, forjado no uso do poder e no domínio técnico, expropriou camponeses e camponesas e os/as reuniu em um espaço que dificulta o acontecer do próprio modo de vida já constituído e, ainda, que impede a relação com o próprio território onde se reside. Sem considerar que o pertencimento não se constitui apenas pela disposição da concretude de um espaço, o megaempreendimento em questão teceu uma roupa apertada com um tecido de estampa única.

Junto às compreensões que se apresentaram até então, é oportuno retomar a questão levantada no início desta constelação: Os/as moradores/as da VPR Salão têm ou não têm uma casa? Pertencem ou não a esse espaço? Como o habitar é um traço fundamental do ser humano, podemos compreender que os camponeses e as camponesas habitam. Todavia, habitam como mora-dores de uma roupa apertada, pertencentes a um território onde o habitar está constantemente em jogo. Eis um desafio: como afrouxar a roupa apertada que é morar na VPR Salão, dando abertura para que outros sentidos se revelem nos modos de pertencer?

É importante seguir nesta constelação sem correr o perigo de não considerar as circunstâncias sociopolíticas que também foram reveladas nas narrativas. Afinal, vimos que o pertencimento se relaciona com as possibilidades de ser do humano junto às coisas e aos outros. Portanto, é um acontecimento histórico, situacional e contextualizado. Seguiremos, então, lançando o olhar para outras experiências de residir na VPR Salão.

## **Segundo “lugar onde a roupa pode rasgar”**

**Casa Jericó:** Nós tamo sendo praticamente um escravo, né? Escravo!! Estamos sendo presidiário do governo... sei lá de quem seja, do Ministério, né? Nós estamos sendo presidiário do Ministério aqui. Assim é que me sinto aqui, né? Eu tô me sentindo!!... não me sentia assim não, mas agora estou sentindo. Tô me sentindo dessa forma agora. Tem muita gente aí que pode estar não sentindo, mas agora depois das coisas que estão acontecendo aí eu tô me sentindo assim!!...

---

**Casa Jericó:** Até os preso aí dos presídio tão tendo vida boa. Sai a hora que quer, né? Tem um tal de pernoite, sai a hora que quer e volta. Tem três

alimentações, quatro. Aqui não!!... aqui você não pode sair não. Se você sair...

---

**Casa Juazeiro:** Porque eu não entendo, a gente é desapropriado!!... a gente não é sem-terra, né? Tem essa diferença entre desapropriação e sem-terra, mas acho que a gente tá mais como sem-terra aqui!!

**Casa Bromélia:** Nem sem-terra, porque a gente vivia no sem-terra, nós ganhou o nosso cantinho na raça!! Mas só que lá, em momento nenhum...

**Casa Jericó:** Não tinha essa pressão não, nunca teve!!

**Casa Bromélia:** [...] nós morava!!!

**Casa Jericó:** Nos sem-terra nunca vi pressão, nem o governador e nem ninguém pressionaram o tanto que o Ministério pressiona essa Vila.

---

**Casa Jericó:** A gente tem que fazer uma reunião com o Ministério aqui e botar o pé no bucho com eles aí ligeiro [...] Se todo mundo botasse o pezinho no bucho aqui, fizesse uma reunião e convidasse o Ministério e se reunir todo mundo: “Onde é que tá doendo em tu?”. Eu sei onde tá doendo em mim, Comadre Casa Bromélia sabe onde tá doendo nela, nele [Casa Juazeiro] que convive com a mãe dele sabe onde tá doendo. Muitas coisas que estão aqui dentro, se juntasse todo mundo aqui e dissesse: “Vamos pegar o Ministério aqui”. O Ministério entra dentro da Vila lá, de Lafayette?

---

**Casa Jericó:** Porque se a gente tivesse um aliado lá fora, né? Que nem você faz as suas pesquisas e levasse pra ele: “olha, aqui a situação dessa Vila é assim, dessa cidade é assim. O que você pode fazer pra melhorar? O que você pode cobrar lá dentro?”.

---

**Diário de bordo do pesquisador:** Dentre tantas narrativas, algumas ainda ressoam em mim. Fico pensando no momento em que os/as colaboradores/as se reconhecem como escravos, presidiários e outras identificações que possam dar conta de apontar as violações que vivem ao morar na VPR Salão. [...] Na medida em que conheço a realidade das pessoas que moram neste território sou tomado por sentimentos ambíguos: medo e coragem. Sinto o medo que eles sentem. Não do mesmo modo, mas como se de fato estivesse me inserindo num território de donos que não moram nele, mas exercem um poder autoritário que é capaz de se refazer todos os dias. Me questiono se existiu ou pode existir uma VPR Salão livre desta lógica. Há momentos de coragem, que são construídos com muito esforço. As ações na Vila sempre são atravessadas pela dúvida e frustração da possibilidade de nenhum/a morador/a comparecer nos encontros/pesquisas que propomos. Mesmo assim, quando acontece, sinto a esperança de que algum movimento possa ser inaugurado neste espaço. Haverá um dia em que as pessoas desta Vila, em seus modos de lutar, se livrarão das amarras que foram feitas para eles. E nós, os acadêmicos, em nossos modos de lutar, seremos testemunhas/companhias deste acontecimento. É uma esperança que tenho.

As narrativas acima seguem abordando os modos como os/as camponeses se sentem como moradores/as na VPR Salão. Não obstante, os fenômenos que se apresentam nas falas podem lançar luz sobre as ressonâncias de viver numa roupa apertada. Nos primeiros depoimentos destacados acima, é possível acompanhar que, diante das inseguranças e incertezas estabelecidas pelas condições de habitação, há dilemas por parte dos/as realocados/as que buscam entender o que/quem são nesse território. Casa Jericó compreende a condição dos/as realocados/as na VPR Salão comparando-a com a de escravos e presidiários. Mas, logo muda de ideia, tendo em

vista que estes teriam uma “vida boa”: “sai a hora que quer e volta. Tem três alimentações, quatro. Aqui não!!...”.

A questão também atravessa os/as outros/as colaboradores/as da pesquisa. Casa Juazeiro pergunta se os/as moradores/as da VPR Salão seriam desapropriados/as ou “sem terra”<sup>31</sup>, dois grupos diferentes. Grupos a partir dos quais o colaborador acredita estar mais próximo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Nesse ponto, tendo em vista que, no decorrer deste trabalho, já nos detemos na compreensão do que é ser desapropriado/a, importa agora nos debruçarmos, mesmo que rapidamente, no que se trata o MST.

Com origem na década de 1980, contrapondo-se a megaprojetos que diminuem os territórios da produção agrícola e visam a apropriação de terras, o MST se move de modo popular e autônomo, na luta pela organização de trabalhadores rurais em prol da conquista da reforma agrária. É responsável pelo assentamento de milhares de famílias em latifúndios que possuem poucas benfeitorias e infraestrutura. Apesar da marginalização que sofre, o MST é destaque na produção de alimentos orgânicos (LEMOS, 2022), bem como tem uma organização política que dá protagonismo às mulheres e aos jovens (MST, 2023).

Essa rápida contextualização nos possibilita evidenciar contrapontos entre ser desapropriado/a e ser “sem terra”: Na condição de desapropriados/as (nesse caso, realocados/as na VPR Salão), os/as colaboradores/as relatam a impossibilidade de uma relação de cultivo com a terra e de organização coletiva e a precarização de direitos fundamentais para um viver digno. De outro modo, através do confronto e da luta, o MST ocupa, produz e se relaciona com a terra. É nesse sentido que Casa Bromélia e Casa Jericó, que já foram integrantes do MST, são categóricos ao afirmarem: “nós ganhou o nosso cantinho na raça!!” e “nós morava!!!”.

Ademais, as tentativas, por parte dos/as colaboradores/as, de descrição da própria condição não podem ser compreendidas como a simples tarefa de encontrar um termo que defina satisfatoriamente a situação em que convivem. Pelo contrário, anunciam que habitar na Vila Produtiva Rural Salão é um acontecimento de ruptura com os modos de vidas que se constituem no espaço onde se habita. As condições de precariedade e de negação de direitos, bem como a constante presença ameaçadora e autoritária dos representantes governamentais, fazem surgir, nos colaboradores/as, a compreensão de que são “escravos” e “presidiários” na VPR Salão. A relação entre

---

<sup>31</sup> Nome popularmente usado para designar as pessoas que integram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

camponeses/as e poder público revela, portanto, os empecilhos que aqueles enfrentam para que consigam cuidar do próprio habitar. Acerca disso, Marques, Vázquez & Dantas nos dizem o seguinte (2021, p. 15-16):

A manutenção e retomada de territórios ainda encontra barreiras, inclusive, no que se refere às posturas adotadas pelo Poder Público que, não raramente, são marcadas pela tendência em definir com fortes traços patrimoniais o que é humano e o que é natural, provocando uma separação cartesiana entre esses dois contextos a partir do entendimento sobre a natureza como elemento externo às relações humanas.

Apesar de, em seu texto, se referirem às dificuldades que a comunidade negra enfrenta no aspecto da territorialização, em consequência da tardia abolição da escravidão, a história narrada pelas autoras é também comum a tantos outros grupos, sobretudo os povos tradicionais, que historicamente sofrem impasses quanto ao direito de habitar. O Estado influencia no modo como os territórios são cuidados e/ou retomados pelas pessoas, agindo pela lógica cartesiana, que compreende o humano como dimensão separada do mundo. Nessa direção, é necessário um novo encontro com Heidegger para demarcar uma outra possibilidade de leitura acerca do humano e do espaço:

Quando se fala do homem e do espaço, entende-se que o homem está de um lado e o espaço de outro. O espaço, porém, não é algo que se opõe ao homem. O espaço nem é um objeto exterior e nem uma vivência interior. Não existem homens e, além deles, espaço. Ao se dizer 'um homem' e ao se pensar nessa palavra a aquele que é no modo humano, ou seja, que habita, já se pensa imediatamente no nome "homem" a demora, na quadratura, junto às coisas (HEIDEGGER, 2012, p. 136).

Embora haja um convite a um modo de pensar diferente das noções convencionais da ciência moderna, o autor ainda referencia o humano como homem. Numa atitude decolonial, refiro-me às coexistências entre humano-espaço e humano-natureza sem compreendê-las como dimensões cindidas que se opõem e sem generalizar o humano como o homem. O espaço não é meramente uma categoria objetiva de propriedade da geometria ou da matemática. É uma dimensão fundamental do existir humano e está ligado ao nosso modo de ser-no-mundo. Assim, quando um espaço é transformado, o ser humano é transformado também. Nosso horizonte histórico, porém, revela que seguimos por outras vias. Em nossa abertura epocal, na qual a técnica moderna se impõe, assumimos um pensamento que, por vezes, busca dominar e explorar os seres e o espaço.

Relembremos a própria história que está sendo contada nesta dissertação. Com a chegada da transposição, a desapropriação aconteceu de modo compulsório, sem muitas aberturas para acolher e compreender o sofrimento das famílias que foram desenraizadas de suas propriedades e seus territórios, apresentando, já nesse momento, a relação assimétrica entre camponesas/as e os representantes do governo. O território onde cada pessoa construiu seu modo de viver é visto como propriedade do megaempreendimento.

Sem o cuidado com as ressonâncias que surgidas de uma desapropriação na qual os/as camponeses e camponesas “perdem suas referências territoriais, de vizinhança, produtivas, de paisagem, memórias por meio de um movimento de desterritorialização imposto violentamente” (COSTA; DINIZ, 2021, p. 21), o Estado toma para si a responsabilidade de realocar essas pessoas em VPRs. No novo local de moradia, elas passam a conviver num cenário marcado pela ferida da vulnerabilidade, ou seja, “encontram-se em processo ativo de discriminação e que foram ‘descapacitados’ no que se refere ao desenvolvimento de seu poder autônomo e criativo de defesa” (DOMINGUES, 2016, p. 56).

A transposição do rio São Francisco, como megaempreendimento situado entre as propostas estatais de “progresso e desenvolvimento”, reproduz em si as estratégias coloniais de encobrimento do outro (DUSSEL, 1993). Nesse caso, não enxerga as alteridades dos camponeses e das camponesas que habitavam originalmente o curso das obras, os/as manipulando, tal como a técnica moderna faz com os recursos do meio ambiente. Nas palavras de Alexandre Cabral, o que ocorre é a Desalterização dos/as camponeses/as, ou seja, a “subtração do caráter de outriedade de uma alteridade” (CABRAL, 2022, p. 20). A desalterização recai também no modo como nos relacionamos com a terra, que deixa de ser vista como território para morada e é tomada como matéria prima para exploração.

Eis, pois, a consequência de tal lógica: os/as realocados/as na VPR Salão residem nesse território de acordo com as condições que lhes são impostas pela própria precarização do espaço em que vivem, e, numa “roupa apertada”, têm o seu pertencimento sob a tutela de outrem. “Roupa apertada” é um sinal do encobrimento do outro como um ser que tem possibilidades de se relacionar com o próprio território.

Podemos fazer uma aproximação da situação dos/as colaboradores/as desta pesquisa com os “Condenados da Terra”, de Fanon (2005), que compreende que o colonialismo acontece pela opressão e pela exploração dos recursos e da mão de obra dos países colonizados, negando-lhes a liberdade e a capacidade de se desenvolverem.

Aqueles/as que são explorados/as e despojados/as de suas terras, seus recursos e suas liberdades pelos colonizadores estrangeiros são os “Condenados da Terra”, os quais são forçados a viver em condições precárias e a trabalhar em condições desumanas, sem acesso aos direitos básicos e à justiça.

A condição dos “Condenados da Terra” é caracterizada ainda pela alienação, pela negação de sua identidade e sua cultura e pela falta de perspectivas para o futuro. Eles são privados da capacidade de determinar seus próprios destinos e são vistos como inferiores e subalternos pelos colonizadores. Fanon (2005) denuncia a injustiça e a desumanidade do colonialismo e defende a necessidade da luta pela libertação e pela construção de um mundo mais justo e igualitário. Nesse caminho, questiono: Como condenados da terra, prisioneiros ou escravos, podem os/as camponeses/as realocados/as na VPR Salão encontrar um caminho para a própria libertação?

Na fala indignada de Casa Jericó, um chamado é feito: “A gente tem que fazer uma reunião com o Ministério aqui e botar o pé no bucho com eles aí ligeiro [...] Vamos pegar o Ministério aqui”. “Pôr o pé no bucho” é reunir as dores, aquelas que cada camponês/a sabe bem onde doem em si, e impor um novo modo de encaminhar o próprio modo de existir/habitar na terra, rompendo com as imposições autoritárias do poder público. Eis aqui um indicativo de como afrouxar a roupa apertada que sufoca o habitar na VPR Salão.

Entre o medo e a coragem, também me pus a pensar em modos de lutar por outras condições de habitação para os/as camponeses/as com os/as quais tive contato nesta pesquisa: “Me questiono se existiu ou pode existir uma VPR Salão livre desta lógica [...] Haverá um dia em que as pessoas desta Vila, em seus modos de lutar, se livrarão das amarras que foram feitas para eles. E nós, os acadêmicos, em nossos modos de lutar, seremos testemunhas/companhias deste acontecimento. É uma esperança que tenho”.

Ser pesquisador/a-extensionista é se costurar ao campo de tal modo que as afetações se misturem ao encontro com os outros. O que constitui um/a pesquisador/a não pode se traduzir, apenas, no domínio de metodologias e teorias. Quando nos propomos a investigar uma questão, é preciso que estejamos numa disposição de abertura para o que vêm ao nosso encontro, buscando compreender quais posturas precisaremos assumir para acompanharmos o outro que se disponibiliza a compartilhar a sua história.

Nessa direção, Casa Jericó fala o seguinte acerca da pesquisa: “Que nem você faz as suas pesquisas e levasse pra ele: ‘olha, aqui a situação dessa Vila é assim [...] O

que você pode fazer para melhorar?"". Essa narrativa emerge como um convite para que nós acadêmicos/as reconheçamos a pesquisa como um modo de testemunhar e registrar histórias de vida e como um caminho para ir ao encontro das próprias possibilidades de ser em seu próprio território. Nossas pesquisas não devem ficar apenas em prateleiras!

### Terceiro “lugar onde a roupa pode rasgar”

**Casa Caroá:** A realidade da gente... tem hora que dá vontade de deixar tudo pra trás e ir embora, voltar para o canto da gente lá onde tinha mais sossego!

**Casa Bromélia:** Começar do zero!!

**Casa Jericó:** Nós era livre, né?

**Casa Bromélia:** É!... e também muita gente também é... pronto, um exemplo aqui, nossa vizinha aqui, ela ficou doente por conta disso, ela perdeu o cantinho dela. Teve gente também que ficou sem seu juízo perfeito, acabou falecendo, né?

**Casa Caroá:** É!... aconteceu pessoas que por serem tão pressionadas, é a senhorinha, não sei se tu lembra, que foi até vizinha de mãe, ela morreu. Ela teve um infarto e uma senhora já idosa, por conta de anos...

**Casa Jericó:** E o pai de Macambira<sup>32</sup>?

**Casa Bromélia:** [...] não ficou assim? Ele ficou trabalhando...

**Casa Jericó:** No canal também... transposição. Da transposição não, do Ministério, né?

**Casa Caroá:** Porque tem vários anos, né? A pessoa já acostumado, adaptado ali a sua vida de anos...

**Casa Bromélia:** E fora que muita gente aqui também já não existe nem a casinha lá, porque já passou o canal. Já não existe nem mais o seu sitinho, muita gente já não tem mais!!

**Pesquisador:** Vocês me falaram que às vezes sentem vontade de voltar para o lugar de onde vieram. Vocês sentem que seria diferente morando lá?

**Casa Bromélia:** Seria porque cada um ia ter seus bichinhos, ia ter de onde tirar seu dinheirinho, ia poder vender alguma coisa, ia poder... se precisasse, vender um pedacinho de chão. Isso seria totalmente diferente, a gente não ia estar passando sufoco!!

**Diário de bordo:** Em determinados momentos, os/as colaboradores/as recordavam do local que habitavam antes de morar na Vila. Esse recordar parece demarcar uma insatisfação com a atual realidade que precisam lidar, bem como, os aproximavam de lembranças que se traduziam em familiaridade, algo que tem sido difícil de experimentar na VPR Salão.

“O que a memória ama fica eterno” é uma frase de Adélia Prado (2002, p. 71) que demarca poeticamente a relação íntima entre memória e tempo, unidos pela escritora e filósofa numa dimensão que contraria a linearidade do tempo cronológico. Inspirado por essas palavras, indago: como as memórias se constituem? Na história de Arlequim, contada por Michel Serres (1993), uma resposta pode ser encontrada: as memórias surgem das diversas experiências, incidências e andanças que nos acontecem.

<sup>32</sup> Nome fictício atribuído a pessoa não colaboradora da pesquisa.

Sem que percebamos, temos nosso corpo marcado/tatuado pelos acontecimentos que nos interpelam.

Nesse rumo, fui convocado a escutar depoimentos que revelam algumas experiências dos/as colaboradores/as desta pesquisa a respeito da desapropriação da terra em que moravam antes de serem realocados/as na VPR Salão. Em nosso diálogo, os/as camponeses/as narraram que tal acontecimento foi atravessado pelo adoecimento de algumas pessoas, acentuando-se, ainda, como dito nas palavras de Casa Bromélia, pelo rompimento com um espaço onde “a pessoa já acostumado, adaptado ali a sua vida de anos...”. Em outro momento, Casa Caroá contou o seguinte: “É!... aconteceu pessoas que por serem tão pressionadas, é a senhorinha, não sei se tu lembra, que foi até vizinha de mãe, ela morreu.”, referindo-se a uma idosa que faleceu durante o processo de ter de deixar a sua morada e lidar com um novo espaço. Essa fala circunscreve como o pertencimento a um espaço se entrelaça ao sentido de vida, como realça Krenak (2020, p. 158), no seguinte texto:

Bem-vindas aquelas memórias e sujeitos coletivos que veiculam um afeto com o território a ponto de se confundir com ele, de não saber existir se não for imerso na terra, comendo terra – no sentido de se afetar com a vida na Terra –, que mesmo se oferecessem uma imensa plataforma na Lua ou em Marte, você diria “Não, muito obrigado, eu só sei viver aqui na Terra”. Esse “só sei viver aqui Terra” é uma declaração de afeto com esse lugar que nós compartilhamos que é a vida dos seres humanos [...] Então a Terra alimenta nossos sonhos, nos dá sonho, nos ensina a caminhar aqui de maneira mais afetada, digamos assim, pela potência desse planeta que habitamos, que é maravilhoso.

Assim, a experiência de retirada do local de moradia, considerando-se que os camponeses e as camponesas desta pesquisa tiveram o seu deslocamento forçado, ameaça o modo de vida da pessoa expropriada, bem como os costumes e as recordações que constroem sua familiaridade com a morada. Ainda, desconsidera a existência de uma relação íntima entre existência e natureza, para além dos fins de exploração e manipulação. Ao terem de lidar com um novo espaço de moradia que não permite a construção de vínculos com a própria tradição, os/as colaboradores/as acentuam nos depoimentos acima o sentimento de estranheza/sofrimento. Diante disso, passam a evocar algumas recordações do espaço em que moravam anteriormente à VPR Salão.

Nas lembranças, o antigo local de moradia viabilizava que pudessem “ter seus bichinhos” e “ter de onde tirar seu dinheirinho”, sem “estar passando sufoco!”. É importante lembrar que já discutimos acerca das condições de habitação na VPR Salão que têm impedido ou criado adversidades para que o modo de vida que os/as

camponeses/as mantinham no local do qual foram expropriados/as possa acontecer no novo local de moradia. Tal modo de vida, caracterizado pelo campesinato, configura os/as colaboradores/as desta pesquisa como povos tradicionais, que aqui compreendo conforme exposto na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Os povos tradicionais, portanto, cultivam um modo singular de vida e de convivência com a terra que se distancia de uma relação extrativista com o meio ambiente. Assim, “desempenham um papel fundamental na proteção da natureza, tendo o território como local de moradia e sustento” (GOMES, 2019, p. 84). O território de moradia é compreendido como um espaço de construção de modos de ser, fortalecendo a cultura e o modo de vida de um povo/comunidade através dos conhecimentos ancestrais e da própria natureza. A ancestralidade guarda em si o modo de ser de determinados povos, sobretudo os tradicionais.

Desse modo, quando os/as colaboradores/as desta pesquisa recordam o espaço onde moravam, compreendo que demarcam, portanto, a memória não apenas como a rememoração de fatos, mas sim como a recordação que guarda em si um modo de habitar que permite o pertencimento. Nesse rumo, é pertinente dialogar com o sentido de memória apresentado por Santos e Oliveira (2022, p. 155):

Um povo sem memória é como uma árvore sem raiz. Uma alma sem memória, ou melhor, o *muntu*, a pessoa tal como a compreende o saber angola-congo (SANTOS, T., 2019), cuja memória foi subjugada pelo colonialismo e o enriquecimento das sociedades europeias, vai ter dificuldade de reconhecer a si mesmo e de conhecer o mundo, de repousar na pertença a um sentido de parentesco, de família e de comunidade. Vai ter dificuldade de seguir o desenvolvimento próprio e de fazer crescer sua comunidade. O sentimento de pertencimento e a assunção de si mesmo são indispensáveis para a solidariedade, para conhecer os seus, suas lutas e sua ancestralidade.

Nesse fragmento, os autores realçam a memória como uma dimensão que se volta para a história de vida de cada um/a, abrindo a possibilidade de o pertencimento acontecer. Aqui, não compreendo a história como a sucessão de ocorrências, mas sim, e de acordo com Critelli (2016), como a amarração e a arrumação de acontecimentos que se entrelaçam por um fio de sentido e que abrem/apontam caminhos e direções.

Assim, é pertinente pensar o modo como a obra da transposição do rio São Francisco, em sua implementação, “tem contribuído para o cerceamento da história de um povo que luta cotidianamente para que suas tradições não caminhem rumo ao esquecimento” (BEZERRA; SANTOS, 2021, p. 72), uma vez que subjugou os camponeses e as camponesas realocados/as na VPR Salão a um espaço que dificulta ou impossibilita uma relação com a terra em que moram, de acordo com o próprio modo de vida presente em suas histórias.

Diante disso, escutamos o descontentamento nas palavras de Casa Caroá, que expressam a vontade de “Deixar tudo pra trás e ir embora”. Tal desejo também ressoa nas narrativas de outros/as colaboradores/as que, diante da realidade tecida cotidianamente na VPR Salão, relembram “o canto da gente”, local em que moravam antes da desapropriação e da realocação na Vila, como o lugar onde tinham “sossego” e podiam usufruir da possibilidade de ser “livre”.

Essas narrativas me recordam a jornada de Dorothy, em *O mágico de Oz*, que, após ser levada por um tornado para a terra de Oz, busca retornar para Kansas, seu lar. O espantalho, um dos personagens da história, interpela a vontade de Dorothy em retornar para Kansas, uma cidade cinza, e abandonar Oz, uma “bela terra”, ao que, rapidamente, ela responde: “Não importa quanto a terra da gente é triste e cinzenta. Nós, gente de carne e osso, preferimos viver em nossa terra que em qualquer outra, por mais bonita que seja. Não há lugar melhor que a casa da gente” (BAUM, 2019, p. 29).

Considerando as narrativas destacadas dos/as colaboradores/as em que recordam o local onde residiam antes da VPR Salão, a passagem de *O Mágico de Oz* permite refletir que o pertencimento a um espaço é um tecido costurado por memórias que resguardam o modo de conviver e de habitar no mundo com os outros. É nesse sentido que os dizeres de Galeano (2016, p. 11) revelam que a memória mantém o vigor da historicidade de nossos modos de ser: “Recordar: do latim re-cordis tornar a passar pelo coração.”.

Nessa direção, compreendo que a ameaça às recordações e, conseqüentemente, ao modo de habitar que era cultivado no espaço expropriado constituem o morar na VPR Salão como “uma roupa que pode se rasgar”. Nesse sentido, dar passagem a essas memórias, documentando-as nesta dissertação, se mostra como um caminho de contraposição ao encobrimento da história dessas pessoas que foram atingidas pela transposição e que tiveram suas vidas regidas por um pensamento técnico que usou e manipulou suas moradias sem refletir as conseqüências disso.

### 5.3 – “Passa por longe que o povo aí está com covid”: o cotidiano tecido pela situação de pandemia da Covid-19

Diante das condições de moradia da Vila, que revelam um pertencimento inóspito, sou convocado pela seguinte indagação: como os realocados na VPR Salão experienciaram a situação de pandemia da Covid-19? Essa questão emergiu como um fenômeno presente nas narrativas dos/as colaboradores/as, que convivem com a precariedade da atenção à saúde e a violação de outros direitos fundamentais que atravessam o *locus* desta pesquisa, situações destacadas no decorrer deste trabalho. Importa evidenciar que a experiência, conforme Heidegger, indica “um modo de estar-presente, quer dizer, de ser” (HEIDEGGER, 1998, p. 215). É nesse sentido que será compreendida a experiência, indicando o modo como os/as camponeses/as estiveram presentes e vivenciaram a situação pandêmica.

Nessa direção, nos voltemos para as falas que revelam o primeiro “passa por longe que o povo aí está com covid” na experiência de quem viveu a pandemia na VPR Salão:

**Casa Caroá:** Pra mim, no geral, né? A gente ficou...no começo a gente fica bem assustado, né? Porque a gente nunca viu um negócio assim... e ter que ficar isolado dentro de casa. E teve uma época aqui também que teve o toque de recolher, a gente tinha horário para estar dentro de casa. Também teve os mercados fechados. E isso a gente fica com medo, né? E as meninas não podiam mais ir para a escola, ficaram dentro de casa e tem criança também que não entende: ‘Mãe eu quero ir pra escola’, mas como vai pra escola? Não podia ir para a escola. E a minha mais velha, a mais velha, a do meio, ficou com ansiedade por causa disso.

**Casa Bromélia:** É, pra mim também não foi muito bom não, até então porque eu tive covid, eu e minha menina mais velha. Eu só não fui crucificada e nem amarrada pra ser tocada fogo quando eu peguei a covid aqui, porque eu estava dentro da minha casa, mas muito sussurro eu escutei aqui, o povo passando e falando: ‘não, passa por longe que o povo aí está com covid’. E tipo, psicologicamente não foi uma coisa boa de ter acontecido. Até hoje mesmo eu ainda escuto, sabe? E eu fui muito pressionada... antes tinha um grupo ainda da associação, eu fui muito pressionada no grupo, até no privado também, o pessoal mandando mensagens pra mim, mandando eu falar se eu tivesse... se eu não tivesse. Eu não tinha como dizer que estava ou não porque o teste não tinha saído ainda o resultado, mas eu fui muito, muito mesmo pressionada pelo pessoal aqui pra saber se eu estava com covid, eu e minha menina. Aí teve um tempo que ela passou muito mal, aí eu tive que chamar uma ambulância, foi uma correria. Aí pronto, foi que o povo começou a falar. Aí, aqui não virou nem passagem mais que o povo tinha até medo de passar por de frente de casa, né? Mas é como diz, se apegar a Deus e só ele e pronto, porque o resto... minha experiência diante da pandemia foi essa

**Casa Jericó:** [...] elas não teve acompanhamento psicológico

**Casa Bromélia:** Era pra ter

**Casa Jericó:** Era pra ter e não tiveram

**Casa Bromélia:** Minha menina ficou com ansiedade!

**Casa Jericó:** Essa doença causou muito preconceito, hoje minha filha tá aí... no tarja preta aí. Tá com ansiedade aí pesada, por conta da doença, aí por causa de outras coisas, influência disso aqui também [celular] que acaba com a mente dos jovens

No dia 11 de março de 2020, fomos surpreendidos/as com a oficialização da pandemia de uma doença causada por um dos vírus da família dos coronavírus: a Covid-19. Diante da rápida e fácil propagação, esse evento epidemiológico foi recebido com cautela: “E pedimos todos os dias que os países tomem medidas urgentes e agressivas” (OPAS, 2020), disse o Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde, que também advertiu sobre a importância do investimento na Saúde Pública como um caminho para enfrentar as adversidades que estariam por vir.

Desde então, podemos dizer que, globalmente, fomos atravessados/as por novas configurações em nosso cotidiano, o que se refletiu no modo como convivemos com o mundo e com os outros. No entanto, é preciso estarmos atentos/as para as particularidades de cada contexto da doença, que produziram circunstâncias singulares para diferentes grupos sociais. Nos voltemos, portanto, para a narrativa de Casa Caroá, que aponta um fenômeno da experiência pandêmica: “E teve uma época aqui também que teve o toque de recolher, a gente tinha horário para estar dentro de casa. Também teve os mercados fechados. E isso a gente fica com medo, né?”.

Essa fala apresenta um retrato do início da pandemia, marcado pela ausência de recursos farmacêuticos comprovadamente seguros que imunizassem e combatessem a infecção e a morte pelo coronavírus. Nessa direção, diversos protocolos de prevenção foram assumidos com o intuito de amenizar e proteger, em alguma medida, a vida. Destaca-se, nesse momento, o distanciamento social, que, dentre outras referências, surgiu como medida de biossegurança.

Diante disso, o Programa de Extensão TransVERgente, como forma de recolher e encaminhar a experiência vivida, construiu uma poesia matuta intitulada: “O que espio da minha janela?”, publicada em formato de vídeo pelo canal UPE nas Redes.<sup>33</sup> A produção foi compartilhada entre os territórios camponeses de Sertânia/PE com o intuito de realçar a importância do distanciamento social como prevenção à Covid-19. E serviu, também, como um retrato da situação pandêmica nesse contexto. Vejamos seu seguinte trecho:

E vinha uma saudade grande dos amigo, da famia  
Que hoje só vejo nesse tá de mundo virtúá

<sup>33</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PGIIM-aHUSk>. Acesso em: 06 mar. 2023.

O que espio da minha janela?  
 Muro erguido, grade...danôsse  
 Fique longe homem, mulé  
 Nós precisa ficar esperto  
 A tá da Covid-19 só se sossega  
 Se eu tiver distante d'ocê  
 Olha pra cerca do terreiro  
 Vamos se vê pelo arame, com 1 metro de distância  
 Que amor e carinho nós têm pra resistir e lutar  
 (FLORENCIO *et al.*, 2020, disponível na internet).

A linguagem da poesia matuta, utilizada como modo de cuidado com as pessoas residentes na zona rural de Sertânia/PE, dialoga e retrata a realidade camponesa atravessada pelo distanciamento social, fenômeno destacado nas primeiras narrativas abordadas nesta constelação. A distância física, o “mundo virtúá”, as medidas de biossegurança estabelecidas e os outros modos de conviver que foram se constituindo revelaram-se na experiência dos/as realocados/as na VPR Salão, ao estarem “assustados/as”, com “medo” e “ansiedade”. Indicativos do sofrimento de ter de lidar com um cotidiano transformado onde já não eram possíveis algumas convenções, como expressa Casa Caroá, ao falar de suas filhas: “E as meninas não podiam mais ir para a escola, ficaram dentro de casa e tem criança também que não entende: ‘Mãe eu quero ir pra escola’, mas como vai pra escola? Não podia ir para a escola”.

Acompanhamos nessa narrativa um recorte das transformações vividas na pandemia, sobretudo pelo distanciamento social que reconfigurou nosso dia a dia. Aqui, surge a importância de refletir sobre o sofrimento de ser atravessado/a por um acontecimento que impôs novas condições de vida, o qual, segundo Birman (2020), pode ser comparado às duas guerras mundiais, se levarmos em conta as transformações que esses eventos provocaram, e ainda provocam, no caso da pandemia, nos nossos modos de vida e de organização enquanto sociedade.

Na lida com uma nova realidade que desorganiza e ameaça constantemente o modo de ser familiar já estabelecido, Casa Bromélia diz o seguinte: “E tipo, psicologicamente não foi uma coisa boa de ter acontecido. Até hoje mesmo eu ainda escuto, sabe? E eu fui muito pressionada...”. Em consonância com os relatos de ansiedade e, até mesmo, de medicação por tarja preta, sou convocado a pensar sobre a saúde mental no contexto da pandemia de Covid-19. O modo dominante de lidar com a angústia e suas mostrações passa a privilegiar a medicação, acolhendo unicamente a dimensão ôntica concreta da existência. A angústia diante da possibilidade de não mais existir, tonalidade ontológica constitutiva da existência humana, não é acolhida e fica reduzida à escuta do sintoma físico.

Assim, importa sublinhar qual é a compreensão de saúde mental que atravessa essa discussão. Para isso, retomo o conceito de saúde apontado pela OMS como uma dimensão de completo bem-estar físico, mental e social que não se define somente pela ausência de doenças (BRASIL, 2020). Ainda que seja apresentada uma noção que supera o binômio saúde-doença, é mantida a prerrogativa de um estado de completude que, por sua vez, pode se apresentar distante. É nas palavras presentes na música “Comida”, da banda Titãs (1987), que encontro um caminho para compreendermos a saúde mental:

A gente não quer só comida  
 A gente quer comida, diversão e arte  
 A gente não quer só comida  
 A gente quer saída para qualquer parte

A gente não quer só comida  
 A gente quer bebida, diversão, balé  
 A gente não quer só comida  
 A gente quer a vida como a vida quer

Bebida é água  
 Comida é pasto  
 Você tem sede de quê?  
 Você tem fome de quê?

A gente não quer só comer  
 A gente quer comer e quer fazer amor  
 A gente não quer só comer  
 A gente quer prazer pra aliviar a dor

A gente não quer só dinheiro  
 A gente quer dinheiro e felicidade  
 A gente não quer só dinheiro  
 A gente quer inteiro e não pela metade

[...]

Desejo, necessidade, vontade

Essa música aponta uma possibilidade compreensiva: o viver se tece no entrelaçamento entre a garantia e o acesso a direitos básicos e fundamentais para a subsistência, como, por exemplo, a comida, e também a partir de outras oportunidades e possibilidades que enredam o desejo, a necessidade e a vontade. Recordemos de Basaglia (2009), que defende a ruptura com os discursos que definem a saúde mental como o contraponto ao estado de loucura. Por assim dizer, saúde mental não se traduz, meramente, na ausência de transtornos ou de adoeceres considerados psíquicos, se manifestando, também, através de aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais. Portanto, saúde mental revela o modo como o ser humano lida com o seu viver

cotidiano em coexistência e se apropria das suas próprias possibilidades de ser (SANTOS, MARQUES, 2021).

Partindo dessa leitura, a experiência narrada pelos/as colaboradores/as desta pesquisa demarca que a pandemia da Covid-19, em seu próprio acontecer, articulou contingências que perpassaram a saúde mental. Em questão de meses, nossas vidas tiveram como enredo o combate contra um inimigo invisível. Vale salientar que, nos primeiros meses de pandemia, não sabíamos sequer como agir eficazmente contra esse inimigo. Tal contexto nos desvelou um mundo que deveria ser habitado com cautela.

Em seu relato, Casa Bromélia conta de quando foi infectada pela Covid-19 junto a sua filha. Além de ter de lidar com a doença, viveu a pressão e a curiosidade de vizinhos/as que queriam saber se ela estava realmente infectada. Mesmo que não tivesse um diagnóstico laboratorial, Casa Bromélia revela que as pessoas, ao se aproximarem de sua residência, já diziam: “não, passa por longe que o povo aí está com covid”. Aqui, se destaca que o conviver com o outro se apresenta entrelaçado ao temor de ser infectado/a, fenômeno que refletiremos com mais atenção no próximo ponto de discussão desta constelação.

Enquanto isso, na experiência de Casa Jericó, o distanciamento se mostrou de outro modo: “Essa doença causou muito preconceito, hoje minha filha tá aí... no tarja preta aí”. O olhar do outro é ressaltado, tanto nessa narrativa como na de Casa Bromélia, como um fenômeno presente na experiência de quem se vê infectado/a pelo vírus. Numa cartilha organizada pelo estado do Ceará acerca do estigma e do preconceito na pandemia de coronavírus, discute-se que as pessoas discriminadas podem experimentar a rejeição ou a evitação social; a negação de cuidados de saúde, educação, moradia e/ou emprego; e, até mesmo, a violência física. Ainda sobre os motivos que evidenciam o porquê de a Covid-19 causar estigma, três possibilidades compreensivas são apontadas: “1. Por ser uma doença muito recente e desconhecida, ainda há muitos ‘não saberes’; 2. Temos sempre medo do que não conhecemos; 3. É muito mais fácil associar o medo aos ‘outros’” (LEITE *et al.*, 2020, p. 2).

Para compreender os impactos do estigma, recorro às compreensões de Goffman (1980), que aborda o estigma como o conceito histórico social que se revela no ato de discriminar crenças e atitudes que confrontam as normas culturais de uma sociedade ou um grupo social, podendo se apresentar de três formas: deformidades físicas; características pessoais e comportamentais e estigmas tribais. A pessoa estigmatizada “não tem espaço nem voz, papéis a exercer, funções a executar, não pode ser sujeito da

ação, tornando-se uma pessoa sem valor nas relações sociais” (MORANDO *et al*, 2018, p. 26).

Em consonância, Paixão *et al.* (2020, p. 4-5) ressaltam que a pessoa que é discriminada por conta da Covid-19, “ao invés de receber apoio, passa a ter que conviver em condições que só favorecem a exacerbação do abalo emocional, sofrendo ameaças direta ou indiretamente de pessoas insensíveis, rechaçando a pessoa contaminada”. Nessa direção, o estigma no contexto da pandemia pode circunstanciar o isolamento das pessoas que tiveram contato com o vírus, ou que suspostamente estão infectadas, tornando-as vulneráveis a repercussões em sua saúde mental e seu convívio social.

Por isso, é fundamental uma leitura compreensiva do fenômeno do distanciamento social no contexto desta pesquisa, visto que as narrativas dos camponeses e das camponesas realocados/as na VPR Salão destacam que a pandemia da Covid-19 se constituiu como uma experiência solicitadora de cuidados na dimensão singular e coletiva. Nesse caminho, a expressão “passa por longe” pode não só denunciar um distanciamento temeroso que por vezes se realiza de modo físico, mas também pode caracterizar a condição de quem tem de viver uma situação de crise epidemiológica num contexto já tecido por outras crises: experiência que será apresentada no decorrer desta constelação. Assim, sigamos olhando os outros acontecimentos que se apresentaram na experiência dos/as realocados/as na VPR Salão partindo do sentido da expressão “passa por longe...”.

Em qualquer caso, a pandemia que vivemos, e que ainda estamos vivendo, constitui um *momento epocal* em que o mundo foi abalado no seu cerne, enquanto existência histórica: tratou-se de uma situação-limite, em muitos sentidos, e foi uma ocasião de rompimento (individual e coletivo) com a rotina da normalidade. Também foi uma experiência de crise, na qual faltaram sentidos que pudessem dar conta do pré-anúncio de uma possibilidade de vida ou de morte. Nessa direção, o sofrimento diante desse sentir “bruto” se apresentou como um processo hermenêutico inicialmente tácito, podendo se tornar mais explícito pela via de um diálogo que possibilitasse retomar o processo vivido, assumindo as contingências e reinterpretando as experiências. Tal compreensão guiará uma proposta de atenção psicológica que será mais detalhada nas considerações finais.

## **Segundo “passa por longe que o povo aí está com covid”**

**Casa Caroa:** A gente tinha uma vida, tinha, né? Porque hoje a gente não tem mais como antes... é, ficou com ansiedade porque não podia sair, não estudava, só dentro de casa. Os primeiros foram só dentro de casa, elas não saiam pra lugar nenhum. E eu também parei, tive que parar, porque eu gosto de fazer academia. Isso tudo a gente teve que parar. O medo de ser infectado, né? A gente fica com medo, com esse medo. Ainda hoje a gente tem. Graças a Deus eu não peguei, né? Não fui infectada. Mas a gente vê o sofrimento das pessoas que passam por isso, né? E não só quem, graças a Deus, pegou e se recuperou, mas também tivemos muitas percas, né? Pessoas que morreram, pessoas jovens. Porque na academia que eu frequento morreu um *personal*. Então quando ele morreu, um rapaz de 29 anos todo mundo ficou assustado, né? Porque só matava velho, a conversa era essa. Só que aí ele... todo mundo ficou preocupado, né? Mas, graças a Deus, a gente tá tentando agora levar dessa... esse normal que a gente não sabe nem como vai ser de agora por diante. Porque a gente toma vacina, mas assim mesmo a gente tem medo. Tem que continuar usando máscara, tem que continuar...

---

**Casa Caroa:** E cada dia que passa a gente se assusta porque aparece uma variante nova. Aí isso a gente fica com medo, porque tem muitos filhos, principalmente. Eu tenho minha mãe que é diabética, meu pai tem pressão alta. Então a gente sempre sai com aquele receio, mas a gente tem que continuar a viver, né? Mas não foi fácil não, os primeiros, eu acho que os 4, 5... os 6 meses do começo da pandemia foram muito difíceis

Inicialmente, na tentativa de compreender as experiências dos/as colaboradores/as, convém dizer que o ponto de partida para entender tais experiências narradas, ao considerar a situação hermenêutica, parte do pressuposto de que, na existência, não há neutralidade afetiva – visto que o eu está sempre afinado. Afinação afetiva é o primeiro modo de ser e é a maior fonte de mostraçã de abertura para o mundo. A partir do modo como estou disposto afetivamente é que vejo o mundo. É mediante a disposição afetiva que meu mundo se abre. Disposição afetiva como modo de abertura de mundo indica: “Como está” – “o que está sendo”? Por estar disposto, é que posso sentir determinada experiência. É a minha disposição que me permite ter a experiência ôntica.

Então, frente às condições impostas pela situação pandêmica, os/as camponeses/as narram/descrevem sua experiência e o modo como estão sendo em tal situação. Alguns/as disseram o seguinte: “E isso a gente fica com medo, né? [...] O medo de ser infectado, né? A gente fica com medo, com esse medo. Ainda hoje a gente tem”. Essa fala indica uma forma de abertura para com o mundo afinada por uma disposição afetiva na experiência dos/as reassentados/as na VPR Salão: o temor. O temor, enquanto modo de disposição, abre, de jeito igualmente originário, “o ente intramundano em sua possibilidade de ameaçar e o ser-em no tocante ao fato de estar ameaçado” (HEIDEGGER, 2015, p. 201). Tal disposição tonalizou a experiência de milhares de pessoas, sobretudo no Brasil, que chegou a ser o epicentro da pandemia (RECH, 2022), quando o medo mais se sobressaiu.

Casa Caroá segue descrevendo tal sentimento: “Porque na academia que eu frequento morreu um personal. Então quando ele morreu, um rapaz de 29 anos todo mundo ficou assustado, né? Porque só matava velho, a conversa era essa. Só que aí ele... todo mundo ficou preocupado, né?”. Ouvindo essas narrativas, recorro à hermenêutica do temor como uma disposição afetiva:

Na tonalidade afetiva do temor, o que ocorre é o anúncio do caráter da fragilidade e vulnerabilidade frente àquilo que ameaça a existência. Ao temer, então, tememos pela nossa integridade física. Frente à situação que se abre pela tonalidade afetiva do temor, duas possibilidades se abrem: retomar a obediência às crenças e rituais que de alguma forma prometem prevenção e controle ou assumir uma atitude corajosa. O temor é a condição de coragem (FEIJOO, 2011, p. 54).

Nessa direção, o temor realça uma ameaça que se manifesta no cotidiano fáctico do ser humano e assume modos existenciais que indicam “o como se está vivendo”. Os momentos constitutivos do fenômeno do temor podem variar de forma a surgirem diferentes possibilidades de ser do temer, que pode se transformar em pavor, em horror e até em terror. Todas essas possibilidades de modificação do temor, dentre as quais podemos incluir o medo, apontam para o modo “temeroso” do *Dasein* enquanto ser-no-mundo.

Retomando as narrativas, Casa Caroá relata: “E cada dia que passa a gente se assusta porque aparece uma variante nova. Aí isso a gente fica com medo, porque tem muitos filhos, principalmente. Eu tenho minha mãe que é diabética, meu pai tem pressão alta. Então a gente sempre sai com aquele receio...”. Essa narrativa me chama para a reflexão acerca dos grupos de riscos que se estabeleceram na pandemia da Covid-19, que consideraram pessoas idosas e/ou com comorbidades como mais vulneráveis, visto que os índices de mortalidade e a incidência de casos graves foram significantes para esses grupos (BRASIL, 2022). Com isso, em diálogo com o que diz Casa Caroá, o temor, enquanto disposição e modo de abertura ao mundo circundante, pode se estender a outros, e, nesse caso, falamos de ter medo em lugar do outro, o que pode ser compreendido como “um modo de disposição junto com os outros, mas não necessariamente um temer junto ou mesmo temer convivendo com” (HEIDEGGER, 1981, p. 197). Importa destacar que temer “em lugar de” é sentir-se atemorizado, e, nesse caso, o temido é ser-com-o-outro que poderia ser suprimido.

A definição de grupos de riscos foi assumida por algumas pessoas como uma definição de que só algumas pessoas estavam suscetíveis à infecção de casos graves e/ou à morte, como expõe a frase dita pelo então presidente da república: “Vão morrer alguns [idosos e pessoas mais vulneráveis] pelo vírus? Sim, vão morrer. Se tiver um

com deficiência, pegou no contrapé, eu lamento” (SAKAMOTO, 2020, disponível na internet). Tal compreensão, segundo Krenak (2020, p. 45-46), manifesta uma condenação:

É uma banalização da vida, mas também é uma banalização do poder da palavra. Pois alguém que fala isso está pronunciando uma condenação, tanto de alguém em idade avançada, como de seus filhos, netos e de todas as pessoas que têm afeto uns com outros. Imagine se vou ficar em paz pensando que minha mãe ou meu pai podem ser descartados. Eles são o sentido de eu estar vivo. Se eles podem ser descartados eu também posso.

Assim, apesar da ideia que a Covid-19 “só matava velho”, o coronavírus atemorizou a todos/as, nos convocando para a condição de “ser para a morte” que somos. Aqui, o temor vem também atravessado pela afinação da angústia. O ser-para-morte, como condição constitutiva da existência humana, indica a disposição afetiva fundamental da angústia. Existencialmente, nos singulariza: angustio-me porque posso deixar de ser eu mesmo; angustio-me diante da finitude radical, a presentificação do meu já ser – ser-para-a-morte.

A diferença entre temor e angústia é que, na angústia, não identifico o que me angustia, sendo esse o meu próprio ser-no-mundo ou a minha existência. O temor, no modo do medo, indica algo que se aproxima como uma ameaça, em uma situação na qual posso perder algo. A angústia, enquanto disposição afetiva mais fundamental, constitutiva da existência, indica a insignificância da vida vivida em direção à finitude. No entanto, a angústia também aponta para a possibilidade de manter-me na abertura e, de tal modo, apropriar-me do meu caminhar e da condição de decidir a partir do que me acontece: não posso escolher o que acontece, mas posso decidir como me comportar diante de tais acontecimentos. Nesse contexto, a fuga aparece como outra possibilidade: a de não decidir diante dos acontecimentos, ficando o ser submetido ao modo da decadência ou do “todos nós ninguém”. Tal condição, indicada pelo modo decadente, é também uma possibilidade própria do *Dasein*, e a mais frequente no mundo cotidiano, como indica Sá (2008):

Na medida em que é essencialmente finito, na medida em que é “ser para a morte”, o *Dasein* é constituído por uma tendência para de-cair do seu ser próprio, no sentido de um *Verfallen*, por uma inclinação para fugir de si mesmo, esquecendo-se do seu ser temporal e escapando à sua assunção (2008, p. 9, grifos do autor).

A partir dessa leitura, compreendo que o temor pode se apresentar como uma disposição que aflige a familiaridade que se constitui cotidianamente. No entanto,

considerando os/as camponeses/as realocados/as na VPR Salão, a partir de qual cotidianidade podemos compreender que o temor que se apresenta na situação pandêmica da Covid-19 se mostra?

As narrativas presentes nesta pesquisa ressaltam vidas marcadas por ameaças e violências cotidianas e constantes que se configuram na precarização das condições de moradia, nas negligências dos órgãos públicos e, conseqüentemente, na dificuldade de acesso a direitos fundamentais para um viver digno. Esse cenário nos permite compreender que o temor que se tece no dia a dia dos/as realocados/as na VPR Salão evidencia, também, a insegurança e a fragilidade de quem não tem sequer o acesso à água encanada diante de uma situação pandêmica.

É uma disposição afetiva que não se acalma com a vacina, como diz Casa Caroá: “a gente toma vacina, mas assim mesmo a gente tem medo”, uma vez que há outros aspectos que ainda sustentam o medo da infecção. Kerr e seus colaboradores (2020), ao realizarem uma análise sobre a pandemia no Nordeste, consideram que os marcadores sociopolíticos são determinantes para a exposição à contaminação pela Covid-19, sobretudo quando relacionados àqueles/as que possuem baixa renda, afligidos/as pela falta de saneamento básico, pelo não acesso à educação e a serviços de saúde de qualidade e, em alguns recortes, pela dificuldade de realizarem o isolamento, por residirem em situações precárias.

Frente a tal realidade que impõe cuidados necessários para evitarem a contaminação pelo vírus, reconfigura o modo como convivemos com os outros e tece o temor atravessado pela presença constante da morte – seja a dos outros ou a nossa – como se sustenta o viver? Casa Caroá nos fala: “A gente tinha uma vida, tinha, né? Porque hoje a gente não tem mais como antes [...] esse normal que a gente não sabe nem como vai ser de agora por diante. Porque a gente toma vacina, mas assim mesmo a gente tem medo. Tem que continuar usando máscara, tem que continuar...”. A narrativa demarca as incertezas que se constituem com a situação pandêmica. A colaboradora indica um rompimento: “A gente tinha uma vida, tinha, né?”, que lhe lança à tarefa de viver sem saber “como vai ser de agora por diante”, mesmo tendo à sua disposição algumas possibilidades de cuidados que, no entanto, não garantem sua segurança.

Isso porque a pandemia cindiu a existência em partes sem a fragmentar. Antes, uniu, de um lado, os/as afetados/as, e do outro, os/as não afetados/as; a população e a administração pública; os/as infectados/as e os/as cuidadores/as (médicos/as, enfermeiros/as e psicólogos/as); os estados e as instituições supranacionais. Diante de tal contexto, a crise sanitária exigiu a urgência de decisões de diversos tipos, não apenas

de medidas profiláticas. O que esteve, e está, em jogo requereu ações que pudessem assegurar uma condição de vida humanamente digna, não só do ponto de vista concreto dos cuidados básicos que atendessem às condições humanas de existência, mas, sobretudo, no plano de ações que escutassem e procurassem acolher o que cada camponês/camponesa viveu e experienciou na vida privada e entender como cada um/a, na singularidade da sua existência, foi afetado/a.

Perante o desassossego que se manifesta por um amanhã indeterminado, alguns/as se voltam para pensar como será o “novo normal” ou o “pós-pandemia”, na intenção de imaginar um mundo semelhante ao que habitávamos na ausência da Covid-19. Contudo, na contramão, Krenak (2020, p. 48) nos provoca: “Tomara que não voltemos à normalidade, pois, se voltarmos, é porque não valeu nada a morte de milhares de pessoas no mundo inteiro”. É fundamental que, mesmo diante do chamado de que “a gente tem que continuar a viver, né?”, como diz Casa Caroá, possamos nos apropriar dos fenômenos desvelados pela situação pandêmica, seja das feridas ou das outras possibilidades existenciais que possam revelar outros modos de ser que se encobrem na cotidianidade.

### Terceiro “passa por longe que o povo aí está com covid”

**Casa Bromélia:** Consegui de jeito nenhum [agendar a vacina contra a Covid-19]. E era 24h, viu? Eu lá no aplicativo!

**Casa Caroá:** É porque tem que ser muito rápido pra você conseguir as doses. É questão de minuto... olha, de segundos. Eu tive que entrar 2 ou foi 3 vezes pra eu conseguir marcar a minha! [...] Quando abria as vagas você tinha que estar lá.

**Casa Jericó:** Oxe, eu passei foi 24h com dedinho só assim ó! [deslizando repetida vezes pela tela do celular]

**Casa Caroá:** É que é rápido, acaba rápido demais!

**Casa Jericó:** Que nem agora a campanha das vacinas aí, que teve aí da covid, muita gente foi tomar fora. Vamo botar aí, 50% da população de Sertânia foi tomar a vacina fora. Por causa da cidade atrasada, né? Eu mesmo tomei em Pesqueira, com duas semanas ou três foi que chegou aqui a da minha idade, ela [Casa Caroá] tomou. Minha filha até hoje tá pra tomar.<sup>34</sup> Tá com o laudo médico pra tomar e até hoje não toma, porque dizem que não tem vacina aqui

**Casa Bromélia:** Eu ia levar pra Arcoverde.

**Casa Jericó:** Vou ter que levar ela pra Arcoverde, pra tomar!

**Casa Bromélia:** Lá já tá vacinando pessoas de 18 pra cima. E não precisa dessas frescuras de cadastro não. Lá você chegou, com o papel da residência e o documento e é vacinado!

**Casa Jericó:** Pra mim continuou a mesma coisa, só teve que tomar os cuidados necessários, né? Pra mim tava tudo uma coisa só, mas em termos de

<sup>34</sup> Vale ressaltar que a pesquisa ocorreu no segundo semestre de 2021, quando a vacinação ainda avançava por faixa etária. Portanto, ainda existiam dificuldades de acesso à vacinação. Hoje, todos/as que se dispuserem terão acesso ao imunizante.

outras pessoas que moram aí fora é totalmente diferente. Porque na cidade ali tem um acompanhamento médico, um agente de saúde, tem tudo. Aqui a gente não teve acompanhamento de nada, teve gente aqui dentro que teve covid e ficou caladinho! Os primeiros que teve aqui a gente só veio saber depois que melhoraram.

**Pesquisador:** Casa Caroá falou que a pandemia chegou e trouxe alguns cuidados que a gente não tinha antes...

**Casa Juazeiro:** Também, né?

**Pesquisador:** Lavar as mãos, usar máscara, álcool em gel. E pensando na realidade daqui... essa questão de água e distanciamento social, teve alguma coisa de diferente pra vocês aqui? Dificuldade de acesso a água, pra manter a limpeza...

**Casa Caroá:** Quem não tinha, né?

**Casa Bromélia:** Quem tem poço!

**Casa Caroá:** Lá em casa como a gente já tinha poço tinha água mais fácil, né? Mas quem não tinha, acho que teve uma época aí... que ficou sem água, né?

**Casa Juazeiro:** Ficou!

**Casa Caroá:** O pessoal ficou sem água, teve uma... um mês, né? Foi mais de um mês, né?

**Casa Juazeiro:** Foi um mês!

**Casa Jericó:** Foi mais de um mês!

**Casa Caroá:** O pessoal teve uma dificuldade grande, porque tinha que comprar, né? E a pessoa comprar o quê?... mil litros por 20 reais, não dá pra...

**Casa Felipe:** Só usa duas vezes!

**Casa Caroá:** Duas vezes, pra tomar banho...

**Casa Bromélia:** Se tiver criança também na casa, idoso... porque a maioria das pessoas aqui é criança e idoso!

**Casa Caroá:** Tem criança e idoso!

**Casa Bromélia:** Aí pronto, acho que a dificuldade para as pessoas que não fura o poço ainda foi essa. Assim, falando...

**Casa Juazeiro:** Mas assim, a dificuldade que a gente teve foi a questão só de locomoção, né? De chegar lá pra comprar os alimentos, pra conseguir os alimentos mais fácil, né? O pessoal que tá na rua é mais fácil, né? Pegar fila, pra pegar fila lá, essas coisas dificultam!!

**Casa Jericó:** É mais difícil!

**Casa Juazeiro:** É mais difícil, porque a gente mora aqui, né? Um pouco distante. Tem gente que tem transporte, outras pessoas não tem. Aí tem certas dificuldades, não podia andar de mototáxi. Aí a maioria das pessoas tinham muito essa dificuldade porque não tem transporte. Aí ficou... não é muito longe, mas tem gente que não tem condições de caminhar, né?

**Casa Bromélia:** É verdade!

**Casa Juazeiro:** Eu acho que foi mais isso!

**Diário de bordo do pesquisador:** Num primeiro momento, ao escutar o que os moradores da Vila vivenciam na situação pandêmica, pensei: “eles trazem questões que até se assemelham com outras realidades” e acreditei que não haveriam tantos aspectos para se destacar nesse contexto. No entanto, agora que escrevo meu diário e me permito meditar sobre as narrativas que ouvi, me dou conta que o cotidiano de quem vive na Vila apresenta circunstâncias que atravessam a experiência de pandemia dessas pessoas. Irrefletidamente, não percebo que a água não falta em minha torneira, que moro a pouca distância de um mercado, posto de saúde e outros serviços essenciais e que tenho a possibilidade de utilizar os serviços de delivery e permanecer em minha casa. Os reassentados na VPR Salão vivem precariedades em questões que, em encontro com a pandemia, ameaçam sua dignidade humana. Não posso acreditar que eles vivem situações semelhantes a outras realidades, não partimos do mesmo ponto de partida.

Nos diálogos acima, acompanhamos narrativas que retratam como os/as realocados/as na VPR Salão enfrentaram algumas adversidades para terem acesso a condições de cuidado na pandemia de coronavírus. Destacamos, inicialmente, as falas que expõem as dificuldades enfrentadas pelos/as camponeses e camponesas no acesso à vacinação contra a Covid-19.

Em Sertânia/PE, no período em que aconteceu a coleta desta pesquisa, para terem acesso à vacinação, os/as cidadãos/ãs precisavam acessar uma plataforma eletrônica, via aplicativo móvel ou site, na qual realizavam um cadastramento com seus dados pessoais de identificação. O cadastro não garantia o agendamento da vacina, que precisava ser solicitado na medida em que as etapas de vacinação avançavam e contemplavam determinados públicos, seja por faixa etária ou por grupo de risco. As pessoas que não tinham acesso à internet e/ou que não sabiam utilizar aparelhos eletrônicos, podiam solicitar que outra pessoa se responsabilizasse pelo cadastramento e pelo agendamento. Ao utilizar tal método, a prefeitura alegou a busca por “facilitar a vida da população e reduzir filas nos pontos de vacinação” (SERTÂNIA, 2021, disponível na internet).

Entretanto, é preciso refletir acerca desse caminho que, a priori, foi utilizado para o acesso à vacinação. Apesar de sugerir uma alternativa para aqueles/as que tivessem dificuldades de conexão, a única via ofertada pela prefeitura, na maior parte da campanha de imunização, foi a internet. Aqui, precisamos considerar o Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que indicou que mais de 70% das propriedades rurais do Brasil não têm acesso à internet (IBGE, 2017). Desse modo, pessoas que residem em áreas rurais não dispõem da mesma qualidade de internet e das possibilidades de acesso que as pessoas da zona urbana possuem. Em contextos como esse, no qual a desigualdade se mostra presente, é possível visualizar os anseios da população diretamente afetada pela injustiça social, o que revela a importância de se construir alternativas de reparação para ameaças que se expressam numa robusta vivência de situações desiguais de vulnerabilidade.

É nesse cenário que surgem as narrativas de Casa Jericó e de Casa Bromélia, revelando as dificuldades enfrentadas com o sistema digital para o agendamento e o cadastramento para o imunizante da Covid-19: “Oxe, eu passei foi 24h com dedinho só assim ó! [deslizando repetida vezes pela tela do celular]”, “Consegui de jeito nenhum [agendar a vacina contra a Covid-19]. E era 24h, viu? Eu lá no aplicativo”. Em diálogo com os dados do IBGE, essas narrativas permitem questionar o modo como as

comunidades rurais de Sertânia/PE, em especial a VPR Salão, estão sendo incluídas nas ações de saúde do município, uma vez que a prefeitura reconhece a realidade de que nem todos/as os/as habitantes de Sertânia têm as mesmas condições de acesso à internet, e, mesmo assim, delimita a plataforma eletrônica como a principal via de contato da população com a vacinação.

Em 2014, o Ministério da Saúde instituiu, mediante a Portaria N° 2.311, a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF), com o intuito de viabilizar a atenção em saúde contextualizada para esses povos, considerando princípios do Sistema Único de Saúde – SUS, tais como, equidade, integralidade e transversalidade (BRASIL, 2019). No que diz respeito à vacinação, o Programa Nacional de Imunização – PNI também ressalta que, para garantir a vacinação da população, é importante considerar estratégias apropriadas para cada contexto, reconhecendo as potencialidades e as vulnerabilidades de cada realidade (BRASIL, 2003).

Assim, espera-se que as ações em saúde considerem as especificidades de cada território, visando a universalidade no acesso à saúde como um princípio. Todavia, retomando as narrativas, Casa Jericó se queixa do ritmo de vacinação em Sertânia/PE, que, no momento da colheita desta pesquisa, estava atrasada, o que ocasionou o deslocamento de alguns/as sertanienses para cidades vizinhas onde “não precisa dessas frescuras de cadastro não”. Além disso, sua filha, apesar de possuir um laudo médico para se vacinar, por questões de comorbidades, ainda não havia iniciado o processo de imunização, por falta de vacina. O Monitora Covid-19, sistema da Fiocruz de monitoramento da pandemia, através da nota técnica 23, lançada no final de 2021, aborda a desigualdade na vacinação contra a Covid-19 (FIOCRUZ, 2021), corroborando com a narrativa e a compreensão dos/as participantes/as colaboradores em relação ao tema em questão.

Em dados divulgados, é possível perceber uma desigualdade regional no avanço da vacinação. Quando observados os números de pessoas vacinadas com a 1ª e 2ª dose, a região Nordeste é a penúltima no *ranking* de vacinação contra a Covid-19, ficando na frente apenas da região Norte. O relatório ainda aponta que tal cenário pode ser qualificado, além de outros fatores, pelo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, visto que cidades com baixo índice apresentam aproximadamente uma queda de 20% na cobertura de vacinação, quando comparadas com cidades que desempenham um melhor IDH (FIOCRUZ, 2021).

A situação se agrava, ainda, com as narrativas que revelam que o acesso à água na VPR Salão também é uma adversidade enfrentada, sobretudo, por aqueles/as que não possuem o próprio poço artesiano perfurado em seu terreno. Nessa condição, essas pessoas se veem à mercê do abastecimento de água coletivo, que chegou a ficar um mês em falta, fazendo com que uma parcela dos/as moradores/as da VPR Salão precisasse comprar água por conta própria. Essas narrativas reiteram a contradição do projeto da transposição, que teve como objetivo a oferta de água, bem como evidenciam a precariedade das condições de cuidado que os/as moradores/as da VPR Salão tiveram durante a pandemia de coronavírus, visto que o acesso à água é fundamental para as medidas de prevenção, como, por exemplo, a higienização das mãos e dos alimentos.

Na medida em que tais narrativas servem de lúmen para evidenciar as vulnerabilidades do campo investigado nesta pesquisa, compreendo que, apesar de o vírus infectar de modo indiscriminado os seres humanos, os fenômenos que se revelaram nesta investigação apontam que a pandemia finda por encontrar alvos bem definidos. As circunstâncias socioeconômicas, como o acesso à água, aos dispositivos de saúde, às condições de biossegurança e a outros fatores, são fundamentais em situações de emergência sanitária. É diante desse panorama que sou afetado e narro em meu diário de bordo o seguinte: “Não posso acreditar que eles [colaboradores da pesquisa] vivem situações semelhantes a outras realidades, não partimos do mesmo ponto de partida”.

A pandemia contrasta crises complexas já vividas na realidade brasileira, sobretudo, em aspectos políticos, sociais e econômicos. Na compreensão de André Duarte (2020), o que vivemos é o terrível encontro entre a pandemia da Covid-19 e o pandemônio que é o cenário sociopolítico brasileiro, que se engendra pela crise da nossa democracia e agrava as vulnerabilidades presentes em nossa nação. Situados/as nesse cenário, vivemos momentos de colapso e conflitos que ameaçaram a vida de todos/as.

Quando ainda testemunhávamos a morte de 300 pessoas por dia vitimadas pela Covid-19, o então presidente da república foi questionado por um jornalista a respeito das decorrências dessas mortes, respondendo a seguir: “Ô, ô, ô, cara. Quem fala... eu não sou coveiro, tá?” (GOMES, 2020, disponível na internet). Diante dessa e de outras tantas falas e ações inadequadas, irresponsáveis e insensíveis, chegamos hoje ao número de quase 700 mil mortos/as da Covid-19 no Brasil, expondo a negligência do Estado quanto à dor e ao luto de muitas famílias (BRASIL, 2022).

A máxima “estamos no mesmo barco”, por vezes utilizada para descrever que vivemos todos/as a mesma experiência coletiva na pandemia, não parece ser justa com

alguns grupos sociais, pois invisibiliza e desconsidera as fragilidades de alguns territórios. As experiências apresentadas nesta pesquisa são a denúncia do sofrimento de quem é cotidianamente marcado pelas injustiças sociais de nosso país. Além de outras circunstâncias, Casa Jericó realça ainda algumas desvantagens e desigualdades vivenciadas na VPR Salão: “Porque na cidade ali tem um acompanhamento médico, um agente de saúde, tem tudo! Aqui a gente não teve acompanhamento de nada”.

Tendo em vista esse cenário, recorro à noção de necropolítica, apresentada pelo filósofo Achille Mbembe (2018), evidenciando a relação entre morte e política engendrada através do Estado. Aliado ao capitalismo e ao neoliberalismo, o Estado institui não somente as medidas de como a vida deve ser gerida, mas também como e quem deve morrer. Um país atravessado pela lógica da necropolítica busca eliminar aqueles/as que são excluídos/as ou descartados/as pelo sistema capitalista, submetendo vastas populações a condições de vida que lhes conferem o estatuto de “mortos-vivos”, para quem o risco da morte se torna presente o tempo todo (BONTEMPO, 2020).

A partir dessa leitura, compreendo que a pandemia da Covid-19, que trouxe consigo suas próprias ameaças, é também a ferida produzida por uma política de morte que constitui o desamparo vivido pelos/as moradores/as da VPR Salão, atravessados/as cotidianamente pelo descuido e pelo encobrimento do poder público que os/as torna singularmente suscetíveis à vulnerabilidade. Diante disso, é urgente que nos movimentemos para pensarmos modos de escuta das narrativas marginalizadas e invisibilizadas que brotam de cenários tecidos por condições semelhantes às dos/as moradores/as da VPR Salão. A pandemia soou um alarme: há povos que sobrevivem na condição de sub-humanidade, sem a chance de romperem com as mazelas de nossa sociedade. Eis um desafio: como confrontar a injustiça que recai sobre alguns/as e como cuidar para que um viver digno seja possível para eles/as?

## **6. ONDE DESÁGUA ESTE RIO? CONSIDERAÇÕES EM CURSO**

“Afinal, o que pode um psicólogo num cenário marcado por violências, tal qual é o das pessoas afetadas pela transposição?” (Diário de bordo do pesquisador).

Não há outro modo de encaminhar o desfecho deste trabalho, senão pela pergunta que me abriu os caminhos percorridos até então. Não a retomo com a intenção de propor uma resposta satisfatória, mas para deixar que a inquietação que advém dela

possa continuar abrindo outros caminhos e revelando outras questões que se impuseram no decorrer da investigação. Pois, não conheço outro modo de pesquisar que não se alie ao perguntar que produz possibilidades compreensivas.

A pergunta revela, pois, uma inquietação que pode ser cuidada na medida em que nos deixamos fazer o caminho que ela faz. Desse modo, sou chamado novamente para a questão provocadora do início deste trabalho, com a pele tatuada das experiências que podem revelar indicativos do que pode um/a psicólogo/a num cenário marcado por violações, tal qual o das pessoas afetadas pela transposição.

Como quem costura uma colcha de retalhos, voltemos nosso olhar para acolher a caminhada feita até agora. É a trajetória feita pela pergunta que irá nos oferecer possibilidades compreensivas para ela. Assim, a priori, olhemos o seguinte texto:

Todo ser humano merece ter uma vida digna, o que inclui, entre outras coisas, ter saúde, acesso à água de qualidade e condições de gerar renda. É nesse contexto que o Projeto se insere, como uma obra estruturante que, associada aos grandes açudes já construídos e aos sistemas de distribuição existentes e em implementação, poderá melhorar substancialmente o panorama do Nordeste Setentrional. A região passará a ter a segurança hídrica necessária ao desenvolvimento sustentável de sua população (BRASIL, 2004, p. 11).

Trata-se de uma parte do RIMA da transposição do rio São Francisco que sintetiza a esperança que foi cultivada de geração em geração entre as pessoas que sofriam, e que ainda sofrem, com as secas no Nordeste brasileiro. Algumas palavras me chamam a atenção: vida digna; saúde; água de qualidade; gerar renda; segurança hídrica; e desenvolvimento sustentável. No entanto, após acompanhar a história contada nas páginas desta dissertação, fica em mim um gosto amargo na boca e o sentimento de inquietude ao ler o trecho citado acima.

Como vimos, os camponeses e as camponesas foram forçados/as a deixar suas casas, suas terras e suas comunidades para dar lugar aos canais. As ressonâncias desse acontecimento se apresentam concreta e existencialmente através de impactos sociais, culturais, econômicos, psicológicos e existenciais. Em primeiro lugar, as pessoas que foram desapropriadas perderam seus laços sociais e culturais, além de suas propriedades, lugares onde seus modos de vida foram construídos pela relação com o próprio território. Em nome da realização das obras, camponeses e camponesas foram afastados/as de suas moradias, onde guardavam as memórias, o sentimento de coletividade e seu modo próprio de relação com a terra que garantia o próprio sustento.

Como ação “reparadora” a isso, surgiu a Vila Produtiva Rural, projeto arquitetônico de habitações, construído com a intenção de manter ou de “melhorar” as

condições de vida das pessoas expropriadas. No entanto, o que vimos foi uma série de contrariedades entre projeto e realidade. A VPR Salão é cenário de diversas vulnerabilidades e da violência de direitos, que se apresentam na precariedade ou no não acesso à saúde, à educação, à água encanada de qualidade e aos espaços coletivos de convivência e de produção agrícola, principal fonte de renda e alimentação para o modo de vida camponês. Diante disso, acompanhamos falas aflitas que indicaram que viver na VPR Salão é conviver com “desacobertos”, assim como “prisioneiros” e “escravos”, numa roupa que pode ser rasgar a qualquer momento.

A transposição falhou. Orientada por discursos grandiosos de benefícios, desenvolvimento e progresso, propôs suas ações de “reparação” numa equação simples de troca de objetos: “eu te tiro uma casa e te dou uma casa”. Não considerou, portanto, que casa, terra e território são elementos de um sentido: habitar o mundo. E habitar é uma dimensão que aponta para a própria condição da vida e para o modo como somos humanos na terra. Por isso, mesmo após a realocação, vê-se um desamparo nas experiências dos camponeses e das camponesas.

Além disso, as leituras que foram tecidas junto ao horizonte histórico, político e social deram conta de realçar que o campo-tema desta pesquisa é um contexto atravessado pela opressão e pelo autoritarismo que constituem diversas violências no cotidiano dos camponeses e das camponesas afetados/as pela transposição do rio São Francisco. O modo como esse megaempreendimento se realizou revela estratégias pautadas numa lógica colonial de dominação e encobrimento do outro. Essa força colonial tomou para si o poder de determinar o modo de ser, habitar, conhecer e relacionar-se com o mundo.

A transposição do rio São Francisco se apresenta como uma grande obra que deixou de lado os aspectos socioambientais, não se mostrando também envolvida com as dimensões sociais/existenciais de seu acontecer. O pensamento colonizador se faz presente, impondo mudanças e novas condições a partir das quais se darão o viver daqueles/as que se veem atingidos/as pelo megaempreendimento.

É preciso soar um alarme! Os projetos desenvolvimentistas têm se fortalecido de maneira particularmente preocupante e têm ganhado espaços cada vez maiores no eixo dos países em desenvolvimento do globo Sul, que têm a economia centrada na produção de *commodities* agrárias e minerais, principalmente no que diz respeito aos países latinos, como o Brasil. O espaço tem, então, assumido o sentido de produto para o capital, sendo o pertencimento em relação a ele mediado pela utilidade.

A contrariedade entre as promessas e a realidade dos cenários atingidos pela transposição do rio São Francisco me remete à canção “Vida de gado”, de Zé Ramalho (1979):

Vocês que fazem parte dessa massa  
 Que passa nos projetos do futuro  
 É duro tanto ter que caminhar  
 E dar muito mais do que receber  
 E ter que demonstrar sua coragem  
 À margem do que possa parecer  
 E ver que toda essa engrenagem  
 Já sente a ferrugem lhe comer

Eis, portanto, nesta dissertação, um retrato das ressonâncias dos projetos do futuro: dar muito mais do que receber, estar à margem do que possa parecer e ver a engrenagem ser comida pela ferrugem. Diante desse retrato, retomo a questão basilar desta pesquisa: como pensar a ação de psicólogos e psicólogas em contextos como o da transposição?

Para tanto, é preciso compreender que as narrativas dos/as colaboradores/as nos apontam singularidades que não podemos deixar de olhar. A experiência dos camponeses e das camponesas acentua o sofrimento do desamparo e invisibilidade tecidos junto às injustiças sociais e à violação de direitos que vivem cotidianamente. Nesse sentido, Clini (2022) nos chama para a seguinte reflexão:

Precisamos construir um olhar crítico e sensível às hegemonias que nos atravessam desde o nosso próprio território singular e social. Caso não o façamos, corremos grande risco de sermos perpetuadoras das hegemonias, sem nos darmos conta [...] Ao nos debruçarmos sobre os distintos mundos que atravessam a clínica, em nosso cotidiano profissional, precisamos fazer gestos que não estão previamente instituídos, que não podem estar prontos antes daquele encontro específico se dar (CLINI, 2022, p. 127).

Dessa forma, pensar a ação de psicólogos e de psicólogas de modo irrefletido e descontextualizado é correr o risco de tomar a psicologia como uma ciência normativa. Tal atitude oprime as pluralidades dos modos de ser e produz silenciamentos e invisibilidades com a mesma força violenta colonial que encobriu diversos povos. Atento a essas questões, sou inspirado a pensar na clínica psicológica não como uma modalidade de intervenção, mas como uma atitude, uma ação clínica. Barreto (2006, p. 206) nos apresenta a compreensão de ação clínica

como espaço aberto, condição de possibilidade para a emergência de uma transformação não produzida, mas emergente em forma de reflexão, aqui compreendida como quebra do estabelecido e condição necessária para novo olhar poder emergir.

Assim, a ação clínica se mostra no modo como o psicólogo e a psicóloga se inclinam para acompanhar aquele outro que lhe demanda uma escuta, na possibilidade de romper com o modelo consultorial de atenção psicológica e o fazer técnico que busca reproduzir modelos teóricos e explicativos. A ação clínica se volta para a escuta da experiência daquele/a que, indo ao encontro de um cuidado, e ao narrar sobre si, pode chegar a “compreender-se como alguém que tem que ser e tem que decidir ser e como ser no conjunto de suas circunstâncias, as quais já lhe foram abertas na e pela exigência de interlocução na situação clínica” (BARRETO, 2006, p. 205-206).

O cenário que se revelou nesta investigação nos deixa um indicativo: a ação clínica tem de ter seu solo fecundado nas demandas dos povos, sobretudo daqueles que enfrentam cotidianamente a violação de direitos, inclusive, o de habitar. Trata-se de construirmos nossas práticas de forma insubordinada ao modelo hegemônico instituído, lhes localizando nas fronteiras, oxigenando-nos de saberes periféricos e tradicionais.

Desse modo, sou chamado a pensar sobre os possíveis modos de o/a psicólogo/a intervir a partir de demandas contemporâneas, principalmente em cenários coletivamente habitados. Se a ação clínica se apresenta como uma atitude de abertura e disposição para acompanhar o outro, precisamos pensá-la de forma inserida no cotidiano, aqui compreendido não apenas como o dia a dia constituído de atividades rotineiras, mas como o espaço onde o viver acontece, ou seja, o local de tecitura de sentidos e experiências.

Assim, Santos (2016) aponta que a ação clínica no viver cotidiano se mostra como “Atitude de ‘estar-com para-outros’, no sentido de estar à disposição para se pôr em andança com-o-outro no cuidado de si, do outro e do mundo que habita; é um acompanhar acompanhado do outro” (SANTOS, 2016, p. 87, aspas da autora). Portanto, a ação clínica no viver cotidiano é circunstanciada e contextualizada, e deve ter a experiência do outro como referência para pensar suas práticas. Uma ação clínica não existe sem uma referência, ou seja, sem um outro que demande um cuidado. Ação clínica sem referência é apenas técnica.

Sendo assim, nossas reflexões devem levar em conta que esta dissertação não se limita a pensar apenas na desapropriação e na realocação de pessoas como se fossem fenômenos passíveis de generalização. Este trabalho, em contrapartida, fala da experiência de desapropriação e de realocação, no contexto do interior do Sertão pernambucano brasileiro, que ocorreu com camponeses e camponesas. Eis a circunstância desta investigação.

Nesse contexto ocorreu, ainda, uma pandemia que foi abordada como pano de fundo para esta pesquisa, que, por sua vez, não poderia fechar os olhos para tal situação de crise epidemiológica que atravessou o viver das pessoas residentes na VPR Salão. Ao acolher esse acontecimento na investigação, foi revelado que ser realocado/a é uma experiência que não se limita a um espaço concreto. É estar constantemente atravessado/a por circunstâncias sociais e políticas que se entrelaçam ao sentido de suas vidas.

Por isso, para compreender esse cenário, no decorrer deste trabalho, dialoguei com pensadores/as de áreas e saberes diversos. Não estive interessado em apenas recolher informações e propor uma “leitura psicológica”, baseada em teorias pré-estabelecidas, da situação de ser um/a camponês/a realocado/a. Em outras palavras, é preciso fazer, segundo Barreto (2013, p. 39), uma “conversão epistemológica, evitando qualquer objetivação e determinismo da experiência narrada, que funcionaria como paradigma prévio, eficaz, mas incapaz de manter-se na abertura à acontecência, portanto, cego para o fenômeno na sua singularidade”. Trata-se de um jogo interpretativo constante entre a vida fáctica e a dimensão existencial.

A ação clínica deve tomar essa tarefa para si também. Isso requer a desobediência às teorias que propõem protocolos e manuais. É fundamental provocar uma torção nos referenciais que guiam nosso trabalho e que nos levam a práticas e técnicas pré-estabelecidas. Por isso, precisamos assumir uma ação clínica que tenha origem nas nossas *experiências* e que seja emancipatória, na medida em que acompanha o outro na tarefa de cuidar de si, dos outros e do espaço em que habita.

Penso que a ação clínica, a partir do cenário desta pesquisa, deve acolher as dores dos “desacobertos” que se constituem na violação de direitos. É preciso estar com o outro no afrouxar da “roupa apertada” que coloca o pertencimento em jogo, assim como se faz necessário acompanhar a construção de outros modos de habitar, seja aqueles que se costumam com as memórias/ancestralidade ou os que só o “pé no bucho” pode realizar. A ação clínica precisa, ainda, se aproximar dos grupos localizados em territórios onde a justiça social “passa por longe”, o que os tornam vulneráveis em diversas situações, como o da pandemia da Covid-19.

A potencialidade da ação clínica, nesse contexto, é acompanhar a vida cotidiana e construir espaços com possibilidades que retirem do encobrimento os camponeses e as camponesas que são constantemente subjugados/as e invisibilizados/as. Tendo como guia as vozes dos moradores da VPR Salão, a ação clínica é o lugar onde novos sentidos podem ser construídos para o pertencimento. É, assim, uma tarefa árdua.

Na medida em que caminhei junto às pessoas que foram realocadas na VPR Salão, tornou-se um desafio investigar a questão da habitação. Por vezes, fui também desalojado. Foi difícil escutar as narrativas que descreviam violências e injustiças presentes na realidade dos territórios atingidos pela transposição do rio São Francisco. Foi preciso entender que, como pesquisador, fui convocado a uma ação: a de denúncia. Assumir as denúncias que se impuseram foi escutar, acolher e fazer ser ouvidas as vozes dos/as invisibilizados/as pela concretude do megaempreendimento.

Ao buscar a etimologia da palavra *denúncia*, podemos encontrar alguns sentidos:

1 Ato ou efeito de denunciar; revelação.

2 Revelação de algo ilegal que era secreto: “Recebemos uma denúncia.

Importa-se se revistarmos seu quarto? [...] – Que denúncia? – Tráfico de drogas”.

3 Acusação de crime ou de qualquer atitude ilegal feita a uma autoridade. (MICHAELIS, 2023, disponível na internet).

Nessas possibilidades compreensivas, a denúncia aparece como possibilidade de revelação, para trazer à luz algo que, por algum motivo, estava encoberto, geralmente um crime. Ao aproximar a pesquisa ao ato de denúncia, compreendo que essa atitude situa a investigação em um compromisso social, ético e político de retirar do encobrimento as experiências de um outro invisibilizado.

A denúncia como ação de investigação e intervenção pode ainda nos inspirar para uma ação clínica voltada para o campo-tema desta pesquisa, uma vez que “A psicologia, enquanto ciência e profissão, testemunha lugares-limites no enfrentamento de circunstâncias do sofrimento humano” (MELO, 2019, p. 202). Sendo assim, surgem outras possibilidades para a ação clínica: testemunhar e denunciar as injustiças e violências que provocam o sofrimento em grupos/povos que, historicamente, têm seu pertencimento em jogo, além de acolher o sofrimento existencial, possibilitando o encaminhamento para novos modos de lidar com a realidade.

Como pesquisador que precisou denunciar, a escrita, por vezes, foi aflita. Não sou mero mensageiro de apelos, mas denuncia-dor. Na academia, algumas pessoas dizem que a escrita de um texto acadêmico é similar a um trabalho de parto. Como nunca viverei em meu corpo a experiência de parir, assumirei, portanto, que escrever se assemelha à única experiência pela qual todos/as nós passamos: nascer. Eu nasci um modo de ser pesquisador a cada encontro, diálogo e narrativa que se registraram nas páginas deste trabalho. Confundi-me e me perdi, mas logo fui encontrado pela vontade de fazer nascer este trabalho. A poesia de Flávio Porto dialoga com as afetações que vivi na escrita desta dissertação:

não é falta de inspiração, é uma falta maior.  
 não me vejo direito, e isso não tem relação com meus 8 graus de miopia.  
 negações me fizeram de morada.  
 escrever por escrever? qual palavra que vai me abraçar dessa vez?  
 minha paz é utópica?  
 tenho sonhado; tenho dormido mal; tenho sonhado mal. loucamente.  
 a decepção é um sempre.  
 (PORTO, 2022, disponível na internet).

Diante das adversidades, me reconheci como pesquisador-extensionista. Esse foi um modo de assumir a pesquisa como uma ação que precisa ter a responsabilidade social de acompanhar o outro em sua experiência, não se limitando às narrativas escutadas no momento da coleta. A pesquisa-extensionista é a possibilidade de transformação e justiça social, uma vez que esse modo de investigar solicita que nos coloquemos em andança no campo. Ao se propor tal atitude, podemos ser caminhantes e recolhedores/as de experiências, afinados/as com uma escuta em ação que permitirá conhecer e intervir ali mesmo, no campo onde uma prática é solicitada. Aqui, demarco a pesquisa-extensão como um modo de a ação clínica se aproximar, investigar e intervir. Ou seja, um convite para a inventividade de nossos modos de ser psicólogos e psicólogas.

As últimas páginas deste trabalho não significam o encerramento das questões que foram abordadas nesta investigação. Na verdade, acredito que são apenas um desfecho, no sentido apontado por Pompéia e Sapienza (2018), como algo que se fecha e, ao mesmo tempo, abre alguma coisa. Assim, acreditando que outros caminhos se abrirão, deixo para o desfecho uma poesia-prece que escrevi durante o período da coleta desta pesquisa. Palavras que apresentam a esperança de uma nova paisagem para outros caminhos:

Que as máquinas desse tal de magempreendimento parem  
 Que a água chegue para quem precisa  
 Molhe a terra e dê o de comer  
 E que o de comer dê pra quem chegar  
 Que o fim de tarde, pintado de laranja, seja apreciado  
 E que a noite seja de descanso  
 Que o céu azul, quadro pintado à mão, não seja encoberto pelos prédios e fios  
 Pra toda vez que eu quiser pensar na vida eu me perca no infinito de nuvens  
 Que a interação com a natureza não se perca  
 As árvores não sejam cortadas  
 E as terras sejam abençoadas  
 Isso que é riqueza  
 Riqueza é ter lugar para voltar e chamar de lar (Diário de bordo do pesquisador).

## REFERÊNCIAS

ABRAÇO CULTURAL. **A criação da América Latina e o resgate da Abya Yala**. 2020. Disponível em: <https://www.abracocultural.com.br/criacao-america-latina-abya-yala/>. Acesso em 28 fev. 2022.

ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, R. A. O conceito de classe camponesa em questão. **Revista Terra Livre**, São Paulo: AGB, ano 19, v. 2, n.21, p. 73-88, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/471/445>. Acesso em: 10 fev. 2022.

ALMEIDA, E. S.; CARVALHO, I. F. Quando os condenados da terra conquistam mundos? **Especiaria**: Cadernos de Ciências Humanas. v. 17 n. 31, 2017. p. 13-29. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/especiaria/article/view/1703>. Acesso em: 28 fev. 2022.

AMASCO. **A função de uma Associação de Moradores e sua importância**. 2022. Disponível em: <https://www.amasco.org.br/missao/>. Acesso em: 19 mar. 2022.

ARAÚJO, R. F. S.; RIBEIRO, G. M. F. O fenômeno do falatório no pensamento de Martin Heidegger. Existência e Arte. **Revista Eletrônica do Grupo PET - Ciências Humanas, Estética e Artes**, São João del-Rei (MG), Ano I, n. I, p. 1-3, 2005. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/treinamento/Weiderson/Exist%EAnciaeArte/Edi%E7%E3o1/OFENOM>

ENODOFALATORIONOPENSAMENTODEMARTINHEIDEGGER.pdf. Acesso em: 15 fev. 2023.

AUN, H. A. **Trágico avesso do mundo**: narrativas de uma prática psicológica numa instituição para adolescentes infratores. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

AUN, H. A.; MORATO, H. T. P. Atenção psicológica em instituição: plantão psicológico como cartografia clínica. *In*: MORATO, H., T. P.; BARRETO, C. L. B. T.; NUNES, A. P (Orgs.). **Aconselhamento psicológico numa perspectiva fenomenológica existencial**: uma introdução. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009. p. 121-138.

AZAM, G. Decrecimiento. *In*: SOLÓN, P. (Org.). **Alternativas Sistémicas**: Vivir Bien, Decrecimiento, Comunes, Ecofeminismo, Derechos de la Madre Tierra y Desglobalización. La Paz: Bolívia, 2017.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BADDINI, B.; FERNANDES, D. **Primeira pessoa é vacinada contra Covid-19 no Brasil**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/primeira-pessoa-e-vacinada-contracovid-19-no-brasil/>. Acesso em: 02. jul. 2021.

BARACHO, L. M. S. **Feridas da transposição do São Francisco**: um olhar sobre comunidades quilombolas do Semiárido Pernambucano. 2014. 231 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Recife, 2014.

BARRETO, C. L. B. T. Uma possível compreensão fenomenológica existencial da clínica psicológica. *In*: Simpósio Nacional de Práticas Psicológicas em Instituições, 8., 2008, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: USP, 2008. v. 8. p. 1-14. Disponível em: <https://www.lefeusp.com.br/anais-viii-simpso>. Acesso em: 11 mai. 2022.

BARRETO, C. L. B. T. **Ação clínica e os pressupostos fenomenológicos existenciais**. 215f. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006.

BARRETO, C. L. B. T. Reflexões para pensar a Ação Clínica a partir do pensamento de Heidegger: Da ontologia fundamental à questão da técnica. *In*: BARRETO, C. L. B. T.; MORATO, H. T. P.; CALDAS, M. C. (Orgs.). **Prática Psicológica na Perspectiva Fenomenológica**. Curitiba: Juruá, 2013. p. 27-50.

BARRETO, C. L. B. T.; ANGÚSTIA E DESAMPARO: o sofrimento humano na era da técnica moderna. *In*: BARRETO, C. L. B. T.; LEITE, D. F. C. C. S.; SILVA, E. F. G. (Orgs.). **Clínica Psicológica e Sofrimento Humano**: Uma perspectiva fenomenológica existencial. Curitiba: Ed. CRV, 2018. p. 19-34.

BARRETO, C. L. B. T.; PRADO, R. A. A.; LEITE, D. F. C. C. S. Hermenêutica Filosófica de Gadamer e pesquisa em Psicologia. *In*: CABRAL, B. E. B.; SZYMANSKI, L.; MOREIRA, M. I. B.; SCHIMIDT, M. L. S. (Orgs.). **Práticas em pesquisa e pesquisa como prática**: experimentações em Psicologia. 1. Ed. Curitiba: CRV, 2019. p. 49-66.

- BARRETO, C. L. B. T.; SIQUEIRA, L. D. F. C. C. S. Prática Psicológica na perspectiva fenomenológica. *In: EVANGELISTA, P. E. R. A.; MORATO, H.T.P. (Orgs.). Fenomenologia Existencial e Prática Psicológica*. 1ªed.Cutitiba: VIAVERITA, 2016. p. 13-32.
- BASAGLIA, F. **A instituição negada**: relato de um hospital psiquiátrico. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- BAUM, L. F. **O mágico de Oz**. Trad. Luciano Machado. 4. ed. São Paulo: Ática, 2019.
- BENJAMIN, W. O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In: BENJAMIN, W. (Org.). Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.
- BERISTAIN, C. M. **Diálogo sobre la reparación**: experiencias en el sistema interamericano de derechos humanos. Tomo II. Instituto Interamericano de Derechos Humanos. San José, C.R.: IIDH, 2009.
- BEZERRA, M. C. F. M.; SANTOS, S. E. de B. “Ao redor do buraco tudo é beira”: Narrativas do Sertão de Pernambuco – Brasil. *In: SANTOS, S. E. de BARROS.; COSTA, A. M.; GOMES, W. S. da SILVA.; MARQUES, C.; DINIZ, P. C. O. (Orgs.). TransVERgente: o desafio de ver além do megaempreendimento da transposição do São Francisco*. – Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021.p. 63-73.
- BIRMAN, J. **O trauma na pandemia do Coronavírus**: Suas dimensões políticas, sociais, econômicas, ecológicas, culturais, éticas e científicas. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.
- BISELLI, A. C. T.; BARRETO, C. L. B. T. O Psicodiagnóstico Interventivo/Colaborativo e Formação do Psicólogo: Relato de uma Experiência. *In: BARRETO, C. L. B. T.; MORATO, H. T. P.; CALDAS, M. T. (Orgs.). Prática psicológica na perspectiva fenomenológica existencial*. Curitiba: Juruá, 2013. p. 231-258.
- BONTEMPO, V. L. Necropolítica e a produção de “mundos de morte”. **VirtuaJus**, Belo Horizonte, v.5, n.8, p.371-373, 2020. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/virtuajus/article/view/25459/17977>. Acesso em: 02 out. 2022.
- BORGES, G. H.; PEREIRA DA SILVA, M. L.; OLIVEIRA SANTOS, G.; PEREIRA FARIAS, R.; SANTOS, S. E. de BARROS.; GOMES, W. S. da SILVA.; CUNHA, C. de OLIVEIRA GOMES MARQUES.; MONTEIRO COSTA, A. Transposição do Velho Chico: compreensões acerca da lógica desenvolvimentista em comunidades rurais. **Revista de Extensão da UPE, [S. l.]**, v. 6, n. Edição Especial, p. 24–35, 2021. Disponível em: <https://www.revistaextensao.upe.br/index.php/reupe/article/view/249>. Acesso em: 1 fev. 2022.
- BRAGA, T. B. M., MOSQUEIRA, S. M.; MORATO, H. T. P. Cartografia clínica em plantão psicológico: investigação interventiva num projeto de atenção psicológica em distrito policial. **Temas em Psicologia**. Ribeirão Preto/SP, n. 2, Vol. 20, 2012. p. 555 - 569. Disponível em:

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2012000200020](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2012000200020). Acesso em: 02. jan 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Covid-19**. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 02. nov. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 22 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Estudo de impacto ambiental/Relatório de Impacto Ambiental - RIMA**. Projeto de Integração do rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. Brasília: [s.n.], jul. 2004. Disponível em: <http://integracao.gov.br/>. Acesso em: 20 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Programa de Reassentamento das populações (PBA08)**: Projeto de integração do rio São Francisco com bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional. Brasília, DF, 2005. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria no 2.311, de 23 de outubro de 2014. Altera a Portaria n. 2.866/GM/MS, de 2 de dezembro de 2011, que institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 205, p. 82, 26 out. 2014. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt2311\\_23\\_10\\_2014.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt2311_23_10_2014.html). Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. Portaria N° 1.565, 18 de junho de 2020. Estabelece orientações gerais visando à prevenção, ao controle e à mitigação da transmissão da COVID-19, e à promoção da saúde física e mental da população brasileira, de forma a contribuir com as ações para a retomada segura das atividades e o convívio social seguro. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 jun. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.565-de-18-de-junho-de-2020-262408151>. Acesso em: 24 set. 2020.

BRASIL. Decreto N° 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 07 fev. 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. Decreto-Lei N° 3.365, de 21 de junho de 1941. Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 jun. 1941. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del3365.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3365.htm). Acesso em: 02 jun. 2021.

BRASIL. **Programa Nacional de Imunizações**. 2003. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/livro\\_30\\_anos\\_pni.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/livro_30_anos_pni.pdf). Acesso em: 27. out. 2022.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Seguro Safra**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/seguro-safra>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)**. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/>. Acesso em: 04 dez. 2022.

CABRAL, B. E. B.; MORATO, H. T. P. Redimensionando o valor da questão-bússola no horizonte da produção de conhecimento: para onde uma pesquisa pode apontar? *In: In: CABRAL, B. E. B.; SZYMANSKI, L.; MOREIRA, M. I. B.; SCHMIDT, M. L. S. (Orgs.). Práticas em pesquisa e pesquisa como prática: experimentações em Psicologia*. Curitiba: CRV, 2019. p. 85-104.

CABRAL, A. M. Para além da iniquidade: por uma ecofenomenologia decolonial. *In: TRZAN, A.; MATTAR, C. (Orgs.). Psicologia, Fenomenologia e Questões Decoloniais: Intersecções*. 1.ed. Rio de Janeiro: Via Verita, 2022. p. 17-54.

CARNEIRO, A. S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARTA EDUCAÇÃO. **Entenda a transposição do Rio São Francisco**. 2017. Disponível em: <http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/entenda-a-transposicao-do-rio-sao-francisco/>. Acesso em: 28 fev. 2022.

CASANOVA, M. Prefácio. *In: DUARTE, A. (Org.). A pandemia e o pandemônio: ensaio sobre a crise da democracia brasileira*. 1. ed. Rio de Janeiro: Via Verita, 2020.

CLINI, M. M. **Contemplações fenomenológicas entre arte e clínica**. 1. ed. Rio de Janeiro: Via Verita, 2018.

CLINI, M. M. Por uma fenomenologia antropofágica brasileira: decolonialidade e clínica. *In: TRZAN, A.; MATTAR, C. (Orgs.). Psicologia, Fenomenologia e Questões Decoloniais: Intersecções*. 1.ed. Rio de Janeiro: Via Verita, 2022. p. 117-154.

COHN, S. **Ailton Krenak**. Série Encontros. Rio de Janeiro: Azougue, 2015.

COSTA, A. M. **Invisíveis**. 2017. (56m52s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=poIQF8FH-nA>. Acesso em: 26 fev. 2022.

COSTA, A. M.; DINIZ, P. C. O. Territórios tutelados e processos de vulnerabilização: história social da transposição. *In: SANTOS, S. E. de BARROS.; COSTA, A. M.; GOMES, W. S. da SILVA.; MARQUES, C.; DINIZ, P. C. O (Orgs.). TransVERgente: o desafio de ver além do megaempreendimento da transposição do São Francisco*. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021, p. 13-30.

COSTA, A. M.; DINIZ, P. C. O.

Processos de vulnerabilização em grandes empreendimentos desenvolvimentistas e estratégias de reparação integral comunitária em comunidades tradicionais. **Rev. Eletrônica Espaço Acadêmico**, v. 21, p. 63-72, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/60892>. Acesso em: 28 fev. 2022.

CRITELLI, D. M. **História pessoal e sentido da vida**: historiobiografia. 1ª ed. 3. reimpr. São Paulo: Educ: FAPESP, 2016.

CRITELLI, M. D. MÉTODO: revelação e ocultamento. *In*: CABRAL, B. E. B.; SZYMANSKI, L. MOREIRA, M. I. B.; SCHMIDT, M. L. S. (Orgs). **Práticas em Pesquisa e Pesquisa como Prática: Experimentações em Psicologia**. Curitiba: CRV, 2019. p. 23-30.

CRUZ, I. **Como Bolsonaro atacou e atrasou a vacinação na pandemia**. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/03/21/Como-Bolsonaro-atacou-e-atrasou-a-vacina%C3%A7%C3%A3o-na-pandemia>. Acesso em: 23. mai. 2022.

CUNHA, E. **Os Sertões**. 2a. ed. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

DI CUNTO, R.; MURAKAWA, F. **Na pandemia, Bolsonaro privilegia a economia**. Rio de Janeiro: 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/05/25/na-pandemia-bolsonaro-privilegia-a-economia.ghtml>. Acesso em: 20. jan. 2021.

DOMINGUES, R. C. **A vulnerabilização camponesa no contexto da transposição do Rio São Francisco**: o desterro na Vila Produtiva Rural Baixio dos Grandes (Junco). 2016. 113f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Pública) - Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2016.

DUARTE, A. M. **A Pandemia e o pandemônio**: ensaio sobre a crise da democracia brasileira. 1ed. Rio de Janeiro: Via Verita, 2020.

DUARTE, A. “E daí?” Governo da vida e produção da morte durante a pandemia no Brasil. **Rev. O que nos faz pensar**, [S.l.], v. 29, n. 46, p. 74-109, 2020. Disponível em: <http://oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/index.php/oqnf/article/view/736>. Acesso em: 01 mar. 2022.

DUSSEL, E. **1492 O encobrimento do outro**: a origem do mito da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1993.

DRUMMOND, Carlos. **O homem; as viagens**. In: \_\_\_\_\_. *Poesia completa*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2003. p. 122-123.

FANON, F. **Os condenados da terra**. 3ed. reimpressão. Juiz de Fora: UFJF. 2005

FIGUEIREDO, L. C. **Escutar, recordar, dizer**: encontros heideggerianos com a clínica psicanalítica. São Paulo: EDUC/Escuta, 1994.

FEIJOO, A. M. C. **A existência para além do sujeito**: a crise da subjetividade moderna e suas repercussões para a possibilidade de uma clínica psicológica com fundamentos fenomenológico-existenciais. 1. ed. Rio de Janeiro: Edições IFEN: Via Verita, 2011.

FLORENCIO, M.; AIANY, E.; FARIAS, R.; EMILIA, S.; CORDEIRO, A.; BORGES, G. O que espio da minha janela? 2020. (2m52s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PG11M->

aHUSk&list=PLCw2lkJGLbEDBeC1auKTJmihUhhlsOmLH&index=47. Acesso em: 13 mar. 2021.

FREIRE, P. **A Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FIOCRUZ. Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde. **Nota Técnica 23 de 20 de dezembro de 2021. Desigualdades na vacinação contra Covid-19**. Rio de Janeiro: Fiocruz/Icict, 2021. 14 p.

FIOCRUZ. Estudo aponta maior aceleração da covid-19 em estado do Norte e Nordeste. **Portal Fiocruz**, Recife, 02 jun. 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/estudo-aponta-maior-aceleracao-da-covid-19-em-estados-do-norte-e-nordeste>. Acesso em: 28 out. 2021.

G1. **Explosões da transposição racham casas novas dos agricultores em PE**. *G1 Pernambuco*, 10 nov. 2012. Disponível em: <https://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2012/11/explosoes-da-transposicao-racham-casas-novas-dos-agricultores-em-pe.html>. Acesso em: 04 dez. 2021.

GADAMER, H. **Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. 10. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

GADAMER, H. **Verdade e método II: complementos e índice**. 5.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2010.

GADAMER, H. **O caráter oculto da saúde**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GALEANO, E. **O livro dos abraços**. Porto Alegre: L&PM, 2016.

GARCIA, C. **O que é Nordeste brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GARCIA, G.; GOMES, P. H.; VIANA, H. **‘E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?’, diz Bolsonaro sobre mortes por coronavírus; ‘Sou Messias, mas não faço milagre’**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 08. nov. 2021.

GIACOIA JÚNIOR, O. **Heidegger urgente: introdução a um novo pensar**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

GIL, A. **Covid-19: Nordeste é a 2ª com mais mortes e tem leitos de UTI em 7º da região**. *Metrópoles*, Brasília, 14 jun. 2020. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/covid-19-nordeste-e-2a-com-mais-mortes-e-tem-leitos-de-uti-em-7-da-regiao>. Acesso em: 26 out. 2020.

GIL, G. **O oco do mundo**. Rio de Janeiro: Warner Music Brasil, 2008. Disponível em: <https://open.spotify.com/track/6uPeKgD38wII8D1IbWaz7k?si=SwvV662jRmKI1SSQt cYsww>. Acesso em: 09 abr. 2022.

GOFFMAN, E. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

GOOGLE ARTS & CULTURE. **Os retirantes**. Disponível em: [https://artsandculture.google.com/asset/os-retirantes/rwE\\_FvmjjW5QDg](https://artsandculture.google.com/asset/os-retirantes/rwE_FvmjjW5QDg). Acesso em: 28. out. 2021.

GOMES, W. da S. **Terra é saúde: a determinação social da saúde na comunidade quilombola do Castainho, Garanhuns – Pernambuco**. 2019. 176f. Tese de Doutorado, em Saúde Pública, Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2019.

GOMES, W. da S.; COSTA, A. M.; SANTOS, S. E. de BARROS.; MARQUES, C.; GONÇALVES, J. E. Transvergente: um programa de reparação integral. *In*: SANTOS, S. E. de BARROS.; COSTA, A. M.; GOMES, W. S. da SILVA.; MARQUES, C.; DINIZ, P. C. O (Orgs.). **TransVERgente: o desafio de ver além do megaempreendimento da transposição do São Francisco**. – Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021. p. 31-44.

GOMES, P. H. **‘Não sou covheiro, tá?’, diz Bolsonaro ao responder sobre mortos por coronavírus**. Portal G1, 2020. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coveiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 18 out. 2022.

GONÇALVES, B. S. A Dupla Consciência Latino-Americana: contribuições para uma psicologia descolonizada. **Revista Psicologia Política**, v. 16. N. 37, p. 397-413. 2016. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2016000300011&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2016000300011&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 27 fev. 2022.

GONÇALVES, G. M. S.; SILVA, E.; SCOTT, R. P.; GURGEL, I. G. D.; COSTA, A, M.A transposição do rio São Francisco e a saúde do povo Pipipã, em Floresta, Pernambuco. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.27, n.3, p.909-921, 2018.

GONÇALVES, C. D. B. **Impactos, conflitos e tensões do projeto de integração do Rio São Francisco no município de São José de Piranhas/PB**. 2014. 156 f. il. (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2014.

GROSFOGUEL, R. Del “extrativismo económico” al “extrativismo epistémico” y al “extrativismo ontológico”: una forma destructiva de conocer, ser y estar en el mundo. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 24, p. 123-143, 2016. Disponível em: <http://www.revistatabularasa.org/numero-24/06grosfoguel.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.

GUIMARÃES, A. G. A.; OLIVEIRA, N. C.; SOBREIRA, G. Q. A.; MARQUE, C. Desenvolvimento e novas territorialidades no megaprojeto da Transposição do rio São Francisco. *In*: SANTOS, S. E. de BARROS.; COSTA, A. M.; GOMES, W. S. da SILVA.; MARQUES, C.; DINIZ, P. C. O. (Orgs.). **TransVERgente: o desafio de ver além do megaempreendimento da transposição do São Francisco**. – Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021. p. 45-62.

GUIMARÃES, A. G. A.; MARQUES, C.; SANTOS, S. E. de B. Transposição do Rio São Francisco: o padrão desenvolvimentista através de megaempreendimentos e seus deslocamentos forçados. **Revista Científica do UniRios**, v. 30, 2021, p. 437-459. Disponível em:

[https://www.unirios.edu.br/revistarios/media/revistas/2021/30/transposicao\\_do\\_rio\\_sao\\_francisco.pdf](https://www.unirios.edu.br/revistarios/media/revistas/2021/30/transposicao_do_rio_sao_francisco.pdf). Acesso em 01 de jun. de 2022.

HAESBAERT, R. **Território e descolonialidade**: sobre o grito (multi)territorial/de(s)colonial na “América Latina”. 1. ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021.

HEIDEGGER, M. Que é metafísica? *In*: HEIDEGGER, M. (Org.). **Conferências e escritos filosóficos**. Trad. introduções e notas: Ernildo Stein. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 25-63.

HEIDEGGER, M. **Ensaio e conferências**. 8.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**. Trad. Márcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes, 2015.

HEIDEGGER, M. **Seminários de Zollikon**. Petrópolis: Vozes, 2001.

HEIDEGGER, M. **Língua de tradição e língua técnica**. Trad. Mário Botas. Lisboa: Vega, 1995.

HEIDEGGER, M. **Caminhos de Floresta**. Trad. Irene Borges-Duarte. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.

HERÁCLIO, M. A Ação Clínica e os processos de desapropriação: a narrativa enquanto possibilidade. *In*: BARRETO, C. L. B. T.; LEITE, D. F. C. C. S.; SILVA, E. F. G. (Orgs.). **Clínica psicológica e sofrimento humano**: uma perspectiva fenomenológica existencial. Curitiba: CRV, 2018.p. 95-109.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/>. Acesso em: 11 abr. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=o-que-e> > Acesso em 13 dez. 2020.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Programa Cisternas foi eficiente ao atender necessidades do Semiárido, afirma estudo**. 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/11422-programa-cisternas-foi-eficiente-ao-atender-necessidades-do-semiarido-afirma-estudo?highlight=WyJyZWN1cnNvcyIsInJlY3Vyc29zJyIsImhcdTAwZWVkcmljbyJd>. Acesso em: 17 nov. 2022.

INTITUTO BUTANTAN. **Seis fatos sobre a ômicron, a variante mais transmissível da covid-19**. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/seis-fatos-sobre-a-omicron-a-variante-mais-transmissivel-da-covid-19>. Acesso em: 28. mar. 2022.

KERR, L.; KENDALL, C.; SILVA, A.A.M.; AQUINO, E.M.L.; PESCARINI, J.; ALMEIDA, R.L.F.; ICHIHARA, M.Y.; OLIVEIRA, J.F.; ARAÚJO, T.V.B.; SANTOS, C.T.; JORGE, D.C.P.; FILHO, D.B.M.; SANTANA, G.; GABRIELLI, L.; ALBUQUERQUE, M.F.P.M.; ALMEIDA-FILHO, N.; SILVA, N. de J.; SOUZA, R.; XIMENES, R.A.A.; MARTELLI, C.M.T.; FILHO, S.P.B.; SOUZA, W.V.; BARRETO, M.L. COVID-19 no Nordeste brasileiro: sucessos e limitações nas respostas dos governos dos estados. **Rev. Ciência e Saúde Coletiva**, p. 4099-4120, 2020. Disponível em: <http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/covid19-no-nordeste-brasileiro-sucessos-e-limitacoes-nas-respostas-dos-governos-dos-estados/17729?id=17729&id=17729&id=17729&id=17729>. Acesso em: 20. jul. 2020.

KRENAK, A. **A vida não é útil**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LANG, M.; Introdução: Alternativas ao desenvolvimento. *In*: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J (Orgs.). **Descolonizar o imaginário**. Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 24-45.

LEITE, J. M. A., TAVARES, A. L. B., COSTA, R. F., FEITOSA, A. N. C., MAGALHÃES, L. F. A. L. **Cartilha sobre estigma e preconceito na Covid-19**. Fortaleza: Secretária de Saúde do Ceará (SESA)/ Escola de Saúde Pública do Ceará Paulo Marcelo Martins Rodrigues (ESP), 2020.

LEMOS, V. **MST: maior produtor de arroz orgânico do Brasil, movimento vive dificuldades para comercializar o grão**. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62746336>. Acesso em: 18 fev. 2023.

LUIS, A. **Governo Federal entrega hoje 39 residências em Sertânia e 60 em Monteiro (PB)**. Afogados da Ingazeira, 2015. Disponível em: <https://www.radiopajeu.com.br/portal/governo-federal-entrega-hoje-39-residencias-em-sertania-e-60-em-monteiro-pb/>. Acesso em: 11. set. 2021.

LULA. **Transposição do São Francisco: Lula iniciou obra que ficou 170 anos no papel**. 2017. Disponível em: <https://lula.com.br/transposicao-do-sao-francisco-lula-iniciou-obra-que-ficou-170-anos-no-papel/>. Acesso em: 30. mar. 2022.

MAGALHÃES, A. R. Vida e Seca no Brasil. DE NYS, E.; ENGLE, N.L.; MAGALHÃES, A. R. (Orgs.). **Secas no Brasil: política e gestão proativas**. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos- CGEE; Banco Mundial, 2016. p. 20-35.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. *In*: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFUGUEL, R (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. Ed.; 1 reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 27-54.

MARÉS, C. A força vinculante do protocolo de consulta. *In*: GLASS, V.; C, MARÉS.; LIMA, L.; OLIVEIRA, R. MOTOKI, C. (Orgs.). **Protocolos de consulta prévia e o direito à livre determinação**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; CEPEDIS, 2019. 268 p.

MARQUES, C.; VÁSQUEZ, F. S.; DANTAS, M. L. Memória ambiental e resistência quilombola: desafios históricos de proteção ao meio ambiente e à identidade cultural.

*In*: MARQUES, C.; CAXIAS, M. L. **Estudos transdisciplinares**: Meio ambiente, diversidade e sociedade em experiências de ensino, pesquisa e extensão. Recife: EDUPE, 2021. p. 15-24.

MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MELO, I. F. **8 Dicas para decolonizar sua pesquisa acadêmica**. Recife, 18 de abr. 2021. Instagram: nuqueerufpe. Disponível em: [https://instagram.com/nuqueerufpe?utm\\_medium=copy\\_link](https://instagram.com/nuqueerufpe?utm_medium=copy_link). Acesso em: 22 fev. 2022.

MELO, J. B. “**Afasta de mim este CALE-SE**”: narrativas de corporalidades travestis e trans para uma ação clínica e política e psicologia. 2019. 230. f. Tese (Doutorado em Psicologia escolar e Desenvolvimento Humano) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

MELO, A. L. C.; SILVA, G.; SANTOS, O. G.; SILVA, M. L. P.; SANTOS, S. E. DE BARROS. Pode a ação clínica ser política? Reflexões a partir de territórios vulnerabilizados pela transposição do Velho Chico. *In*: SANTOS, S. E. de BARROS.; COSTA, A. M.; GOMES, W. S. da SILVA.; MARQUES, C.; DINIZ, P. C. O. (Orgs). **TransVERgente**: o desafio de ver além do megaempreendimento da transposição do São Francisco. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021. p. 151-170.

MELLO, B.; SCHMITT, G.; ROXO, S. **Com pandemia no ápice, conflitos entre Bolsonaro, governadores e prefeitos emperram medidas de combate**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/com-pandemia-no-apice-conflitos-entre-bolsonaro-governadores-prefeitos-emperram-medidas-de-combate-24934066>. Acesso em: 02. fev. 2022.

MICHAELIS. **Descoberto**. Uol, 2022. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/palavra/wXk8/descoberto/#:~:text=Dicion%C3%A1rio%20Brasileiro%20da%20L%C3%ADngua%20Portuguesa&text=1%20Que%20se%20descobriu%3B%20que,%3B%20conhecido%2C%20desvelado%2C%20sabido>. Acesso em: 11 jun. 2022.

MICHAELIS. **Denúncia**. Uol, 2023. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/denuncia>. Acesso em: 24 fev. 2023.

MICHELON, C. M. Principais variantes do SARS-CoV-2 notificadas no Brasil. **Revista Brasileira de Análises Clínicas**, v. 53, p. 109-116, 2021. Disponível em: <https://www.rbac.org.br/artigos/principais-variantes-do-sars-cov-2-notificadas-no-brasil/>. Acesso em: 11. nov. 2021.

MIKLOS, D.; ARAÚJO, H. M. M. Intersecções entre Walter Benjamin e Boaventura de Sousa Santos: uma leitura a contrapelo da realidade. **Revista do Centro de Ciências da Educação**, v. 36, n. 3, p. 930-942, jul/set. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2018v36n3p930>. Acesso em: 29 mai. 2022.

MORAES, V. **A Casa**. Rio de Janeiro, 1970. Disponível em: <https://www.viniciusdemoraes.com.br/pt-br/poesia/poesias-avulsas/casa>. Acesso em: 19 fev. 2023.

MORANDO, E. M. G.; CAMPOS SCHMITT, J.; CAPUTO FERREIRA, M. E.; CERQUEIRA MÁRMORA, C. H. O conceito de estigma de Goffman aplicado à velhice. **Revista INFAD de Psicologia**. International Journal of Developmental and Educational Psychology., [S. l.], v. 1, n. 2, p. 21–32, 2018. DOI: 10.17060/ijodaep.2018.n2.v1.1341. Disponível em: <https://revista.infad.eu/index.php/IJODAEp/article/view/1341>. Acesso em: 27 fev. 2022.

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Quem somos**. 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

NOGUEIRA, V. S. De sitiante a moradores de vila: o projeto de integração do rio São Francisco com bacias hidrográficas do Nordeste brasileiro e as novas territorialidades. **Rev. Novos Cadernos NAEA**, v. 22, n. 3, p. 97-120, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/7145/5806>. Acesso em: 10 nov. 2021.

NOGUEIRA, R. P. Estresse e padecimento: uma interpretação de acordo com Heidegger. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, v.12, n.25, p.283-93, abr./jun. 2008. Disponível em: <https://www.readcube.com/articles/10.1590%2Fs1414-32832008000200005>. Acesso em: 18 mai. 2022.

NOVOS BAIANOS. **Mistério do Planeta**. Rio de Janeiro: Som Livre, 1972. Disponível em: [https://open.spotify.com/track/3TAMiM8XFmU9vFd333pgRh?si=IRGl\\_91yRtyvjd7uTiCnrA](https://open.spotify.com/track/3TAMiM8XFmU9vFd333pgRh?si=IRGl_91yRtyvjd7uTiCnrA). Acesso em: 20 mar. 2022.

NUNES, J. A. O resgate da epistemologia. *In*: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. 2a ed. São Paulo: Almedina, 2010.

NUNES, P. P. DE LAVOR. **TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO: A funcionalidade do Estado capitalista no simulacro das políticas de reordenamentos territoriais**. 2014. 129f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

OLIVEIRA, M. H. B.; ERTHAL, M. C.; VIANNA, M. B.; MATTA, J. L. J.; VASCONCELLOS, L. C. F.; BONFATTI, R. J. Direitos Humanos e Saúde: construindo caminhos, viabilizando rumos. *In*: OLIVEIRA, M. H. B.; ERTHAL, M. C.; VIANNA, M. B.; MATTA, J. L. J.; VASCONCELLOS, L. C. F.; BONFATTI, R. J. (Orgs.). **Direitos Humanos e Saúde: construindo caminhos, viabilizando rumos**. Rio de Janeiro: Cebes, 2017. p. 21-32.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Nova York: Assembleia Geral, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 06 abr. 2022.

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde. **OMS afirma que COVID-19 é agora caracterizada como pandemia.** Washington, 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/news/11-3-2020-who-characterizes-covid-19-pandemic>. Acesso em: 20 ago. 2022.

PAIXÃO, G. P. do N.; SILVA, R. S. da; CARNEIRO, F. N. N.; LISBÔA, L. N. T. A Pandemia do novo coronavírus (sars-cov-2) e suas repercussões na estigmatização e o preconceito. **Revista Baiana de Enfermagem**, [S. l.], v. 35, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/36986>. Acesso em: 12 nov. 2022.

PELIZZOLI, M. **Sáude em novo paradigma: alternativas ao modelo de doença.** Recife: Ed. Universitária da UFPE. 2011.

PINHEIRO, C. **Variantes do coronavírus: quem são e como se comportam.** São Paulo Disponível em: <https://saude.abril.com.br/medicina/variantes-do-coronavirus-quem-sao-e-como-se-comportam/>. Acesso em: 20. set. 2021.

POMPÉIA, J. A.; SAPIENZA, B. T. **Na Presença do Sentido: Uma aproximação fenomenológica a questões existenciais básicas.** 2ª ed. São Paulo: EDUC, 2018.

PORTO, F. #42. 2022. Disponível em: <https://oxe.medium.com/42-f5cf466dda7a>. Acesso em: 17 fev. 2023.

PRADO, A. **Bagagem.** 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

RAMOS, G. **Conversas.** 1ª. Ed. Rio de Janeiro: 2014.

RAMALHO, E.; RAMALHO, Z. **Admirável Gado Novo.** São Paulo: Avôhai/Descobertas, 1979. Disponível em: <https://open.spotify.com/album/4SS6A649bzQeIcC8zOrMPt?si=At0V3o8oQgOVzHT82iPuSQ>. Acesso em: 21 fev. 2023.

ROSA, M. C. Descolonizando a terra, desembraquecendo a sociologia: questões a partir da África do Sul contemporânea. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico.** 2. Ed.; 1 reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 305-318.

RECH, R. **Alto número de casos no Brasil levou América Latina a ser epicentro da pandemia.** São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/alto-numero-de-casos-no-brasil-levou-america-latina-a-ser-epicentro-da-pandemia/>. Acesso em: 15 nov. 2022.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR – REDE PENSSAN. **II VIGISAN - Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.** São Paulo: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 30. jun. 2022.

RODRIGUES, A. **748 famílias reassentadas para a transposição do São Francisco estão há 3 meses sem receber recursos**. Fortaleza, 2021. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/748-familias-reassentadas-para-a-transposicao-do-sao-francisco-estao-ha-3-meses-sem-receber-recursos-1.3073322>. Acesso em: 24 mai. 2022.

SÁ, A. F. **Da destruição Fenomenológica à Confrontação**: Heidegger e a incompletude da ontologia fundamental. Covilhã: Universidade da Beira Interior. 2008. Disponível em: [http://www.lusosofia.net/textos/sa\\_alexandre\\_destruicao\\_fenomenologica\\_confrontacao\\_heidegger.pdf](http://www.lusosofia.net/textos/sa_alexandre_destruicao_fenomenologica_confrontacao_heidegger.pdf). Acesso em: 08 nov. 2022.

SÁ.; GUARABYRA. **Sobradinho**. Rio de Janeiro: Som Livre, 1977. Disponível em: <https://open.spotify.com/track/0BdMcz1DddXTk9WeRHSoLM?si=pttP75jSTeW0W4oju9WUmg>. Acesso em: 09 mai. 2022.

SAKAMOTO, L. **Bolsonaro volta a dizer que morrer é normal no dia em que óbito é recorde**. UOL, 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2020/06/02/bolsonaro-volta-a-dizer-que-morrer-e-normal-no-dia-que-obitos-batem-recorde.htm>. Acesso em: 17 nov. 2022.

SANTANA, A. M.; LEITE, D. F. C. C. S. Ressonâncias da Fenomenologia existencial no contexto da saúde. *In*: BARRETO, C. L. B. T.; LEITE, D. F. C. C. S.; SILVA, E. F. G. (Orgs). **Clínica Psicológica e Sofrimento Humano**: Uma perspectiva fenomenológica existencial. Curitiba: Ed. CRV, 2018. p. 113-131.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. 2a ed. São Paulo: Almedina, 2010.

SANTOS, S. E. de B. **“Olha!... Arru(A)ção!?!...” A Ação Clínica no Viver Cotidiano**: Conversação com a Fenomenologia Existencial. 2016. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2016.

SANTOS, S. E. de B.; MARQUES, C. Ressonâncias da lógica desenvolvimentista no cotidiano de comunidades camponesas: reflexões a partir do programa Transvergente. **Revista Eletrônica Espaço Acadêmico** (Online), v. 21, p. 01-09, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/60853>. Acesso em: 18 nov. 2022.

SANTOS, G. O.; SILVA, G.; SANTOS, S. E. DE BARROS. Ação Clínica no viver cotidiano: um diálogo entre formação e *práxis*. *In*: I Encontro de Fenomenologias do Vale do São Francisco e II Ciclo de debates sobre Fenomenologias e Pesquisa, 1., 2019, Petrolina. **Anais eletrônico** [...] Petrolina: UNIVASF, 2019. p. 127-132. Disponível em: <https://fenovale.wixsite.com/fenovale/anais>. Acesso em: 27 fev. 2022.

SANTOS, G. O.; SILVA, M. L. P.; FARIAS, R. P.; COSTA, A. M. Onde eu nasci passa um rio: narrativas da desapropriação e ação política como caminho de apropriação. *In*: SANTOS, S. E. de BARROS.; COSTA, A. M.; GOMES, W. S. da SILVA.; MARQUES, C.; DINIZ, P. C. O. (Orgs.). **TransVERgente**: o desafio de ver além do megaempreendimento da transposição do São Francisco. – Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021. p. 99-118.

SANTOS, A. O.; OLIVEIRA, L. R. Por um conceito de memória para atuação da/o psicóloga/o. In: TRZAN, A.; MATTAR, C. (Orgs.). **Psicologia, Fenomenologia e Questões Decoloniais: Intersecções**. 1.ed. Rio de Janeiro: Via Verita, 2022. p. 155-174.

SCHMIDT, M. L. S.; OSTRONOFF, V. H. Oficinas de criatividade: elementos para a explicitação de propostas teórico-práticas. In: MORATO, H. T. P (Org). **Aconselhamento centrado na pessoa: novos desafios**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999. p. 335-344.

SEGRE, M.; FERRAZ, F. C. O conceito de saúde. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v.31 no. 5, out. 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/zthNk9hRH3TJhh5fMgDFCFj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 29. mai de 2022.

SERRES, M. **Filosofia mestiça: letiers – instruit**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

SERTÂNIA. **Prefeitura de Sertânia lança plataforma de cadastro para vacina contra Covid-19**. Sertânia, 2021. Disponível em: <https://www.sertania.pe.gov.br/noticia/899/prefeitura-de-sertania-lanca-plataforma-de-cadastro-para-vacina-contracovid-19#:~:text=A%20Prefeitura%20de%20Sert%C3%A2nia%20lan%C3%A7ou,imunizape.com.br%2F>. Acesso em: 17 out. 2022.

SÉVIGNY, R. Abordagem Clínica nas ciências humanas. In: ARAUJO, J. N. G.; CARRETEIRO, T. C. (Org). **Cenários Sociais**. São Paulo: Escuta, 2001. p. 15-33.

SILVA, R. C. B. **A participação social como estratégia de desenvolvimento local sustentável: estudo do reassentamento da Vila Produtiva Rural VPR Negreiros, no projeto da transposição do Rio São Francisco**. 2015. 145f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Ambiental) –Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE, Recife, 2015.

SILVA, E. F. G. **A Ação Clínica do psicólogo diante do desabrigo da angústia**. 2018. 165 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, Recife, 2018.

SILVA, R. M. A. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semiárido. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 339-360, jan./dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/P7t9S99gxSqYsNbSDVHLc9k/?lang=pt>. Acesso em: 20. jan. 2021.

SILVA, M. M. V.; DINIZ, P. C. O.; MEDEIROS, P. C. O. Conflitos pelo acesso à água: impactos da transposição do rio São Francisco sobre a Vila Lafayette, Monteiro/PB. **Rev. Desenvolvimento e Meio Ambiente**. vol. 55, p. 166-185, dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/73793/42379>. Acesso em: 20. set. 2021.

SILVA, E. F. G.; SANTOS, S. E. de B. Fenomenologia existencial como caminho para pesquisa qualitativa em psicologia. **Rev. NUFEN**, Belém, v. 9, n. 3, p. 110-126, 2017. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-25912017000300008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912017000300008&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 29 abr. 2022.

SILVA, G.; SANTOS, S. E. de B. GRITO DA TERRA: Narrativas acerca do fenômeno da desapropriação na transposição do Velho Chico. **Rev. Conexão UEPG**, v. 16, p. 1-23, 2020. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/conexao/article/view/16434/209209213686>. Acesso em: 10 nov. 2021.

SILVA, G.; SANTOS, G. O.; SANTOS, S. E. de B. Um lamento ao redor do Velho Chico. In: CARDOSO, F. S.; D'ANGELO, I. B. M.; CUNHA, C. O. G. (Orgs.). **Interdisciplinaridade e direito**, volume 2: reflexões teóricas e empíricas [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020. p. 70-84.

SILVA, R. C. B.; LYRA, M. R. C. C.; FRUTUOSO, M. N. M. de A. A participação social na sustentabilidade do reassentamento da Vila Produtiva Rural Negreiros resultante do projeto da transposição do rio São Francisco. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 96-108, 2017. Disponível em: <http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/1114>. Acesso em: 10 nov. 2021.

SILVA, M. M. V.; DINIZ, P. C. O.; MEDEIROS, P. DA C. Conflitos pelo acesso à água: impactos da Transposição do rio São Francisco sobre a Vila Lafayete, Monteiro/PB. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 55, p. 166-185, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/73793/42379>. Acesso em: 10 nov. 2021.

SILVEIRA, S. M. B. **A geopolítica da sede no Brasil**: um estudo sobre água e pobreza no campo. 2017. 226f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

SIMÃO CAMACHO, R. Algumas considerações acerca do modo de vida camponês. **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, [S. l.], v. 10, n. 10, 2014. Disponível em: [https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/forum\\_ambiental/article/view/771](https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/forum_ambiental/article/view/771). Acesso em: 28 mar. 2022.

SOARES, I. **Bolsonaro diz que economia não aguenta novo lockdown**: “Brasil vai quebrar”. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/01/4976951-bolsonaro-diz-que-economia-nao-aguenta-novo-lockdown-brasil-vai-quebrar.html>. Acesso em: 15. mai. 2022.

SOUZA, S. R. L.; FRANCISCO, A. L. Aproximações entre fenomenologia e o método da cartografia em pesquisa qualitativa. In: NETO, B. R. de S. (Org.). **Ciência da Saúde: da teoria à prática**. 1ed. Ponta Grossa, PR: Atena, 2019, v. 11, p. 99-111.

SZYMANSKI, H. A prática reflexiva em pesquisas com famílias de baixa renda. In: Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos, 2., 2004, Bauru. **Anais [...]** Bauru: Universidade do Sagrado Coração, 2004, p. 1-7. Disponível em: <http://www.sepq.org.br/IIsepeq/anais/pdf/gt1/06.pdf>. Acesso em 06 nov. 2021.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1986.

TIBURI, M. **Complexo de vira-lata**: análise da humilhação brasileira. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

TITÃS. **Comida**. Rio de Janeiro: Warner Music Brasil, 1987. Disponível em: <https://open.spotify.com/track/2PRfyZn7ikN2xtowqUIJ9M?si=28MbuErHS3ee8E0cPH-K0A>. Acesso em: 11 nov. 2022.

TONELI, M. J. F.; ADRIÃO, K. G.; CABRAL, A. G. Tatear. *In*: FONSECA, T. M. G.; NASCIMENTO, M. L.; MARASCHIN, C. (Orgs.). **Pesquisar na diferença**: um abecedário. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 225-228.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. Conselho de extensão (CoEx). **Resolução n° 03/2016, de 17 de março de 2016**. Aprova o regimento Geral da Extensão da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: Conselho de extensão (CoEx). Disponível em: <https://www.proex.ufscar.br/arquivos/normas-regras-e-outros/resolucao-coex-03-17-03-2016-regimento-geral-da-extensao.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2022.

VASCONCELOS, M. B. Poços para captação de águas subterrâneas: revisão de conceitos e proposta de nomenclatura. **Águas Subterrâneas**, [S. l.], 2015. Disponível em: <https://aguassubterraneas.abas.org/asubterraneas/article/view/28288>. Acesso em: 29 mai. 2022.

WESTIN, R. Senado do Império estudou transposição do Rio São Francisco. **Senado Notícias**, Brasília, DF, 05 de junho de 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/06/05/senado-do-imperio-estudou-transposicao-do-rio-sao-francisco>. Acesso em: 20 mar. 2021.

WHO – World Health Organization. **Advice for the public**. New York, 2022. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/advice-for-public>. Acesso em: 18 nov. 2022.